



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 843

Terça-feira - 11 de Outubro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta.....	2
Ascurra.....	3
Biguaçu	8
Braço do Trombudo	10
Caçador.....	14
Campo Alegre	51
Campos Novos	52
Canoinhas.....	84
Catanduvas.....	84
Chapadão do Lageado	84
Concórdia	85
Cordilheira Alta	90
Coronel Martins.....	90
Ermo	91
Forquilha.....	91
Fraiburgo.....	94
Garopaba.....	95
Gaspar	96
Guaramirim.....	97
Imbituba	98
Iomerê	99
Irineópolis	100
Itaiópolis	101
Itapoá	101
Joaçaba.....	103
Lages	104
Leoberto Leal.....	104
Luzerna	108
Macieira.....	109
Massaranduba.....	109
Meleiro	113
Monte Carlo	113
Morro da Fumaça	113
Nova Trento	116
Palhoça	117
Pinheiro Preto	123
Porto Belo.....	124
Porto União.....	125
Rio do Sul.....	126
São Lourenço do Oeste.....	131
São Pedro de Alcântara.....	134
Schroeder	135
Timbó	137
Tunápolis	142
Vargeão.....	143
Videira.....	144
Vitor Meireles.....	155

Associações

AMMVI	156
-------------	-----

Consórcios

CIGA	157
------------	-----

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 107/2011

DECRETO N° 107/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei n°. 1348/11 de 27 de Setembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 70.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.1.016-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 20.000,00

11.01.10.301.0005.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00

11.01.10.301.0005.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.000,00

11.01.10.301.0005.1.014-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 07 de Outubro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto Nº 108/2011

DECRETO Nº 108/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.409,47 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.409,47

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 10.409,47.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 07 de Outubro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 109/2011

DECRETO Nº 109/2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento Programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1303/10 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 90.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 90.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação 90.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 07 de Outubro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de Outubro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Chamada Pública Nº. 011/2011 - Audiência Pública

CHAMADA PÚBLICA Nº. 011/2011 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANTÔNIO CARLOS - SC

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, atendendo o que preceitua a Lei Municipal nº 1292, Art. 147, convida toda a comunidade antoniocarlene para participar da Audiência Pública do Plano Diretor Participativo de Antônio Carlos. O evento ocorrerá no dia 20 de outubro de 2011 (quinta-feira), a partir das 14 horas, no Auditório da Prefeitura. O assunto a ser tratado será a Revisão do Plano Diretor de Antônio Carlos:

- Lei 1292/2010 - Plano Diretor

- Lei 1293/2010 - Perímetro Urbano

- Lei 1294/2010 - Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

- Lei 1295/2010 - Mobilidade Urbana e Hierarquização do Sistema Viário

- Lei 1296/2010 - Parcelamentos e Remembramentos

- Lei 1297/2010 - Código de Obras e Edificações

- Lei 1298/2010 - Código de Posturas

Antônio Carlos, 10 de Outubro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Portaria Nº 177, de 10/10/2011.

PORTARIA Nº 177, de 10/10/2011.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

JOÃO LEISMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004, o Senhor VALDIR FRIEBEL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 868.606.589-91 e Identidade nº 3.246.009, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL I, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 07:30 as 11:30 horas e 13:30 as 17:30 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 10/10/2011 à 30/12/2011.

Artigo 2.º - O servidor contratado de acordo com o art. 1º desta Portaria será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento

vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 10 de outubro de 2011.

JOÃO LEISMANN

Prefeito Municipal em Exercício

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Seleção Nº 002/2011

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 002/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 2295 de 03 de outubro de 2011, que decreta estado de emergência na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Educação e na Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos deste município, mediante as condições estipuladas neste edital e demais disposições aplicáveis TORNA PÚBLICO, que realizará PROCESSO SELETIVO para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do quadro de pessoal da Prefeitura, a serem admitidos pelo regime da CLT, para o ano de 2011 e 2012, obedecidas às condições abaixo descritas:

1. QUADRO DE VAGAS E REQUISITOS

1.1 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Cargo	Símbolo	N.º de vagas	Jornada Semanal	Salário R\$	Escolaridade/Habilitação
991005	Atendente de Educação Infantil	AEI	CR	40 horas	648,35	2.º grau completo e conhecimentos específicos em área de educação infantil.
999001	Servente	SVT-1	CR	40 horas	575,26	Com experiência na área de atuação.
991002	Crecheira	CRE	CR	44 horas	575,26	Ensino Fundamental com experiência na área de atuação e aptidão para lidar com crianças.
143000	Professor I	PRF I	CR	20 horas	629,13	Formação em curso de Magistério, admitido também como formação mínima e obtida em nível médio, na modalidade normal.

1.2 SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

Código	Cargo	Símbolo	N.º De vagas	Jornada Semanal	Salário R\$	Escolaridade/Habilitação
999003	Servente	STE	CR	44 horas	575,26	Experiência na área de atuação – Alfabetizado – (limpeza de ruas – serviços gerais)
985001	Motorista	MTA	CR	44 horas	800,32	Carteira de habilitação de acordo com o veículo e comprovada experiência na área de atuação.
951001	Pedreiro I	PDO	CR	44 horas	615,63	Experiência na área de atuação de no mínimo 3 anos.
951002	Pedreiro II	PDO	CR	44 horas	806,41	Experiência na área de atuação de no mínimo 5 anos.

1.3 SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Cargo	Símbolo	N.º de vagas	Jornada Semanal	Salário R\$	Escolaridade/Habilitação
72004	Médico Clínico Geral	MECG	CR	10 horas	1.632,68	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e registro no conselho Regional de Medicina.

072001	Auxiliar de enfermagem	AE	CR	44 horas	776,47	Mínimo Primeiro grau completo e curso de formação na área de atuação com registro no COREN
991001	Servente	SVT-1	CR	44 horas	575,26	Experiência em serviços gerais de limpeza e higiene ou serviços correlatos.

1.4 SECRETARIA DE SAÚDE – PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Código	Cargo	Símbolo	N.º de vagas	Jornada Semanal	Salário R\$	Escolaridade Habilitação
999082	Agente Comunitário de Saúde		CR	40 horas	575,26	Conclusão de ensino fundamental.
999081	Atendente de Consultório Dentário		CR	40 horas	862,14	Conclusão do ensino Fundamental e de curso de atendente de consultório dentário, com registro no CRO de SC.

2. DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO

2.1 Os candidatos trabalharão em regime de substituição (Contratação Caráter Temporário) e por prazo determinado, sendo o contrato regido pela Lei Municipal nº 1053/07 de 23/03/2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público conforme o art. 2º da referida Lei.

2.2 O profissional contratado ficará em permanente avaliação. Serão analisados com frequência os seguintes itens:

- Assiduidade e Pontualidade;
- Disciplina;
- Capacidade de iniciativa;
- Produtividade;
- Responsabilidade;
- Eficiência;
- Moral e Ética.

2.3 O profissional contratado ficará vinculado a Secretaria a qual o cargo estiver lotado, podendo ocorrer mudança de local de trabalho e alteração da jornada diária, sempre que necessário ou, na hipótese de retorno do titular ao qual estiver vinculado. Antes do tempo previsto no contrato, este poderá ser rompido, respeitando

os direitos do Contratado.

2.4 Para a celebração dos contratos temporários de que trata este Edital, deverá ser observado o disposto no item 1 deste Edital e Lei Municipal nº1053/07:

1.1.1 O contrato temporário não poderá ter prazo superior a 02 (dois) anos;

2.4.2 O contrato temporário poderá ser prorrogado uma única vez, desde que a soma dos dois contratos não exceda a 02 (dois) anos, com exceção do PARÁGRAFO ÚNICO do Art. 4º de Lei nº1053/07 – que prevê: “o prazo máximo de contratação na área de educação, será de 11(onze) meses por ano letivo”.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no período de 17/10/2011 até dia 27/10/2011 no horário das 9h às 11h e das 14h às 16h, no prédio da Prefeitura Municipal de Acurra com Andreza na Recepção.

3.2 Poderão se inscrever os candidatos que possuírem requisitos mínimos exigidos para o cargo pleiteado, conforme os itens abaixo:

- * Ser brasileiro;
- * Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data de admissão.
- * Estar em dia com obrigações eleitorais; e obrigações do serviço militar (certificado de reservista, homem)
- * Estar em pleno gozo de saúde física e mental.

3.3 Documentos para efetuar a inscrição (obs.: não serão fotocopiados documentos na Prefeitura):

3.3.1 OBRIGATÓRIOS:

- * Fotocópia Carteira de Identidade
- * CPF
- * Título de Eleitor e comprovante da última votação.

4. DATA E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas no dia 13/11/2011 às 09h na Escola Tenente Coronel Amaro Medeiros de Vasconcelos, no Bairro Vila Nova.

4.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação e seu comprovante de inscrição.

4.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

4.4. As provas objetivas terão a duração conjunta de 02 (duas) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

4.5. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

4.6. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

- prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.
- prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.
- ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.
- prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

4.7. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa

estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização das provas, salvo o previsto no item 4.14 do edital.

4.8. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva em etapa única, deste edital, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do processo.

4.9. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

4.10. Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico.

4.11. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do concurso.

4.12. Será, também, eliminado do concurso o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
- tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
- proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
- estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
- usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

4.13. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

4.14. Na hipótese de candidata lactante, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, desde que leve um acompanhante, o qual será responsável pela criança e permanecera em outro ambiente.

5. DAS PROVAS

5.1 Serão considerados aprovados, os candidatos que acertarem, no mínimo, 10 questões.

5.2. Para os cargos de que trata este edital, a avaliação deste processo seletivo constará de prova escrita objetiva (classificatória). A prova escrita objetiva terá 20 (vinte) questões, de múltipla escolha sendo 10 de Conhecimentos Gerais (Gerais, Atualidades, Português e Matemática) e 10 de conhecimentos específicos distribuídas e avaliadas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos específicos	10	0,5	5,0
Conhecimentos gerais e atualidades	05	0,5	2,5
Português e Matemática	05	0,5	2,5
Valor total da prova escrita:			10,0

5.3 A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato e, em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- tiver maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- tiver maior idade.
- tiver maior nota na prova de Português.

5.4 Para os cargos de Professor I de que trata este edital a avaliação deste processo seletivo constará de prova escrita objetiva classificatória e prova de títulos.

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Conhecimentos específicos	10	0,5	5,0
Conhecimentos gerais e atualidades	05	0,5	2,5
Português e Matemática	05	0,5	2,5
Valor total da prova escrita:			10,0
PROVA DE TÍTULOS			
Valor total da prova de títulos:			10,0

5.4.1. DA PROVA DE TÍTULOS – PROFESSOR I

PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSOR I		
FORMAÇÃO	PONTOS POR TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Pós – graduação na área de educação concluída	1,0 ponto	1,0
Pós – graduação na área de educação em andamento		0,5
Graduação em Normal Superior ou Pedagogia concluída	2,0	2,0
Graduação em Normal Superior ou Pedagogia em andamento	0,20 pontos por semestre concluído	1,5
Cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, realizados entre Janeiro de 2007 a Setembro de 2011	0,4 para cada 20 horas concluídas	3,0
TEMPO DE SERVIÇO		
0 – 4 anos e 11 meses		1,0 ponto
5 – 8 anos e 11 meses		2,0 pontos
9 – 12 anos e 11 meses		3,0 pontos
Acima de 13 anos		4,0 pontos

5.5. A nota da prova de títulos será o numero de pontos obtidos segundo tabela acima.

5.6. A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita para a classificação do candidato.

5.7. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados com nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova escrita.

5.8. A nota final do candidato será obtida com a soma da nota da prova escrita e da nota da prova de títulos, dividido por 2 (dois), conforme formula abaixo:

$$NF = \frac{NPE + NPT}{2}$$

Obs.: NF= nota final; NPE = nota prova escrita; NPT = nota prova de títulos.

6. DIVULGAÇÃO DO GABARITO.

6.1. O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, no mural da Prefeitura Municipal de Ascurra e site www.ascorra.sc.gov.br.

6.2. Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de publicação dos gabaritos.

6.3. Se da análise do recurso resultar anulação da (s) questão (ões), o (s) pontos referente (s) à (s) mesma (s) será (ao) atribuído (s) a todos os candidatos.

7. RESULTADO

7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data de 30/11/2011 através de edital publicado no mural da Prefeitura Municipal de Ascurra e site www.ascurra.sc.gov.br. Obs.: Não será fornecida a classificação por telefone.

7.2. Quanto à classificação divulgada, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação.

7.3. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial no mural da prefeitura Municipal de Ascurra.

8. DAS VAGAS

8.1. Os candidatos selecionados serão chamados individualmente, através de contato telefônico e via e-mail, de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal.

8.2. O candidato classificado que não apresentar-se na data e horário estabelecido, perderá a vez para os candidatos subsequentes, devendo assinar termo de desistência.

8.3. O candidato que recusar a preencher o cargo no local indicado, após contratação, será eliminado do Processo Seletivo.

8.4. Não serão permitidas troca de vagas entre os candidatos.

9. DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

9.1. Para admissão será necessário apresentar os requisitos exigidos para cada cargo conforme o item 1 (um) deste Edital e os seguintes documentos: RG, CPF, Título de Eleitor, Comprovante de votação última eleição, fotocópia do Certificado de Escolaridade e Inscrição no Órgão de Classe (quando esse exigir).

9.2 O candidato classificado, que no ato da contratação, não atender o disposto no item 9.1 deste Edital passará a ocupar a última classificação da lista.

9.3. Para todas as admissões é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos "Apto" ou "Inapto", sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito "Apto".

9.4. Os candidatos admitidos deverão possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Viacredi, para depósito da remuneração salarial.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Somente serão aceitas inscrições com a documentação do item 3.3.1.

10.2. A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

10.3. Para inscrever-se, será preenchida uma ficha (de modelo próprio), que ficará a disposição no local de inscrição. Preenchida a ficha, o candidato irá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

10.4. O candidato que apresentar declaração ou documento falso terá sua inscrição cancelada e anulada.

10.5. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.

10.6. O processo seletivo ficará sob responsabilidade da Comissão do Processo Seletivo e do Departamento de Recursos Humanos, com posterior divulgação no mural da Prefeitura.

10.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

10.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ascurra, 10 de outubro de 2011.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

Notícias nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época.

Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional.

Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente.

História do município de Ascurra. www.ascurra.sc.gov.br e História do Brasil.

PORTUGUÊS - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL

Fonética: acentuação gráfica, ortografia. Morfologia: Classes de palavra, substantivo, adjetivo, plural, singular, aumentativo, diminutivo.

MATEMÁTICA - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL

Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão. Medidas de tempo, de comprimento, de capacidade, de área e de volume. Sistema monetário brasileiro e uso no comércio no dia-a-dia. Porcentagem.

PORTUGUÊS - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Fonética: Ortografia, pontuação, acentuação gráfica e crase. Morfologia: classes de palavras. Sintaxe: concordância verbal e nominal. Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Vícios de linguagem.

MATEMÁTICA - COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Noções de lógica: proposições, conectivos, negação de proposições compostas. Conjuntos: caracterização, pertinência, inclusão, igualdade e intervalos. Conjuntos numéricos. Composição de funções. Função inversa. Médias aritméticas e geométricas. Regra de três simples e composta. Juros e porcentagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A função da educação infantil. O papel do profissional da Educação Infantil. A organização do tempo e espaço na educação infantil. O cuidar e o educar. Relação creche e família. O brincar no espaço educativo. Desenvolvimento infantil. Educação inclusiva.

SERVENTE EDUCAÇÃO

Noções de limpeza e higiene. Proteção e armazenamento dos alimentos. Objetivos da merenda escolar. Técnicas de preparação e manipulação dos alimentos. Segurança no trabalho.

CRECHEIRA

O espaço na educação infantil. Cuidar e Educar. O brincar na educação infantil. Trabalho em equipe. Relação creche e família. O papel do profissional da Educação Infantil.

SERVENTE OBRAS

Conhecimento da função. Normas de Segurança. Cronograma de Obras. Execução de Obras. Concretagem.

MOTORISTA

Código de trânsito brasileiro. Sinalização de trânsito. Direção defensiva: direção preventiva e corretiva. Primeiros socorros. Noções de mecânica: o motor, sistema de transmissão e suspensão, sistema de direção e freios, sistema elétrico, pneus.

PEDREIRO

Conhecimento das ferramentas. Conhecimento da função. Normas de segurança. Conhecimento do sistema de metragem linear. Cubagem. Conhecimento dos materiais. Concretagem. Preparação de massas. Noções de assentamento de tijolos.

MEDICO CLINICO GERAL

Assistência Médica em Saúde do Adulto - Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Doenças Cardiovasculares. Doenças Reumáticas. Assistência Médica em Ginecologia e Obstetrícia. Pré-natal. Doenças da Gestação. Câncer de Mama e Cérvico-uterino. Assistência Médica ao Idoso. O SUS (programas e diretrizes do ministério da Saúde). Assistência Médica em Pediatria. Doenças respiratórias da infância. Assistência Médica em Doenças Transmissíveis. Legislação: SUS: Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Doenças de notificação compulsória. Hepatites virais.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SUS: Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990; Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Portaria 648 de 28 de março de 2006. Atribuição do Auxiliar de Enfermagem. Prevenção e Promoção a Saúde. Educação para o auto cuidado. Biossegurança nas ações de saúde. Conceitos e princípios de assepsia, anti-sepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização. Aleitamento materno. Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias. Pré-natal. DST/AIDS. Ações que visam à prevenção, tratamento e controle de doenças infecto contagiosas e/ou crônicas. Vigilância epidemiológica: Identificar situações de riscos e agravos à saúde. Medidas de prevenção/proteção recomendadas nas doenças transmissíveis. Imunização. Administração de medicamentos: métodos e vias, posologias de drogas e soluções. Doenças crônicas: hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase. Curativos.

SERVENTE SAÚDE

Noções de limpeza e higiene. Manejo do resíduo do serviço de saúde. Produtos apropriados para limpeza de pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Conhecimentos e uso dos utensílios de trabalho. Limpeza interna e externa de prédios públicos, banheiros, bem como de móveis e utensílios. Segurança no trabalho.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Noções básicas sobre Doenças Infecto-Contagiosas e sexualmente transmissíveis (Aids, Hepatite, Sarampo, Sífilis, Hanseníase, Tétano, Rubéola, Meningite Tuberculose). Noções de Higiene e Segurança no Trabalho. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. Saúde da mulher; da criança do adulto, do idoso. O trabalho do agente comunitário de saúde. Imunização. O Programa de Saúde da Família. Lei nº 10.507 de 10 de julho de 2002. Ética em serviço público.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Material de uso odontológico: classificação e manipulação. Instrumental odontológico: identificação, classificação. Atribuições do ACD e a sua importância na equipe odontológica. Métodos preventivos contra a cárie dental. Consultório odontológico: conservação, manutenção do equipamento e do ambiente do trabalho. Esterilização de materiais. Política Nacional de Saúde Bucal. SUS: Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990; Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

ANEXO II**CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO Nº 002/2011****SUJEITO A ALTERAÇÕES**

DATA PREVISTA	ATO
10/10/2011	Publicação do Edital.
17 à 27/10/2011	Período das inscrições.
31/10/2011	Homologação provisória das inscrições.
01 e 03/11/2011	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição.
04/11/2011	Homologação final das inscrições.
13/11/2011	Data das provas escrita.
14/11/2011	Publicação do gabarito provisório.
16 e 17/11/2011	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
18/11/2011	Publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória.
21e 22/11/2011	Prazo para recurso contra a classificação provisória.
25/11/2011	Homologação do resultado final do Processo Seletivo N.º 002/2011.

Biguaçu

PREFEITURA

Publicação do Contrato 401/2011

Publicação do contrato 401/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 401/2011. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para os alunos dos centros de educação infantil e das escolas municipais.

Contratada: Bruthan Comercial Ltda. Valor: R\$ 82.338,60 até 31/12/2011 de acordo com o PP 147/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 402/2011

Publicação do contrato 402/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 402/2011. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para os alunos dos centros de educação infantil e das escolas municipais.

Contratada: Luiz Fernando Sebold Ltda. Valor: R\$ 8.445,10 até 31/12/2011 de acordo com o PP 147/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 403/2011

Publicação do contrato 403/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 403/2011. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para os alunos dos centros de educação infantil e das escolas municipais.

Contratada: Malvo Comercio e Distribuição Ltda. Valor: R\$ 69.825,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 147/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 404/2011

Publicação do contrato 404/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 404/2011. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para os alunos dos centros de educação infantil e das escolas municipais.

Contratada: TAF Distribuidora Ltda. Valor: R\$ 83.043,65 até 31/12/2011 de acordo com o PP 147/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 405/2011

Publicação do contrato 405/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 405/2011. Objeto: aquisição de material de expediente para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-Adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: ANCS Distribuidora Ltda. Valor: R\$ 3.034,82 até 31/12/2011 de acordo com o PP 21/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 408/2011

Publicação do contrato 408/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 408/2011. Objeto: aquisição de material de expediente para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-Adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Aquinpel Supr. Para Informática e Escritório Ltda. Valor: R\$ 6.947,10 até 31/12/2011 de acordo com o PP 21/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 409/2011

Publicação do contrato 409/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 409/2011. Objeto: aquisição de material de expediente para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-Adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Célia Regina Wambommel Ltda. Valor: R\$ 2.409,14 até 31/12/2011 de acordo com o PP 21/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 410/2011

Publicação do contrato 410/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 410/2011. Objeto: aquisição de material de expediente para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-Adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Infotriz Comercial Ltda. Valor: R\$ 4.323,51 até 31/12/2011 de acordo com o PP 21/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 411/2011

Publicação do contrato 411/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 411/2011. Objeto: aquisição de material de expediente para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto

de Pré-Adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Orleans Informática Ltda EPP. Valor: R\$ 940,13 até 31/12/2011 de acordo com o PP 21/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 412/2011

Publicação do contrato 412/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 412/2011. Objeto: aquisição de material de expediente para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-Adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Projeto Cultural. Valor: R\$ 3.434,81 até 31/12/2011 de acordo com o PP 21/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 416/2011

Publicação do contrato 416/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 416/2011. Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: ANCS Distribuidora Ltda. Valor: R\$ 2.447,26 até 31/12/2011 de acordo com o PP 23/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 417/2011

Publicação do contrato 417/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 417/2011. Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Célia Regina Wambommel ME. Valor: R\$ 7.471,82 até 31/12/2011 de acordo com o PP 23/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 418/2011

Publicação do contrato 418/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 418/2011. Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: HP & e Materiais de Escritório Ltda ME. Valor: R\$ 3.539,35 até 31/12/2011 de acordo com o PP 23/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 419/2011

Publicação do contrato 419/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 419/2011. Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Luiz Fernando Sebold ME. Valor: R\$ 28.943,95 até 31/12/2011 de acordo com o PP 23/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 420/2011

Publicação do contrato 420/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 420/2011. Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: Pereira Comércio de Artigos Descartáveis Ltda. Valor: R\$ 5.934,75 até 31/12/2011 de acordo com o PP 23/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 421/2011

Publicação do contrato 421/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 421/2011. Objeto: aquisição de material de limpeza e higiene para Centro de Convivência dos Idosos, Casa Lar Municipal, Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Recanto de Pré-adolescente Municipal, Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria do Fundo Municipal de Assistência Social de Biguaçu. Contratada: TAF Distribuidora Ltda. Valor: R\$ 8.885,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 23/2011 - FMAS.

Publicação do Contrato 423/2011

Publicação do contrato 423/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 423/2011. Objeto: aquisição de material de informática e calculadoras para as secretarias da prefeitura municipal de biguaçu. Contratada: BEE2 Informática Ltda ME. Valor: R\$ 741,70 até 31/12/2011 de acordo com o PP 196/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 424/2011

Publicação do contrato 424/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 424/2011. Objeto: aquisição de material de informática e calculadoras para as secretarias da prefeitura municipal de biguaçu. Contratada: Carlos Augusto dos Passos EPP. Valor: R\$ 885,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 196/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 425/2011

Publicação do contrato 425/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 425/2011. Objeto: aquisição de material de informática e calculadoras para as secretarias da prefeitura municipal de biguaçu. Contratada: Comp4 Informática LTDA ME. Valor: R\$ 4.460,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 196/2011 - PMB.

Publicação do Contrato 426/2011

Publicação do contrato 426/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 426/2011. Objeto: aquisição de material de informática e calculadoras para as secretarias da prefeitura municipal de biguaçu. Contratada: Negócios de Informática RW Ltda. Valor: R\$ 1.496,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 196/2011 - PMB.

Rescisão do Contrato 223/2011

Publicação da Rescisão do contrato 223/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Rescisão do Contrato 223/2011. Fica rescindo, unilateralmente, o presente contrato, celebrado em 14 de abril de 2011 entre a Prefeitura de Biguaçu e a Empresa Célia Regina Wambommel ME, pessoa jurídica contratada para fornecimento de material de expediente para a Secretaria de Governo, por descumprimento das obrigações contratuais de acordo com o Processo Licitatório denominado Pregão Presencial nº 081/2011 PMB. Data da Rescisão: 21/09/2011.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Cancela item da Pregão Presencial 7/2011

Processo Administrativo 7/2011
Pregão Presencial 7/2011
CANCELAMENTO ITEM PREGÃO 7/2011

O município de Braço do Trombudo, através de seu prefeito, torna ao conhecimento que houve o cancelamento do item 7 - Auto Clave Pregão Presencial 7/2011, com arrimo no princípio da supremacia do interesse público.

Braço do Trombudo em 07 de outubro de 2011.
NILDO MELMESTET
Prefeito em Execício

Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar - Juremir Marian

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça da Independência, nº 25, inscrita no CNPJ sob nº 95.952.230/0001-67, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Vilberto Muller Schovinder, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Juremir Marian com sede à Rua Duque de Caxias, 1926, em Braço do Trombudo/SC, CPF 840.163.889-53, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 3/2011, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2011, de acordo com a chamada pública nº 3/2011, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20.12.2011.

- A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública nº 3/2011.
- O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

- Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor R\$ 2.115,40 (dois mil cento e quinze reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das

obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

30/2011 - 33.90.30.07.00.00.00 - (Fundamental)
80/2011 - 33.90.30.07.00.00.00 - (Creche)
78/2011 - 33.90.30.07.00.00.00 - (Pré-Escolar)

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública nº 2/2011, pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20.12.2011.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Braço do Trombudo, em 10 de outubro 2011.

Contratante
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Contratada
JUREMIR MARIAN
CPF 840.163.889-53

Testemunhas
Denise Schussler Werter Deizi Baade Knappmann
CPF - 022.538.329-28 CPF - 037.164.409-73

Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar - Luis Carlos da Silva
CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça da Independência, nº 25,

inscrita no CNPJ sob nº 95.952.230/0001-67, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Vilberto Muller Schovinder, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Luis Carlos da Silva com sede à Estrada Geral Ribeirão Ernesto, em Braço do Tombado/SC, CPF 988.526.719-00, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 3/2011, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2011, de acordo com a chamada pública nº 3/2011, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20.12.2011.

- a. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública nº 3/2011.
- b. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

- a. Grupo Informal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor R\$ 635,80 (seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

30/2011 - 33.90.30.07.00.00.00 - (Fundamental)

80/2011 - 33.90.30.07.00.00.00 - (Creche)
78/2011 - 33.90.30.07.00.00.00 - (Pré-Escolar)

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria

Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública nº 2/2011 pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- por acordo entre as partes;
- pela inobservância de qualquer de suas condições;
- qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20.12.2011

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Braço do Trombudo, em 10 de outubro de 2011.

Contratante

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Contratada

LUIS CARLOS DA SILVA

CPF 988.526.719-00

Testemunhas

Denise Schussler Werter

CPF - 022.538.329-28

Deizi Baade Knappmann

CPF - 037.164.409-73

Extrato de Contrato 43/2011**EXTRATO DE CONTRATO 43/2011**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: João Bosio ME.

CNPJ 12.988.993/0001-30, sito Rua 1 DE Janeiro, 395

Cidade de Gaspar - SC

Objeto: Fornecimento e instalação de 01 conjunto pressurizador tipo booster para rede de água na Rua Almirante Tamandaré.

Valor: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 07.10.2011

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Extrato de Contrato 44/2011**EXTRATO DE CONTRATO 44/2011**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Cervale Coop. Eletr. Rural Vale do Itajaí

CNPJ 83.148.411/0001-56, sito Rua XV de Novembro, 871

Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Extensão rede de energia elétrica e Instalação de Iluminação Pública do Beco Julieos Knappmann e Clara Stuve.

Valor: R\$ 93.286,20 (noventa e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 07.10.2011

NILDO MELMESTET

Prefeito em Exercício

Extrato de Contrato 45/2011**EXTRATO DE CONTRATO 45/2011**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Serrana Engenharia Ltda

CNPJ nº 83.073.536/0001-64, sito a Rua Ottokar Doerffel, nº 841

Cidade de Joinville - SC

Objeto: execução dos serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos, transporte até a estação de triagem municipal, transbordo dos resíduos triados, transporte até o aterro sanitário, tratamento e destinação final, serviços gerais de engenharia para acompanhamento, adequação, treinamento, gerenciamento de estação de triagem do município de Braço do Trombudo

Valor mensal: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 10.10.2011

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.019

DECRETO nº 5.019, de 05 de outubro de 2011.

Designa membros para comporem a Equipe Local do Plano de Ações Articuladas - PAR.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Municipal de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, para comporem a Equipe Local do Comitê do Plano de Ações Articuladas - PAR:

- Luciane Regina Pereira - Dirigente Municipal de Educação;
- Nelson Molinski Moreira Santos - Técnico da Secretaria Municipal de Educação;
- Edite Salete Ventz - Representante do Quadro Técnico da Secretaria Municipal de Educação;
- Angela Maria Stavis - Representante do Conselho Municipal de Educação;
- Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera - Representante dos Especialistas da Rede Municipal de Educação;
- Paulo Sergio Moraes - Representante do FUNDEB;
- Vanusa Zart - Representante dos Professores das Escolas do Campo;
- Marcia Alves de Oliveira Hahn - Representante da Associação de Pais e Professores - APP;
- Marcos dos Reis - Representante dos Professores da Rede Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.020

DECRETO nº 5.020, de 05 de outubro de 2011.

Nomeia membros para comporem o Comitê Local do Plano de Ações Articuladas - PAR.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Municipal de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Comitê Local do Plano de Ações Articuladas - PAR:

- Luciane Regina Pereira - Dirigente Municipal de Educação;
- Adelcio Machado dos Santos - Representante do Ensino Superior;
- Maria Clarice Sarturi - Representante da Educação Infantil;
- Marcia Alves de Oliveira Hahn - Representante da Associação de Pais e Professores - APP;
- Beatriz Aparecida Pereira - Representante dos Diretores da Rede Municipal de Educação;
- Ilone Moriggi Castilho - Representante do Sindicato dos

Trabalhadores da Rede Estadual - SINTE;

- Angela Santin Cavichioli Machado - Representante dos Professores da Rede Estadual de Educação;
- Marli Ament Lanhi - Representante da Gerência de Educação - 10ª SDR;
- Agenor Coldebella - Representante do Conselho Tutelar;
- Silmara de Lourdes de Moraes - Representante da Educação Inclusiva;
- Ana Claudia Serra Carpes - Representante da Vigilância Sanitária;
- Gustavo Henrique da Luz Venturin - Representante dos alunos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.023

DECRETO Nº 5.023, de 07 de outubro de 2011.

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva – Edital nº 04/2011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art.1º Fica homologado o resultado final do Processo de Seleção Simplificado para contratação em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, para atuarem nos programas Dengue, CAPS II, CAPS AD e Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Edital nº 04/2011 - SAÚDE, de 08 de agosto de 2011, conforme consta dos anexos que ficam fazendo parte integrante do presente decreto.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO SAÚDE

Nome do Cargo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

PROGRAMA DENGUE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Loriana Lopes	0,0	1	46a	2,0
2º	João Maria Guaripuna Filho	0,0	1	44a	2,0
3º	Maria Elena de Oliveira Eger	0,0	1	42a	2,0
4º	Sinara Salete Ribeiro Coelho	0,0	0	42a	2,0
5º	Iure França	0,0	0	25a	2,0



6º	Andrey Alves da Cruz	0,0	0	23a	2,0
7º	Caroline Correa da Silva	0,0	0	22a	2,0
8º	Vanessa Cinelli Maceri				1,1
9º	Helio Alan Ferreira				1,0
10º	Mariele Lopes				0,8
11º	Keler de Bastiani				0,6
12º	Márcia Sampaio				0,4
13º	Adriana Aparecida Pontes	0,0	0	36a	0,3
14º	Francine de Matias	0,0	0	20a	0,3
15º	Janete Aparecida da Silva Martins	0,0	0	39a	0,2
16º	Mozara Thomazi	0,0	0	22a	0,2
17º	Ingra Castilho da Silva	0,0	0	20a	0,2
18º	Ana Karine dos Santos	0,0	0	19a	0,2
19º	Daniele Bertulino Bernardes	0,0	0	17a	0,2
20º	Rita de Cassia Rincão Idalgo de Morais	0,0	2		0,1
21º	Eliane Aparecida Nunes	0,0	1		0,1
22º	Tiago Bressan Costa	0,0	0		0,1
23º	Ana Celia Caetano	0,0	3	47a	0,0
24º	Angelita Aparecida Dellai Belenke	0,0	3	34a	0,0
25º	Simara Zeni	0,0	3	33a	0,0
26º	Jucilei UrupuKua	0,0	3	24a, 07m	0,0
27º	Viviane Souza de Andrade	0,0	3	24a, 00m	0,0
28º	Tamira Aparecida Gasparetto	0,0	2	42a	0,0
29º	Neiva de Lurdes Pires	0,0	2	35a	0,0
30º	Eloir Salete de Lima	0,0	1	48a	
31º	Lenir Aparecida Carneiro da Costa	0,0	1	47a	0,0
32º	Maria Julia Wisniewski de La Vega	0,0	1	45a	0,0
33º	Marines Reis	0,0	1	41a	0,0
34º	Angelita Milek	0,0	1	35a	0,0
35º	Adriana Aparecida Góes	0,0	1	34a	0,0
36º	Josias Neares da Luz	0,0	1	31a	0,0
37º	Adriana Aguiar	0,0	1	29a	0,0
38º	Análú Santin	0,0	1	28a, 01m	0,0
39º	Roseclea Maria Laurentino	0,0	1	28a, 00m	0,0
40º	Cristiani Aparecida da Costa	0,0	1	27a, 11m	0,0
41º	Geovana Aparecida Bertulino	0,0	1	27a, 02m	0,0
42º	Caroline Mendes de Oliveira	0,0	1	25a	0,0
43º	Iris Fernandes do Nascimento	0,0	0	53a, 11m	0,0
44º	Eleonira Sita Graeff	0,0	0	53a, 10m	0,0
45º	Remi Alves dos Santos	0,0,	0	41a	0,0
46º	Rejane Eger de Lima	0,0	0	38a	0,0

47º	Sandra Regina Kaipers	0,0	0	37a	0,0
48º	Guido José Loch Junior	0,0	0	35a	0,0
49º	André Alves da Cruz	0,0	0	26a	0,0
50º	Jenifer Pires da Silva	0,0	0	24a	0,0
51º	Ana Claudia Tarniowicz	0,0	0	23a	0,0
52º	Anne Cristina das Chagas Gomes	0,0	0	22a, 02m, 11d	0,0
53º	Lucian Casali	0,0	0	22a, 02m, 02d	0,0
54º	Suelen Alves	0,0	0	21a	0,0
55º	Karoliny de Freitas Falcão	0,0	0	20a	0,0

Nome do Cargo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.

**PROGRAMA DENGUE
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Rubens Ribeiro				1,2

Nome do Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

PROGRAMA DENGUE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Monalisa Ribeiro Camargo				1,2
2º	Flávia Vezaro				0,9
3º	Gabriela Nava Ramos				0,6
4º	Tássia Moreira Alves				0,2
5º	Reginaldo Paiva da Silva				0,0

Nome do Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL.

PROGRAMA CAPS II

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Joseane Ines Coldebella Novaski				3,8
2º	Luciana Hang Correia				1,5

Nome do Cargo: PEDAGOGO.

PROGRAMA CAPS II

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Bibiane Baldasari das Neves				3,5
2º	Elisângela Teodoro	2,0			2,0

3º	Celia Pereira da Silva	0,0			2,0
4º	Claudia Aparecida Soares				1,0
5º	Ivanice Nien-dicher				0,6
6º	Raquel Aparecida Padilha				0,4
7º	Fábio Alves de Oliveira				0,2
8º	Karina Padilha	0,0	1		0,0
9º	Nagiedi Linka Perego	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL.

PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Elis Defaveri Borges				2,3
2º	Deise Melissa Paust				0,4

Nome do Cargo: PEDAGOGO.

PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Rodineia Clara Carlim Prigol				2,0
2º	Terezinha da Silva Mello	0,0	0	63a	0,0
3º	Laudor Orlando Bellaver	0,0	0	40a	0,0

Nome do Cargo: TERAPEUTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA.

PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Jorge Henrique Muller João				3,6
2º	Giuliano Weiler				3,4

Nome do Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL.

PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
Não houve inscrição					

Nome do Cargo: MÉDICO PSIQUIATRA.

PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
Não houve inscrição					

Nome do Cargo: ASSISTENTE SOCIAL.

PROGRAMA CAPS - AD

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Elaine Raquel Pasini Bulat				6,5
2º	Andreia Teresinha de Almeida				6,2
3º	Luciana Alves de Lima				3,7
4º	Maria Elisa Caramore				3,2
5º	Fabiana Cristina Vieira				3,0
6º	Rosana de Fátima Somensi Locatelli				2,9
7º	Maria Goreti de Oliveira Lamera				2,4
8º	Gleci do Carmo Nurrilles Pila				2,0
9º	Cintia de Camargo Barcellos				1,6
10º	Adriane Alves da Cruz				0,4
11º	Ana Maria Ribeiro dos Santos				0,2
12º	Dayane Cordeiro Morais	0,0	1		0,0
13º	Elvira Kruger	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: MÉDICO INFECTOLOGISTA.

PROGRAMA DST/HIV/AIDS

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
Não houve inscrição					

Nome do Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL.

PROGRAMA DST/HIV/AIDS

		Critérios de Desempate			
--	--	------------------------	--	--	--

Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Cintia Caroline Orlandini Cardoso				2,2
2º	Karine Rotta de Vargas				1,0

Nome do Cargo: MÉDICO 40 HORAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Flavio Scalcon				3,5
2º	Lenise Heinzmann				2,2
3º	Rudyr Fausto Buba				2,0
4º	Thiago Muniz de Lima				0,8
5º	Sander Murilo Ferreira Ceccatto				0,6

Nome do Cargo: MÉDICO 20 HORAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Northon André Felipe Knoblauch				2,3
2º	Mario Rizatti	0,2			1,5
3º	Wylar Marino Robert	0,0			1,5

Nome do Cargo: MÉDICO 10 HORAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Ricardo Guzela				5,0
2º	Elizabeth Mary Kinceler				1,2

Nome do Cargo: FISIOTERAPEUTA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Siham Abdel Karim Amer				6,3

2º	Mariana Colla Hahn				5,1
3º	Cibele Urio				4,9
4º	Sergio Luiz Figueroa	2,0			4,7
5º	Jaile Torri	1,2			4,7
6º	Raysa Yumi Tonegawa	0,0	0	25a	3,5
7º	Monalisa Scolaro	0,0	0	23a	3,5
8º	Talitta Padilha Machado				3,2
9º	Fernanda Cofferi	0,2	0	23a, 07m	2,2
10º	Ariane Buono	0,2	0	23a, 04m	2,2
11º	Adriano Luiz Maffessoni	0,0	0	28a	2,0
12º	Fabiula Aparecida Kurtz	0,0	0	25a	2,0
13º	Daiane Menegat	0,0	0	24a, 09m	2,0
14º	Anne Caroline Popadiuk	0,0	0	24a, 08m	2,0
15º	Rosimeri Mezzari	0,0	0	24a, 04m	2,0
16º	Graziele Aline Toresan	0,0	0	22a	2,0
17º	Lucas Deggerone				1,3
18º	Vanessa Dallazem Moresco	0,0	0	24a	1,2
19º	Edilaine Criminacio de Oliveira	0,0	0	23a	1,2
20º	Paula Maleske	0,0	0	22a, 07m	1,2
21º	Ninine Isis Rigo Duarte	0,0	0	22a, 04m	1,2
22º	Nathaly Bernardon Gimenes	0,2			1,1
23º	Kassiane Laís Spautz Prestes	0,0			1,1
24º	Rodrigo Petry Gallois	0,0	1	24a	0,8
25º	Elisiane Dias	0,0	1	23a	0,8

Nome do Cargo: ENFERMEIRO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Simone Cristina Vieceli Dresch				6,5
2º	Deyse Aparecida Heine				6,2

3º	Diana Varela				6,1
4º	Mariane Fruet				5,7
5º	Franciely Martins Fruhauf				
6º	Liliane Cordeiro	1,0	1		5,5
7º	Rosemari Santos de Oliveira	1,0	0		5,5
8º	Vagner Andreatto da Silva				5,1
9º	Cíntia Regina Back Brasil				4,6
10º	Mara Luiza Veber da Rocha				4,2
11º	Graziela Léa Gallina				4,0
12º	Saete Paris	0,4			3,4
13º	Elizangela de Liz Leite	0,2	1		3,2
14º	Patrícia Maester	0,2	0		3,2
15º	Ingrid Heckel	0,2			3,0
16º	Mariana Figueroa Maffioletti	0,0			3,0
17º	Aline Mandelli				2,9
18º	Sonia Maria Jenzura de Carvalho	0,4	0	52a	2,4
19º	Viviane Martins	0,4	0	29a	2,4
20º	Janaina Albanese Reichert	0,0	2		2,0
21º	Lidiani Aparecida Fantin	0,0	0	32a	2,0
22º	Flaviana Ribeiro de Deus	0,0	0	24a	2,0
23º	Helen Balzan				1,8
24º	Juliana Marques dos Santos Frankoski				0,9
25º	Carla Ribeiro				0,3
26º	Vilma Bertotto	0,0	0	40a	0,0
27º	Celio Marcos Moreira Becker	0,0	0	36a	0,0

Nome do Cargo: ODONTÓLOGO 20 HORAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Cleusa Maria Werner Ferlin				6,5
2º	Graziella Debarba				5,5
3º	Mônica Varela Regges				5,1
4º	Claudenir Leidens	2,0	3		4,8
5º	Flávia Morona	2,0	0		4,8
6º	Andre Luis Paes Juliani				4,1
7º	Adriana Vanessa Chimbida Slongo				3,8
8º	Anderson Luiz Ramos				3,7
9º	Rejane Mara Sorgatto				2,8
10º	Cristiano Homero Bordignon				2,6
11º	Rafael Fleck	0,0	0	34a	2,0
12º	Solon Coelho de Souza Filho	0,0	0	28a	2,0
13º	Susileide Daniele Rodrigues Putti				1,7
14º	Fernanda Schmietke				1,5
15º	Regiane Rocha Liegel da Silva				1,4
16º	Clayton Luiz Gorny Junior				1,0
17º	Grace Kanarek	0,0	1	32a, 06m	0,0
18º	Thais Helena Wingeter	0,0	1	32a, 00m	0,0
19º	Lislânie Thaelis Trancoso	0,0	0		0,0

Nome do Cargo: ODONTÓLOGO 10 HORAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Silvia Terra Fontes				6,2
2º	Graciele Fávero				4,5
3º	Leandro Slongo				4,3

4º	Joice Liliane Mattos Prestes				3,2
5º	Luciano Fernandes Valota				2,8
6º	Leonardo Doro Tagliari				2,5
7º	Diego Pinto Kury	0,0	0	31a	1,5
8º	Angélica Sita Bender	0,0	0	23a	1,5
9º	Mariana Bortolon				1,4
10º	Kyria Paloma de Almeida				0,0

Nome do Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Nely Ramas Nizer Cunha				4,0
2º	Estela Maris Padilha de Souza				3,4
3º	Adair das Graças Martins Cardoso				3,2
4º	Nilda de Lima Fusinato				2,0
5º	Scheila Rosa de Andrade				0,9
6º	Eva Joneci do Nascimento Bittencourt				0,2
7º	Cleusa Cardozo	0,0	0	54a	0,0
8º	Nilda Mari-nha Scheff-macher da Silva	0,0	0	52a	0,0

Nome do Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos	Idade	
1º	Iraci de Fatima Ribeiro Lopes de Oliveira	2,0	1	49a	4,0
2º	Luciano dos Santos	2,0	1	35a	4,0
3º	Ivonei Tomacheuski				3,8

4º	Marcio Donizete dos Santos	1,0	2		3,0
5º	Rosangela de Araújo Godoi	1,0	1		3,0
6º	Neide Teresinha de Oliveira Brochier				2,8
7º	Eliane Melo Ribeiro				2,7
8º	Neide Ribeiro Alves Travisani	1,6			2,4
9º	Eliane Aparecida Alves de Campos	0,4			2,4
10º	Maria da Graça Scaratti Sklar				2,2
11º	Suzana Vieira de Alvarenga Ribeiro França	2,0			2,0
12º	Silvana de Fátima Querino	0,0	2	33a, 05m, 10d	2,0
13º	Erica Maria Franciosi	0,0	2	33a, 05m, 05d	2,0
14º	Neiva da Aparecida de Lima Carlin do Prado	0,0	1	37a	2,0
15º	Maria Rosângela Chagas Faro	0,0	1	32a	2,0
16º	Ivone Weingartner	0,0	0		2,0
17º	Maura Fernandes Neumann	1,8			1,9
18º	Maria de Fátima Fernandes	1,4			1,9
19º	Luciano Coluzzi				1,5
20º	Denise Aparecida dos Santos Farias Raitz				1,4
21º	Iraceni Meireles da Silva	1,2	1		1,2
22º	Doraci de Jesus Soares	1,2	0		1,2
23º	Elizabete Carlesso	0,0			1,2
24º	Eliane Salete Rodrigues				0,9
25º	Rafaela Marchioro	0,6	0	27a	0,6
26º	Maicon Antonio de Castilho	0,6	0	26a	0,6
27º	Franciele Rodrigues da Silva Pereira	0,2			0,5
28º	Adriana Stankevicz Rampinelli	0,0			0,5
29º	Ketelen Cris Chaves Koenig	0,4			0,4
30º	Rosangela da Silva	0,2			0,4
31º	Karine Siqueira Crestani	0,0	1		0,4
32º	Deisiane Simões dos Passos	0,0	0		0,4

33º	Rosangela Aparecida de Oliveira Pazzo				0,2
34º	Andréia Lucy Kraieski	0,0	2		0,1
35º	Juliano Chaves	0,0	0		0,1
36º	Márcia Terezi- nha de Almeida Moreira Branco	0,0	2	36a	0,0
37º	Tereza Staszko- vian	0,0	2	34a	0,0
38º	Ivanir Terezi- nha Kuntz	0,0	1		0,0
39º	Cleonice de Oliveira da Luz	0,0	0	41a	0,0
40º	Monica Ceri- gueli	0,0	0	30	0,0
41º	Mayelle Apare- cida Cassamalli	0,0	0	25a	0,0
42º	Juliana Cristina Petry	0,0	0	22a	0,0

Nome do Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

		Critérios de Desempate			
Classifica- ção	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Paulo Ser- gio Cordeiro				0,0

Nome do Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE

		Critérios de Desempate			
Classifica- ção	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Angela Cordeiro de Avila				4,0
2º	Orelia Aparecida Branco				2,0
3º	Aila de Oliveira Campos				1,0

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS.

Candidato	Motivo
Adriana Chia- molera	Ausência de autenticação nos documentos apresentados - item 7.3 do Edital.
Aginaldo Mello Guimarães	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Aline Renata Gregório	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.8. diploma do curso de graduação diferente do exigido para o cargo pretendido.
Andre Cesar de Oliveira	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.

Andre Luiz Salles	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação e ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. curso Técnico em reabilitação em dependência química.
Bernadete Teresinha dos Santos	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.
Caroline Pioli Luz	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.8. diploma do curso de graduação.
Cleide Eliane Gabardo	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.
Clodinei Bon	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Deiveli Basso Vidal	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Edithe de Al- meida	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Gabriela Nayara Vansuita de Souza Valente	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.
Gisele Aparecida Frederick	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carte- ira do órgão regulador da profissão COREN.
João Maria Farias Prestes	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Joice Débora Ribeiro	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.8. diploma do curso de graduação
Jonathan Carlos Faier dos Santos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Lais Suellen Nascimento dos Santos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Leia Angela Flamant	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Lorecy Siqueira Barzotto	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação e 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Luiz Carlos Longo	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.7. diploma do ensino fundamental.
Mariângela Bandiera	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Mariana Pimenta Scaloppi	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.
Maristela de Siqueira Mendes	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Monique Karina Cachoeira	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.
Neivair Salete Arigoni Furlin	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Odair Donizetti Kuss	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. título de eleitor.
Rojane Maria Mezalira	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Rosiane de Fátima Cardozo	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendi- do - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.
Sandra Apareci- da Arantes	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. com- provante da última votação.

Selma Regina Gomes da Silva	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Sidineiva Cristina Franceschet de Souza	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Suzamara Castanho	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.4. comprovante da última votação.
Thais Costenaro	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Tiago Stoklosa Caldas	Ausência de documento obrigatório - item 5.2.10. carteira do órgão regulador da profissão COREN.
Zenilda Aparecida de Matos	Ausência de habilitação mínima para o cargo pretendido - item 5.1.2. capacitação em vigilância sanitária ou ambiental.

Nos termos do item 11.1, do Edital nº 004/2011, abre-se o prazo para interposição de recursos.

Portaria Nº 21.082

PORTARIA Nº 21.082, de 28 de setembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 108 e seguintes, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, e, apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 07/10/2011

11h	
Servidora:	SHIRLEY ÁRTICO
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza
11h15min	
Servidora:	ALMIRA PIRES DE MORAES
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza
11h30min	
Servidora:	IRACILDA NORA
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza
11h45min	
Servidora:	JULIANA CORDEIRO
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza
12h	
Servidora:	DANIELA MONTEIRO
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza
12h15min	
Servidora:	IVANISE DE MELLO CORDEIRO
Médicos Peritos:	Sidney Roberto Marins, João Carlos Souza dos Santos e Nelson Dallagnol de Souza

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de setembro

de 2011.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Aviso Inexigibilidade 05-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2011 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 05/2011 para contratação de serviços médicos especializados em oftalmologia para realização de consultas em seu próprio consultório, através dos profissionais credenciados: WYLER MARINHO ROBERT e MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI, pelo valor de R\$ 40,00 a consulta, com validade pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 07 de outubro de 2011.

DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Contrato 37-2011 SAÚDE

Contrato 37/2011 FMS - Prorrogação de prazo ao contrato 90/10 para contratação de serviços médicos especializados em cirurgia vascular, para realização de consultas, referente ao processo licitatório nº 49/2008, IL 08/2008. Contratado: DR. JACSON BERNARDY. Valor estimado: R\$ 12.960,00. Prazo: 08/10/2012.

Contrato 38-2011 SAÚDE

Contrato 38/2011 FMS - Prorrogação de prazo ao contrato 91/10 para contratação de serviços médicos especializados em cirurgia vascular, para realização de consultas, referente ao processo licitatório nº 49/2008, IL 08/2008. Contratado: DR. JOSÉ VITOR CAPORALI. Valor estimado: R\$ 12.960,00. Prazo: 08/10/2012.

Contrato 39-2011 SAÚDE

Contrato 39/2011 FMS - Prestação de serviços médicos especializados em oftalmologia para realização de consultas a serem realizadas no consultório do profissional, referente ao processo licitatório nº 47/2011, IL 05/2011. Contratado: DRA. MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI. Valor estimado: R\$ 96.000,00. Prazo: 07/10/2012.

Contrato 40-2011 SAÚDE

Contrato 40/2011 FMS - Prestação de serviços médicos especializados em oftalmologia para realização de consultas a serem realizadas no consultório do profissional, referente ao processo licitatório nº 47/2011, IL 05/2011. Contratado: DR. WYLER MARINHO ROBERT. Valor estimado: R\$ 96.000,00. Prazo: 07/10/2012.

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 098, de 05 de Outubro de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 098, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação a Resolução nº 21, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de

Caçador.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada no dia 04 de outubro de 2011, aprovou, e ela promulga a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Câmara Municipal de Caçador é o órgão legislativo do Município e se comporá de tantos Vereadores quantos forem permitidos em lei, respeitada a proporcionalidade com a população do Município.

Art. 2º A Câmara Municipal tem funções precipuamente legislativas, mas exerce, cumulativamente, funções de fiscalização, julgamento e assessoramento, podendo, ainda sugerir medidas administrativas e, no que lhe compete, praticar atos de administração interna.

§ 1º A função legislativa consiste em elaborar e votar leis, resoluções e decretos legislativos referentes a todos os assuntos de competência do Município e do seu peculiar interesse, respeitadas as restrições superiores.

§ 2º A função fiscalizadora e julgadora de caráter político-administrativa atinge apenas os agentes públicos do Município - Prefeito, Vice-Prefeito, Auxiliares Diretos, Secretários, Intendentes, Diretores de Autarquias ou Fundações e Vereadores, não se excedendo tal função sobre os demais agentes administrativos e pessoal burocrático sujeitos a ação hierárquica do Executivo.

§ 3º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo mediante indicações e pedidos de providências.

§ 4º A função administrativa restringe-se à organização interna da Câmara Municipal, em tudo que diz respeito à sua estrutura organizacional, ao quadro de pessoal, à direção dos serviços auxiliares, e principalmente quanto à elaboração de seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de Caçador, na Rua Fernando Machado, 139, onde realizará suas reuniões.

Parágrafo único. Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às suas funções, sem prévia autorização da Presidência.

CAPÍTULO III

DA POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO E DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

Art. 4º A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da Legislatura para a posse de seus membros e eleição da Mesa Diretora que ocorrerá em sessão solene, independente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, com a seguinte Ordem do Dia:

I - compromisso, posse e instalação da Legislatura;

II - compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, quando for o caso.

§ 1º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início da Legislatura, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar-se, quando for o caso. Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão apresentar declaração de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio e encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando requisitadas.

§ 3º No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, em pé, no que será acompanhado por todos os Vereadores, proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura no termo competente: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTES MUNICÍPIO". Ato contínuo, feita a chamada nominal, cada Vereador, novamente em pé, declarará: "ASSIM O PROMETO".

§ 4º Depois da posse dos Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão compromisso, assinando o termo de posse respectivo e entregando suas declarações de bens.

§ 5º Inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 6º O Presidente em exercício convidará um dos Vereadores presentes para secretariar os trabalhos.

§ 7º Composta a Mesa provisória, o Presidente receberá e conferirá os diplomas dos Vereadores.

§ 8º O suplente convocado tomará posse perante a Câmara reunida, no prazo estipulado no § 1º, contado da data da convocação.

§ 9º Os termos de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito serão publicados no Diário Oficial do Município.

Art. 5º Terminada a cerimônia de posse e compromisso, será a reunião suspensa por 30 (trinta) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora.

TÍTULO II

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 6º Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por palavras e votos.

Parágrafo único. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento.

CAPÍTULO II

DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 7º É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração

Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no art. 21, da Lei Orgânica.

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual ou Federal, de que seja exonerável "ad nutum", salvo de Secretário Municipal, Estadual, Ministro de Estado ou Diretor equivalente;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a" do inciso I.

CAPÍTULO III

DA PERDA DO MANDATO, RENÚNCIA E CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 8º Os deveres, as penalidades, a forma e o procedimento de perda do mandato, os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Vereador, serão previstas no Código de Ética Parlamentar, o qual passará a integrar este Regimento Interno, como seu anexo.

Art. 9º Perderá o mandato, ainda, o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 7º deste Regimento Interno;

II - cujo procedimento for antiético ou incompatível com o decoro parlamentar;

III - que se utilizar do mandato para a prática de ato de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer em cada sessão legislativa anual a terça parte das sessões ordinárias da Câmara salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - que fixar residência fora do Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VIII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e VIII a perda do mandato será declarada pela Câmara por maioria absoluta de votos, em votação pública, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos IV, V, VI e VII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 10. A renúncia ao mandato far-se-á em ofício autenticado

dirigido ao Presidente da Câmara.

Art. 11. Convocar-se-á o suplente nos casos de vacância e investidura previstos neste Regimento Interno e nos casos de licença superior a 30 (trinta) dias.

§ 1º Em caso de vaga, investidura ou licença o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo.

§ 2º Considera-se motivo justo, doença ou ausência do País, devidamente comprovadas.

§ 3º Uma vez empossado, o suplente fica sujeito a todos os direitos e obrigações dos Vereadores, salvo ser votado como membro da Mesa e Presidente de Comissão, quando empossado em caráter de substituição temporária.

Art. 12. O suplente tomará posse perante a Câmara Municipal em sessão ordinária ou extraordinária, exceto em períodos de recesso, quando ela se dará perante a Mesa.

CAPÍTULO IV

DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 13. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das Comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas: doença, luto, desempenho de missões oficiais da Câmara, além de outros, esclarecidos, com antecedência, em Plenário.

§ 2º Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar a folha de presença no início da sessão e que participar da votação das proposições em pauta na Ordem do Dia.

Art. 14. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por doença ou licença maternidade, devidamente comprovadas;

II - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município, cujo período seja superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. No caso das licenças previstas no inciso I do "caput" deste artigo, aplicam-se as regras do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 15. A investidura em cargo previsto no art. 36, § 1º, da Lei Orgânica do Município, independe de licença, considerando-se o investido automaticamente afastado.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 16. A licença deve ser solicitada ao Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado por escrito ou qualquer outro meio eletrônico, e lido na primeira sessão após o seu recebimento.

§ 1º A licença para tratamento da saúde só será deferida quando o pedido estiver devidamente instruído com atestado médico.

§ 2º Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança

de sua bancada, instruindo-o com atestado médico.

CAPÍTULO V DOS LÍDERES

Art. 17. Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre ela e os órgãos da Câmara.

§ 1º A maioria, a minoria, as representações partidárias, mesmo apenas com um membro, e os blocos parlamentares terão Líder e, quando for o caso, Vice-Líder.

§ 2º A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias e blocos parlamentares, à Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual. Enquanto não for feita a indicação, a Mesa considerará como líder o Vereador mais idoso da bancada.

§ 3º Os Líderes indicarão os respectivos Vice-Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

§ 4º Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova comunicação à Mesa.

§ 5º Os Líderes serão substituídos, nas suas faltas, impedimentos ou ausências do recinto, pelos respectivos vice-líderes.

Art. 18. É de competência dos Líderes, além de outras atribuições que lhe confere expressamente este Regimento, indicar os membros e substitutos nas comissões permanentes, comissões especiais, de inquérito ou de mera representação, que vierem a ser criadas, respeitada a proporcionalidade partidária a que alude este Regimento e a Lei Orgânica Municipal.

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo poderá ter entre os Vereadores, um Líder do Governo, de sua livre escolha, que indicará à Câmara, no início de cada ano legislativo.

Art. 20. É facultado aos Líderes do Partido ou do Governo, em caráter excepcional, salvo durante a Ordem do Dia ou quando houver orador na Tribuna, usar da palavra por tempo não superior a 05 (cinco) minutos, improrrogáveis, para tratar de assuntos que, por sua relevância e urgência, interessem ao conhecimento da Câmara, ou para rebater acusação feita ou esclarecer pronunciamento dúbio, ou definir atitudes. Neste caso, o líder externará sempre o ponto de vista de seu partido ou do governo.

TÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I DA MESA

Art. 21. A Mesa é órgão de direção de todos os trabalhos da Câmara.

Seção I Da Eleição da Mesa

Art. 22. Decorridos os 30 (trinta) minutos, da cerimônia de instalação da legislatura, posse e compromisso dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito a reunião será reaberta e os Vereadores, sob a Presidência do mais votado entre os presentes, e constatada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta,

passar-se-á, imediatamente, a eleição.

§ 2º A eleição para todos os cargos da Mesa far-se-á mediante processo de votação nominal.

§ 3º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta, os quais automaticamente empossados tomarão seus assentos junto a Mesa.

§ 4º Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira votação, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

Art. 23. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art. 24. A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio far-se-á na última reunião ordinária da segunda Sessão Legislativa, ficando automaticamente empossados os eleitos no dia 1º de janeiro.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DA MESA

Art. 25. A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário.

§ 1º Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

§ 2º No impedimento ou ausência do Presidente e Vice-Presidente, assumirá o cargo o 1º Secretário e, na impossibilidade deste, o 2º Secretário e na impossibilidade destes o mais votado.

§ 3º No caso de vaga, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição, conforme disposto neste Regimento.

Art. 26. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa, o Vereador mais votado assumirá a Presidência até nova eleição, que se realizará dentro de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 27. O Vereador ocupante de cargo na Mesa poderá dele renunciar, através de ofício subscrito com firma reconhecida a ela dirigido, que se efetivará, independente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 28. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou delas se omitam, mediante Resolução aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto no art. 68 e seguintes deste Regimento.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DA MESA**Art. 29. Compete à Mesa, entre outras atribuições:**

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - a iniciativa de projetos de Decreto Legislativo e Resolução;

IV - apresentar ao Poder Executivo projetos de lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, no Orçamento da Câmara;

V - elaborar ou expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, observados os princípios de probidade, vedada a permissão para gastos não compatíveis com o exercício da função legislativa.

VI - suplementar, mediante ato, as dotações do Orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante de lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

VII - devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara ao final do exercício;

VIII - enviar ao Prefeito, até o primeiro dia útil de março, as contas do exercício anterior;

IX - nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários ou servidores da Câmara Municipal, nos termos da Lei;

X - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

XI - representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;

XII - contratar, na forma da lei, serviços e pessoas, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

XIII - solicitar ao Prefeito a elaboração de mensagem e projeto de lei, bem como a expedição do respectivo decreto, dispendo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através da anulação parcial ou total de dotação da Câmara ou à conta de outros recursos disponíveis;

XIV - enviar ao Prefeito, até o dia dez do mês subsequente, as contas do mês anterior e até o dia trinta e um de janeiro do ano seguinte as do ano anterior, a fim de possibilitar ao Prefeito a elaboração do balancete mensal e balanço anual;

XV - elaborar o Orçamento da Câmara, enviando-o ao Prefeito, até 15 (quinze) de agosto de cada ano;

XVI - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

XVII - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal;

XVIII - apresentar o relatório anual de atividades da Câmara

Municipal, perante o Plenário, na primeira sessão ordinária da Sessão Legislativa subsequente.

**Seção I
Do Presidente**

Art. 30. O Presidente é o representante da Câmara Municipal, quando ela haja de se pronunciar coletivamente, dirige seus trabalhos e fiscaliza a sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 31. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara em juízo ou fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição Federal;

V - dar posse aos Vereadores e fazer publicar no Diário Oficial do Município o respectivo termo de posse;

VI - dirigir, com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara Municipal;

VII - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

VIII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

IX - autorizar as despesas da Câmara;

X - declarar a perda do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

XI - apresentar no Plenário, até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;

XII - comunicar ao Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Prefeito;

XIII - fixar o horário de funcionamento da Secretaria da Câmara Municipal e jornada de trabalho de seus funcionários, aos quais se aplicam, quanto aos pontos facultativos, os decretos expedidos pelo Prefeito;

XIV - tomar parte das discussões deixando a Presidência, passando-a ao seu substituto, quando se tratar de matéria que se propuser discutir;

XV - cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XVI - afastar-se da Presidência quando:

a) esta deliberar sobre matéria de seu interesse ou de parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;

b) for denunciante em processo de cassação de mandato;

XVII - quanto às Sessões da Câmara:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais, visitantes ilustres, e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador, quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) anunciar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria dela constante, fazendo constar da mesma a listagem de nomes dos Vereadores que descumprirem com o prazo para apresentação de parecer de projeto no qual funcione como relator, ou para devolução de projeto retirado para vistas, nos termos deste Regimento Interno;

h) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

i) anunciar o resultado da votação;

j) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a Ordem do Dia da sessão seguinte;

l) determinar a publicação da Ordem do Dia na página eletrônica da Câmara, no prazo regimental;

m) determinar a elaboração da redação para a 2ª discussão e a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

n) convocar sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e comunitárias nos termos regimentais.

XVIII - quanto às proposições:

a) aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;

b) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicadas, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento;

c) encaminhar projetos de lei à sanção;

d) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

e) determinar a publicação de Resoluções e Decretos Legislativos.

XIX - quanto às Comissões:

a) homologar as indicações de membros de Comissão Especial, de Inquérito e de Representação, previamente feitas pelas bancadas;

b) homologar as indicações das lideranças partidárias para a composição das Comissões Permanentes, bem como para substituição de seus membros.

Parágrafo único. Será destituído, automaticamente, independentemente de deliberação quando:

a) não se der por impedido, nos casos previstos em lei;

b) se omitir nas providências de convocação extraordinária da Câmara solicitada pelo Prefeito;

c) tendo se omitido na declaração de extinção de mandato, esta seja obtida por via judicial.

Art. 32. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de 10 (dez) dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

Seção II

Do Vice-Presidente

Art. 33. São atribuições do Vice-Presidente:

§ 1º Substituir, em todos os atos, o Presidente, nas suas faltas, ausências ou impedimentos.

§ 2º Sempre que o Presidente não se encontrar no recinto, à hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente e, em sua falta, o 1º ou o 2º Secretário, substituí-lo-ão no exercício de suas funções, que lhe serão transmitidas tão logo esteja presente.

§ 3º Quando o Presidente tiver necessidade de abandonar a Presidência, durante a reunião, proceder-se-á da mesma forma.

Seção III

Do 1º Secretário

Art. 34. São atribuições do 1º Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

I - verificar e declarar a presença dos Vereadores;

II - ler a matéria do expediente;

III - anotar as discussões e votações;

IV - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

V - acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra;

VI - assinar, depois do Presidente, as atas das Sessões Plenárias;

VII - fiscalizar a elaboração das atas das sessões e dos anais;

VIII - fiscalizar a publicação dos debates;

IX - fazer xerocar cópias dos projetos de leis, decretos legislativos e resoluções para distribuição aos vereadores e imprensa credenciada;

X - substituir o Vice-Presidente quando este tiver que assumir a Presidência e não estiver presente;

XI - dirigir e inspecionar todos os trabalhos da Secretaria;

XII - tomar parte em todas as votações, inclusive nas nominais;

XIII - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento deste;

XIV - fiscalizar os serviços da Secretaria e arquivo no que concerne à boa ordem e zelo na guarda dos livros e documentos da Câmara.

Seção IV

Do 2º Secretário

Art. 35. São atribuições do 2º Secretário:

I - fazer o assentamento de votos, nas eleições;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as atas das sessões plenárias;

III - substituir o 1º Secretário.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA

Art. 36. A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa, sob a direção do Presidente.

Parágrafo único. A segurança poderá ser feita pela Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, por servidores integrantes do serviço próprio da Câmara, ou por entidade contratada, habilitada à prestação de tal serviço.

Art. 37. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 38. Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 39. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores, servidores em serviço e convidados.

Art. 40. É proibido o porte de arma no recinto do Plenário, salvo para os casos previstos em legislação própria

I - os integrantes das Forças Armadas;

II - os integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal:

III - os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - os integrantes de quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias.

Parágrafo único. Relativamente a Vereador, a constatação do fato será considerada conduta incompatível com o decoro parlamentar.

TÍTULO IV

DAS COMISSÕES

Art. 41. As Comissões da Câmara serão:

I - Comissões Permanentes;

II - Comissões Temporárias.

CAPÍTULO I

DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 42. As Comissões Permanentes tem por objetivo estudar e emitir pareceres sobre matéria submetida a seu exame.

Art. 43. São Comissões Permanentes:

I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

II - Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município;

III - Comissão de Serviço Público;

IV - Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto;

V - Comissão de Urbanismo e Obras Públicas;

VI - Comissão de Segurança Pública e Defesa da Cidadania;

VII - Comissão de Saúde, Bem Estar Social, Meio Ambiente e Agricultura.

Art. 44. As Comissões Permanentes compor-se-ão de 03 (três) membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente e do 1º Secretário, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma Comissão Permanente.

Seção I

Da Composição

Art. 45. Os membros das Comissões Permanentes serão escolhidos para as integrar por período de um ano, permitida a recondução.

Art. 46. Na composição das Comissões Permanentes, no dia imediato ao da eleição da Mesa, no início da Legislatura, e no primeiro dia útil do ano para as demais Sessões Legislativas, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas que as integrarão.

Art. 47. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

Seção II

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 48. Compete as Comissões Permanentes:

I - à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento;

II - à Comissão Finanças, Orçamento e Contas do Município, os aspectos econômicos e financeiros, e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

b) os projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e, privativamente, o projeto do orçamento anual e a prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

III - à Comissão de Serviços Públicos, matéria sobre servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos, fixação ou alteração de sua remuneração, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da administração municipal e alienação de bens;

IV - à Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Desporto matéria atinente à educação em geral, desenvolvimento do turismo, cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, artístico e científico, diversões e espetáculos públicos, datas comemorativas, homenagens cívicas, denominações de logradouros públicos, sistema desportivo municipal e sua organização política

e plano municipal de educação e física e desportiva;

V - à Comissão de Urbanismo e Obras Públicas, matéria que diga respeito aos Planos de Desenvolvimento Urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município;

VI - à Comissão de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, matéria que diga respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania, a segurança pública, os direitos do consumidor, das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do portador de deficiência;

VII - à Comissão de Saúde, Bem Estar Social, Meio Ambiente e Agricultura matéria que diga respeito à saúde e assistência social em geral, higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico, assistência sanitária, meio ambiente, alimentação, nutrição, política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e piscicultura, abastecimento, defesa animal e vegetal e organização do setor rural.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 49. Compete, em comum, às Comissões:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - encaminhar, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida, na forma deste Regimento Interno;

III - receber reclamações e sugestões, de qualquer do povo;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento;

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa da Câmara a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições;

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta;

VII - promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relativos à sua competência;

VIII - tomar iniciativa na elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais problemas;

IX - emitir parecer sobre a matéria sujeita ao seu pronunciamento.

Art. 50. À Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade, legalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer vir a Plenário para ser discutido e, somente quando rejeitado, prosseguirá o processo.

§ 2º Se o parecer for pela inadmissibilidade total, a proposição, após publicação do parecer, será arquivada, ressalvado o disposto no § 3º.

§ 3º No caso do § 2º, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da publicação do Parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros da Câmara, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Mesa que submeta o Parecer

à deliberação do Plenário.

§ 4º Aprovado em discussão e votação única o Parecer pelo Plenário, a proposição será definitivamente arquivada; rejeitado, retornará às Comissões que devam manifestar-se sobre o mérito.

§ 5º Se o Parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação proporá emenda supressiva, se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição, à Lei Orgânica ou ao Regimento Interno.

Art. 51. As atividades de controle externo previstas no art. 64 da Lei Orgânica cabem à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

Seção III

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art. 52. Logo depois de constituídas as comissões, reunir-se-ão em sala própria, sob a direção do mais idoso, para eleger o Presidente e o Relator.

Seção IV

Dos Impedimentos

Art. 53. Sempre que o membro da comissão não puder comparecer às suas reuniões, comunicá-lo-á ao seu Presidente, pessoalmente, ou por intermédio do Líder do seu partido.

§ 1º O Presidente da Câmara, a requerimento do Presidente da Comissão respectiva, em consequência da comunicação de qualquer membro da comissão, ou por indicação do Líder do partido a que pertence o impedido ou o ausente, designar-lhe-á substituto interino.

§ 2º Cessado o impedimento do membro da comissão, finda-se a substituição respectiva.

§ 3º Cessa a permanência do substituto na comissão pelo comparecimento do substituído às reuniões da Câmara.

Seção V

Das Vagas

Art. 54. As vagas nas comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia do mandato legislativo;

III - com a opção;

IV - com a perda do lugar.

§ 1º A renúncia de qualquer membro da comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º O Vereador designado para Comissão Permanente ou Especial e que, presente à reunião da Câmara, não comparecer a cinco reuniões consecutivas das referidas comissões, perderá o lugar e ser-lhe-á, desde logo, nomeado o substituto na forma do § 3º.

§ 3º O Presidente da Câmara homologará, na primeira reunião, de acordo com a indicação do líder do partido a quem couber, qualquer vaga na comissão.

Seção VI

Das Reuniões das Comissões

Art. 55. As comissões reunir-se-ão, ordinariamente, em sala própria, no recinto da Câmara, em dia e hora pré-fixados, podendo, entretanto, fazê-lo em local diverso, por decisão da maioria dos seus membros.

Art. 56. As Comissões Permanentes observarão os seguintes preceitos:

I - as reuniões das Comissões sempre serão públicas;

II - prazo de 03 (três) dias úteis para que o Presidente da Comissão designe relator para matéria submetida ao seu exame;

III - prazo máximo de 03 (três) dias para vistas de membro da comissão, se solicitada vista por mais de um membro, o prazo será comum na comissão;

IV - deliberação por maioria absoluta;

V - as Comissões Permanentes terão relatores previamente designados para cada um dos principais assuntos de sua competência.
§ 1º A manifestação do relator da matéria será submetida, em reunião aos demais membros da comissão, e acolhida como parecer, se aprovada pela maioria absoluta.

§ 2º O voto, em face da manifestação do relator poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições, devendo nos dois casos, vir acompanhado por escrito, das razões que o fundamentam em separado.

§ 3º Voto em separado acompanhado pela maioria da Comissão, passa a constituir o seu parecer.

§ 4º Somente em casos expressamente previstos neste Regimento o parecer de comissão poderá ser verbal.

§ 5º Os presidentes das comissões poderão determinar a transcrição em ata dos documentos que interessem aos assuntos em exame, para estudo dos pareceres dos relatores ou voto de qualquer membro da comissão.

Art. 57. Ao Presidente da Comissão compete:

I - determinar os dias de reuniões;

II - presidir todas as reuniões da comissão e nelas manter a ordem;

III - fazer ler a ata da reunião anterior, submetê-la à discussão e aprovação;

IV - dar à comissão conhecimento de toda a matéria recebida;

V - conceder a palavra aos membros da comissão, pelo tempo que julgar necessário;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates, ou faltar à consideração aos seus pares, ou aos representantes do poder público;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida;

VIII - submeter a votos as questões sujeitas à comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições aos membros da comissão ou avocá-las;

X - assinar os pareceres e convidar os demais membros da

comissão a fazê-lo;

XI - enviar à Mesa toda a matéria destinada à leitura em reunião plenária;

XII - ser o representante da comissão junto à Mesa;

XIII - solicitar ao Presidente da Câmara substitutos para os membros da comissão ausentes ou impedidos de comparecer;

XIV - resolver, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas na comissão sobre os trabalhos;

XV - no fim de cada ano legislativo, enviará a mesa, como subsídio para o relatório anual, relatório das proposições que tiveram andamento na comissão e das que ficaram pendentes de parecer.

§ 1º Em caso de empate, ficará adiada a decisão até que se tomem os votos dos membros ausentes e se forme a maioria.

§ 2º Ausente ou impedido o Presidente, far-lhe-á às vezes o Relator. Se este também não estiver presente assumirá a presidência o Vereador mais idoso, convidando um dos membros para secretariar a reunião.

Art. 58. Os presidentes das comissões permanentes reunir-se-ão mensalmente, com a Presidência da Câmara, para adotar providências visando a rápida tramitação das proposições.

Art. 59. Salvo exceções previstas neste Regimento, cada comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para exarar parecer, prorrogável, por mais 15 (quinze), pelo Presidente da Câmara, mediante requerimento fundamentado.

§ 1º O prazo previsto neste artigo é contado da data em que a matéria der entrada na Comissão.

§ 2º Findo o prazo, a matéria deverá ser encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer.

§ 3º Pedido de informações dirigido ao Executivo Municipal ou diligência imprescindível ao estudo da matéria, desde que solicitada através do Plenário, suspendem o prazo previsto no "caput" deste artigo.

§ 4º Para matéria com pedido de urgência do Executivo, o prazo para exarar parecer será de 15 (quinze) dias, comum a todas as comissões que se devam pronunciar.

Art. 60. Matéria sujeita à apreciação das comissões será analisada pelo Departamento Jurídico da Câmara e pela Assessoria Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Na análise serão sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 61. As Comissões Temporárias, que se extinguem com o término da Legislatura ou logo que tenham alcançado o seu objetivo, são:

I - Especiais;

II - De inquérito;

III - De representação;

IV - Processantes;

V - Comissão de Legislação Participativa.

Parágrafo único. Na composição das comissões previstas nos incisos I, II, III e IV, adotar-se-á o critério da proporcionalidade partidária.

Seção I Das Comissões Especiais

Art. 62. As Comissões Especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração da Lei Orgânica e deste Regimento Interno, ao estudo de problemas municipais e a tomada de posição pela Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º A proposição indicará, fundamentalmente, a finalidade, o número de membros que a deverão compor e o prazo de sua duração.

§ 2º Não será constituída Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

Seção II Das Comissões de Inquérito

Art. 63. As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos neste Regimento, serão criadas pela Câmara Municipal mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 1º À vista de requerimento subscrito por Vereadores em número igual ou superior a 1/3 (um terço) da Câmara, a fim de que seja criada Comissão Parlamentar de Inquérito, os Líderes das Bancadas da Câmara farão a designação dos respectivos membros, homologadas pelo Presidente, assegurando-se tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 2º O requerimento de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito deverá indicar, necessariamente:

I - a finalidade, devidamente fundamentada;

II - o número de membros;

III - o prazo de funcionamento será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito que não se instalar e iniciar seus trabalhos dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias estará automaticamente extinta.

§ 4º A Comissão, devidamente instalada, poderá, a critério de seus membros, desenvolver seus trabalhos no período de recesso parlamentar.

§ 5º Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar à Mesa Diretora os funcionários da Secretaria da Câmara necessários aos seus trabalhos, como em caráter transitório, os de qualquer Secretaria da Municipalidade, ou órgão autônomo que possam contribuir para o desempenho de suas atribuições, os quais serão requisitados pela Comissão à autoridade competente.

§ 6º A Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa Diretora os meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, tendo o Relator o atendimento preferencial das providências solicitadas.

§ 7º A Comissão Parlamentar de Inquérito, observadas as normas deste Regimento, da legislação específica e, subsidiariamente, do Código de Processo Penal, poderá:

I - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Secretários Municipais, tomar depoimentos de autoridades municipais e requisitar serviços de quaisquer entidades, inclusive policiais;

II - incumbir qualquer de seus membros ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Diretora;

III - deslocar-se a qualquer ponto do território municipal para a realização de investigação e audiências públicas;

IV - requisitar técnicos especializados de qualquer órgão público municipal para realizar as perícias necessárias e indispensáveis ao completo esclarecimento do assunto, bem assim, para assessorá-la em questões especializadas;

V - requerer a intimação judicial ao juízo competente, quando do não comparecimento do intimado pela Comissão, por duas convocações consecutivas.

Art. 64. A Comissão Parlamentar de Inquérito elaborará relatório sobre a matéria, votando-o e enviando-o à publicação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão de seus trabalhos, respeitado o disposto nos arts. 63, § 2º, III e 66 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão deverá comunicar em Plenário a conclusão de seus trabalhos, mencionando o encaminhamento do respectivo relatório para publicação.

Art. 65. Sempre que a Comissão Parlamentar de Inquérito julgar necessário consubstanciar o resultado de seu trabalho numa proposição, ela a apresentará em separado, constituindo seu relatório a respectiva justificativa.

Art. 66. Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, a requerimento de membro da Comissão.

Parágrafo único. Só será admitido um pedido de prorrogação na forma do presente artigo, não podendo o prazo ser superior ao que fixado originariamente para seu funcionamento.

Seção III Das Comissões de Representação

Art. 67. As Comissões de Representação, constituídas para representar a Câmara em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador.

Parágrafo único. Quando a Câmara se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário, e membros das Comissões Permanentes na esfera de suas atribuições.

Seção IV Das Comissões Processantes

Art. 68. As Comissões Processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato.

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento cominadas com destituição.

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou contra Secretário Municipal, por infração político-administrativa prevista em lei específica.

Art. 69. As Comissões Processantes serão constituídas pelos Vereadores desimpedidos, na forma prevista neste Regimento.

§ 1º Considera-se impedido o Vereador denunciante, no caso dos incisos I e III do art. 68, e, os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa contra a qual é dirigida, no caso do inciso II do mesmo artigo.

§ 2º Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

Seção V Da Comissão de Legislação Participativa

Art. 70. À Comissão de Legislação Participativa em razão de sua competência, cabe:

I - sugestões de iniciativa legislativa apresentada por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos; e

II - pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de quaisquer das entidades mencionadas no inciso I.

§ 1º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição de autoria desta e encaminhadas à Mesa para tramitação.

§ 2º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer desfavorável da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas ao arquivo.

§ 3º Aplica-se à apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participativa, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas Comissões.

§ 4º As demais formas de participação recebidas pela Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas à Mesa para o trâmite regimental.

§ 5º As normas para a organização dos trabalhos da Comissão de Legislação Participativa serão fixadas em regulamento interno próprio.

TÍTULO V DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 71. As reuniões da Câmara Municipal serão:

I - ordinárias, as que assim forem regimentalmente classificadas;

II - extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversas das pré-fixadas para as ordinárias, ou quando convocadas nos termos deste Regimento;

III - solenes, as realizadas para instalação da legislatura e para posse do Prefeito e Vice-Prefeito, para comemorações e homenagens especiais;

IV - comunitárias.

Art. 72. À hora do início da reunião, às dezoito horas e quinze minutos, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 1º O Presidente verificará, pelo livro de presença, o número de Vereadores presentes.

§ 2º Achando-se presente, no mínimo, o terço do total dos Vereadores, será declarada aberta a reunião.

§ 3º Se faltar esse terço, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos para que se complete o número.

§ 4º Decorrido o prazo de que trata o § 3º, sem que haja número suficiente, dispensará o Presidente os Vereadores presentes.

§ 5º As reuniões serão levantadas antes de finda a hora a elas destinada nos seguintes casos:

I - tumulto grave;

II - em homenagem a memória de pessoas falecidas;

III - quando presente menos de 1/3 (um terço) de seus membros;

IV - por falta de matéria para ser discutida ou votada ou de oradores inscritos ou não.

§ 6º A Câmara poderá destinar o tempo reservado à Palavra Livre a comemorações especiais, ou interromper a reunião para a recepção de personagens ilustres, desde que assim resolva o Presidente, ou por deliberação do Plenário.

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES

Seção I Das Reuniões Ordinárias

Art. 73. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do Município de Caçador, no período de 1º de fevereiro a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhes correspondem, previstas no "caput" deste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no "caput" deste artigo, correspondendo à sessão legislativa ordinária.

§ 3º As reuniões ordinárias serão realizadas a partir das dezoito horas e quinze minutos, nas três primeiras segundas e terças-feiras do mês, com duração prevista de 2 (duas) horas, durante

as quais, os membros da Mesa e os Vereadores ocuparão os respectivos lugares.

§ 4º A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto de Lei Orçamentária.

Seção II Das Reuniões Extraordinárias

Art. 74. A convocação Extraordinária da Câmara far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - pelo Presidente da Câmara durante o período ordinário ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses com a apreciação da maioria absoluta da Câmara.

Art. 75. Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 1º A convocação extraordinária durante o período ordinário se fará por simples comunicação do Presidente, inserida na ata, ficando automaticamente cientificados todos os Vereadores.

§ 2º A convocação do Prefeito se fará mediante ofício dirigido ao Presidente, comunicando o dia para a realização da reunião extraordinária. De posse do ofício, o Presidente, se o receber:

I - durante o período ordinário de reuniões, procederá nos termos do § 1º;

II - durante o recesso, cientificará os Vereadores, com 07 (sete) dias de antecedência, através de citação pessoal.

§ 3º Na omissão do Presidente da Câmara, o Prefeito poderá cientificar diretamente os Vereadores, igualmente com a antecedência de 07 (sete) dias, através de citação pessoal.

Art. 76. A divisão das reuniões extraordinárias é no que couber, a mesma das reuniões ordinárias.

Seção III Das Reuniões Solenes

Art. 77. Poderá a Câmara convocar reuniões solenes para homenagear pessoas ilustres e para comemorações especiais e deverá fazê-lo na instalação da legislatura.

Art. 78. As reuniões solenes independem de "quorum" e não terão Ordem do Dia, exceto aquela em que for eleita a Mesa, que não poderá funcionar sem a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 79. Nas reuniões solenes falarão apenas os oradores previamente designados, podendo, entretanto, serem convidados oradores que não sejam Vereadores.

Parágrafo único. É obrigatório facultar a palavra a personalidades que estejam sendo homenageadas em reunião solene.

Art. 80. Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.

Seção IV Das Sessões Comunitárias

Art. 81. Poderá a Câmara convocar reuniões comunitárias com as associações de bairros e comunidade rurais para discussão de propostas e apresentação de prioridades de interesse público.

§ 1º As reuniões comunitárias poderão ser realizadas em qualquer ponto do Município, cuja data e horário serão marcadas previamente pela Mesa Diretora, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º Nas reuniões comunitárias farão uso da palavra os Vereadores e os líderes comunitários, devendo estes se limitar ao tema em debate.

§ 3º Das reuniões comunitárias lavrar-se-á ata, arquivando-se na Secretaria da Câmara, os pronunciamentos escritos, documentos e Palavra Livre.

CAPÍTULO III DA DIVISÃO DAS REUNIÕES

Art. 82. As reuniões públicas, ordinárias e extraordinárias, compõem-se de 4 (quatro) partes, a saber:

I - Expediente;

II - Pequenos comentários;

III - Ordem do Dia;

IV - Palavra Livre.

Seção I Do Expediente

Art. 83. O Expediente terá duração indeterminada e destinar-se-á, exclusivamente, a leitura, discussão e aprovação da ata ou atas e leitura da correspondência recebida.

Art. 84. Abertos os trabalhos, proceder-se-á a apreciação da ata da reunião anterior que será considerada aprovada pelo Presidente, independentemente de votação, se não houver reclamação.

§ 1º O Vereador que desejar retificar, ou emendar a ata, poderá fazê-lo verbalmente, ao ser submetida à aprovação do Plenário.

§ 2º Cabe ao Presidente julgar procedente ou não a retificação ou emenda proposta.

§ 3º Se for contestada a retificação ou emenda proposta, poderá a dúvida ser dirimida mediante audiência da gravação da reunião a que se refere à Ata.

Art. 85. Aprovada e assinada a Ata, dará o Secretário conhecimento, em sumário, da correspondência recebida.

§ 1º Qualquer Vereador poderá pedir a leitura na íntegra do documento mencionado em síntese, ou obter vista do mesmo para inteirar-se melhor do seu conteúdo.

§ 2º A correspondência, depois de tornada pública, será despachada pelo Presidente.

Seção II Pequenos Comentários

Art. 86. Os Pequenos Comentários, destinam-se à manifestação de Vereadores sobre o expediente lido e breves comunicações ao Plenário.

Parágrafo único. Nenhum Vereador poderá exceder o prazo de 05

(cinco) minutos nos Pequenos Comentários, devendo a palavra ser solicitada ao Presidente.

Seção III Da Ordem do Dia

Art. 87. Finda a leitura da correspondência e após os Pequenos Comentários, tratar-se-á da matéria incluída na Ordem do Dia.

Art. 88. O 1º Secretário anunciará, em síntese, o que se houver de votar ou discutir e votar.

Art. 89. Para as votações será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara.

Art. 90. As votações obedecerão à seguinte ordem:

I - redações finais;

II - matérias com discussão encerrada;

III - matérias da Ordem do Dia;

IV - proposições de autoria dos Vereadores.

§ 1º Não havendo número legal para as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão.

§ 2º Se houver matéria urgente, com discussão encerrada e ocorrer número legal para deliberar, o Presidente solicitará ao Vereador que estiver na tribuna que interrompa o seu discurso, a fim de se proceder as votações, desde que o mesmo não esteja discutindo matéria em regime de urgência.

§ 3º O ato de votar nunca será interrompido.

§ 4º Sempre que ocorrer votação nominal mencionar-se-á na ata os nomes dos votantes.

§ 5º A falta de número legal para as votações não prejudicará a discussão da matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 91. Independente de inscrição prévia, a palavra para discutir matéria constante da Ordem do Dia obedecerá a seguinte escala preferencial:

I - o Autor;

II - o Líder do Governo, se a proposição for de origem executiva;

III - o Relator;

IV - os Vereadores.

Art. 92. Cada um dos oradores poderá ocupar a tribuna pelo tempo de 10 (dez) minutos para debater qualquer matéria em discussão.

Parágrafo único. Ao autor, Líder do Governo e Relator será dada oportunidade de rebater os argumentos contra a proposição.

Art. 93. Encerrada a discussão, fato que será expressamente declarado pelo Presidente, será a proposição votada em seguida.

Art. 94. A justificativa das proposições dos Vereadores deverá ser feita, se assim o desejar o autor, tão logo seja anunciada sua discussão.

Art. 95. Terminada a votação das proposições escritas, poderão ser apresentadas proposições verbais que envolvam votos de

pesar ou regozijo.

Parágrafo único. As proposições de que trata este artigo independem da aprovação do Plenário, mas serão deferidas, de plano, pela Presidência e registradas em ata.

Art. 96. A Ordem do Dia terá duração ilimitada e se encerrará por falta de matéria ou por decurso do prazo de duração da reunião.

§ 1º O Presidente ou qualquer Vereador poderá propor a prorrogação do tempo regimental de duração da reunião para concluir a discussão ou a votação das matérias da Ordem do Dia.

§ 2º Qualquer proposta de prorrogação de prazo deverá ser aprovada pelo Plenário.

§ 3º Se ao ser requerida a prorrogação, houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para submeter a votos o requerimento.

Seção IV Da Palavra Livre

Art. 97. Terminada a Ordem do Dia, será o tempo restante da reunião dividido pelo número de oradores inscritos e dada a palavra pela ordem de inscrição.

§ 1º A lista de inscrição estará à disposição dos Vereadores desde meia hora antes do início da reunião até o final do expediente.

§ 2º Será facultado a qualquer orador inscrito ceder parte ou todo o seu tempo ao colega que necessite de maior espaço para o seu pronunciamento.

§ 3º Os oradores inscritos para a Palavra Livre poderão abordar na tribuna assuntos de sua livre escolha, mas não poderão ultrapassar o tempo que lhe for destinado.

§ 4º O orador inscrito que entender insuficiente o tempo que lhe for destinado poderá questionar junto aos colegas a cessão de parte ou todo o tempo de que dispõem.

§ 5º O Vereador inscrito que não se achar no recinto quando lhe for dada a palavra, perderá a vez de falar e só poderá fazê-lo na mesma reunião se houver ainda tempo disponível depois que todos os oradores inscritos tenham falado.

§ 6º Fica expressamente proibida a prorrogação da reunião a não ser para concluir a discussão ou votação de matéria constante da Ordem do Dia.

Art. 98. Após haverem, falado todos os oradores inscritos, se houver tempo disponível, será franqueada a palavra aos Vereadores que não estavam inscritos, pelo tempo restante da reunião.

TÍTULO VI DOS DEBATES

CAPÍTULO I DA ORDEM DOS DEBATES

Seção I Disposições Gerais

Art. 99. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da Sessão.

§ 2º O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º O orador poderá falar da tribuna ou da bancada.

Seção II Do Uso da Palavra

Art. 100. O Vereador poderá falar:

I - por 05 (cinco) minutos, sem apartes:

- a) para retificar ou impugnar Ata;
- b) se autor da proposição ou líder da bancada, para encaminhar a votação;
- c) para declaração de voto;
- d) para breves comunicações ao Plenário.

II - por 10 (dez) minutos, sem apartes, para formular questão de ordem, ou pela ordem;

III - por 10 (dez) minutos, com apartes, para discutir requerimento e para discutir a redação final dos projetos;

IV - por 15 (quinze) minutos, com apartes:

- a) para tratar de assunto de sua livre escolha durante a Palavra Livre, quando não for definido outro prazo nos termos do caput do art. 97;
- b) para discutir projetos, prorrogável o tempo por igual prazo;
- c) para discutir requerimento de sua autoria;
- d) para discutir matéria não prevista neste Regimento.

§ 1º O tempo de que dispuser o Vereador começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 2º Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, exceto por aparte concedido, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 3º Aplica-se o disposto no inciso IV, alínea "b", ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 101. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartando.

Art. 102. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

- I - para comunicação importante e inadiável à Câmara;
- II - para recepção de visitantes ilustres;
- III - para votação de requerimento de prorrogação da sessão quando o prazo desta estiver por esgotar-se;
- IV - por ter transcorrido o tempo regimental;
- V - para formulação de questão de ordem ou manifestação pela ordem.

Seção III

Dos Apartes

Art. 103. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

§ 1º O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador, permanecendo sentado.

§ 2º É vedado ao Vereador que estiver ocupando a Presidência, apartear.

Art. 104. Não é permitido aparte:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;

III - paralelo ou cruzado;

IV - nas hipóteses de uso de palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. O serviço de apoio do Poder Legislativo não registrará apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

Seção IV Da Ordem e das Questões de Ordem

Art. 105. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "pela Ordem", para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "pela Ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 106. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento pode ser suscitada em "Questão de Ordem".

§ 1º É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

Seção V Do Recurso das Decisões do Presidente

Art. 107. Das decisões da Presidência, cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 108. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado da decisão.

§ 1º Na hipótese do disposto no parágrafo único do art. 107, segunda parte, o recurso poderá ser formulado verbalmente, em sessão, sendo considerado deserto se, até uma hora depois do encerramento da sessão não for apresentado por escrito.

§ 2º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, o

Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 3º No prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º O recurso e o Parecer da Comissão serão imediatamente publicados no Diário da Câmara e incluído na pauta da Ordem do Dia para apreciação plenária, em discussão única.

§ 5º A decisão do Plenário é definitiva.

CAPÍTULO II DAS ATAS DA CÂMARA

Art. 109. De cada reunião da Câmara lavrar-se-á ata resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser submetida à apreciação do Plenário, na reunião subsequente.

§ 1º A redação da ata de cada reunião deverá ser encaminhada aos Vereadores através de correio eletrônico em tempo hábil, mediante confirmação de recebimento, para que possa ser lida até o início da reunião subsequente, ficando a critério do Presidente a dispensa total ou parcial da sua leitura em Plenário.

§ 2º Depois de aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e demais Vereadores presentes.

Art. 110. As proposições e documentos apresentados na reunião somente serão citados com a declaração do objeto a que se referem, salvo requerimento de transcrição integral, aprovado pela Câmara.

Parágrafo único. Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Mesa Diretora da Câmara, salvo os casos previstos no Regimento.

Art. 111. A transcrição de declaração de voto, em termos concisos e regimentais, é de livre iniciativa do Vereador.

Art. 112. O orador deverá entregar à Mesa, imediatamente após o término do discurso, os documentos lidos na sessão ou cópias autenticadas dos mesmos, a fim de que sejam transcritos nos Anais; não o fazendo somente se fará observar sua leitura.

Parágrafo único. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo.

Art. 113. A ata da última reunião de cada legislatura será analisada e assinada apenas pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO III DA PAUTA

Art. 114. Todas as matérias em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa Diretora.

§ 1º Salvo deliberação do Plenário, em contrário, nenhum projeto será entregue à discussão inicial ou única, na Ordem do Dia, sem haver figurado em pauta, para conhecimento e estudo dos Vereadores, pelo menos durante 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º As matérias em pauta serão anunciadas no fim da Ordem do Dia, além de publicadas em avulsos na página eletrônica da Câmara.

§ 3º Desde que um projeto esteja na pauta somente a Mesa

receberá as emendas que forem apresentadas.

§ 4º Se forem apresentadas emendas, deverá o projeto, sem prejuízo da pauta, baixar novamente às comissões.

§ 5º Se não forem apresentadas emendas será o mesmo incluído na Ordem do Dia.

§ 6º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Vereador, com recursos de sua decisão para o Plenário, retirar de pauta proposição que necessite parecer de outra comissão, esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência complementar.

§ 7º Toda proposição incluída em pauta entrará na Ordem do Dia, tanto quanto possível na mesma ordem cronológica em que ali estiver figurado.

§ 8º As proposições que tiverem regimentalmente processo especial, não serão atingidas pelas disposições desta seção.

TÍTULO VII DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES

Art. 115. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas comissões, da Mesa e da Presidência, tomará forma de proposição, que comporta as seguintes espécies:

I - projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução.

II - indicações;

III - requerimentos;

IV - moções;

V - pedidos de informações;

VI - emendas.

Parágrafo único. Emenda é proposição acessória.

Art. 116. Somente serão recebidas pela Mesa proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º As proposições em que se exige forma escrita deverão estar acompanhadas de justificativa escrita e estarem assinadas pelo autor, e, nos casos previstos neste Regimento, pelos Vereadores que a apoiarem.

§ 2º Havendo apoio, considera-se autor da proposição o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque.

§ 3º As proposições que fizerem referência a leis, contratos ou convênios, ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 117. Apresentada proposição com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação, prevalecerá a primeira apresentada.

§ 1º Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a Presidência ou a Comissão de Legislação, Justiça e Redação o seu arquivamento.

§ 4º No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes.

Art. 118. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá proposição sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 119. Ressalvadas as exceções previstas na Lei Orgânica, neste Regimento ou em Lei Complementar, nenhuma proposição será objeto de deliberação do Plenário sem parecer das comissões competentes.

Art. 120. A proposição poderá ser retirada pelo autor mediante requerimento à Mesa, que dependerá de deliberação do Plenário se a proposição tiver parecer favorável de comissão.

Art. 121. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 122. Ao encerrar-se a Legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas e levadas a conhecimento de seus autores.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo as proposições de iniciativa do Vereador reeleito e da Comissão de Participação Legislativa, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes.

Seção I Dos Projetos

Art. 123. A Câmara exerce sua função legislativa por meio dos projetos de lei, de resolução e decreto legislativo.

Art. 124. Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência do Município, com a sanção do Prefeito Municipal.

Art. 125. Terão forma de decreto legislativo ou de resolução as deliberações da Câmara tomadas em Plenário e que independem de sanção do Prefeito. Neste caso, com a votação final considera-se encerrada a elaboração do ato legislativo que será promulgado pelo Presidente da Câmara.

§ 1º Destinam-se os decretos legislativos a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, tais como:

I - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município;

II - aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo órgão estadual competente;

III - concessão de títulos de cidadão honorário e qualquer outra honraria;

IV - representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome ou da sede do Município e Distrito;

V - mudança de local de funcionamento da Câmara;

VI - cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na Legislação Federal;

VII - aprovação de convênios ou acordos de que for parte o Município.

§ 2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de interesse interno da Câmara, sobre a qual deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Vereador;

II - concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III - criação de comissão especial, de inquérito ou mista;

IV - conclusões de comissão de inquérito;

V - qualquer matéria de natureza regimental;

VI - todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não compreenda nos limites dos simples atos administrativos.

Art. 126. Os projetos deverão ser assinados por seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, precedidos sempre de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º Cada projeto deverá conter simplesmente, a enunciação da vontade legislativa de acordo com a respectiva ementa.

§ 2º O autor do projeto deverá fundamentá-lo por escrito ou verbalmente.

§ 3º Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que se possa adotar uma e rejeitar outra.

§ 4º Sempre que o projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa o restituirá ao autor, para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 5º Se os projetos enviados pelo Prefeito Municipal não contiverem ementa, o 1º Secretário providenciará para que a mesma seja sobreposta.

§ 6º A Mesa não poderá aceitar projetos de lei, de resolução ou decreto legislativo, ou ainda substitutivo global, que não seja encimado por ementa sucinta e precisa.

§ 7º O projeto será despachado às comissões respectivas, por intermédio da Diretoria da Câmara, depois de numerado, registrado e lido em Plenário, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento.

Art. 127. A votação e discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta

dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A aprovação da matéria colocada em discussão dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão, ressalvados os casos previstos na Lei Orgânica do Município.

Art. 128. As matérias constantes de projetos rejeitados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da Câmara.

Art. 129. Aprovado o projeto de lei este será enviado, no prazo de 10 (dez) dias, ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 2º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 3º O veto parcial somente abrangerá texto integral, de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º A apreciação do veto, pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de 30 (trinta) dias úteis a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 5º Será de 20 (vinte) dias o prazo para que a Comissão apresente o seu parecer.

§ 6º Rejeitado o veto, será o projeto enviado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Prefeito para promulgação.

§ 7º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 55, da Lei Orgânica Municipal.

§ 8º A não promulgação da lei no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 2º e 6º, autoriza o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

§ 9º A lei promulgada nos termos do § 8º, produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 10. Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original, observando o prazo estipulado no § 8º.

§ 11. O prazo previsto no § 4º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 12. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 13. Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Seção II Das Indicações

Art. 130. Indicação é a proposição em que são sugeridas aos poderes constituídos, medidas de interesse público, que não caibam em projeto de lei, devendo ser redigida com clareza e precisão.

Art. 131. Lida em súmula, na hora do expediente, será a indicação

incluída na Ordem do Dia da mesma reunião, para discussão e votação em turno único.

Seção III Dos Requerimentos

Art. 132. Requerimento é a proposição dirigida à Mesa ou ao Presidente, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

I - sujeitos à decisão do Presidente;

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º Quanto à forma, os requerimentos são:

I - verbais;

II - escritos.

Subseção I Dos Requerimentos Sujeitos à Decisão do Presidente

Art. 133. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento verbal que solicite:

I - a palavra, ou sua desistência;

II - retificação de ata;

III - verificação de "quorum"

IV - verificação de votação pelo processo simbólico;

V - a posse de Vereador;

VI - "Pela Ordem", à observância de disposição regimental;

VII - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

VIII - a inclusão, na Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

IX - a requisição de documentos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, sobre proposição em discussão;

X - a anexação de proposições semelhantes;

XI - desarquivamento de proposição;

XII - a suspensão da sessão.

Art. 134. Será despachado imediatamente pelo Presidente o requerimento escrito que solicite:

I - a juntada de documentos à proposição em tramitação, inclusive emendas;

II - a inserção em Ata de voto de pesar;

III - a retirada, pelo autor, de proposição sem parecer ou com parecer contrário de Comissão;

IV - a requisição de documentos existentes na Câmara, ainda não publicados, sobre proposição em discussão;

V - justificativa de Vereador pelo não comparecimento à sessão;

VI - audiência de comissões quando formulado por qualquer Vereador.

Art. 135. Será despachado pelo Presidente, que o fará publicar, com seu despacho, o requerimento escrito de iniciativa de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores, que solicite a criação de Comissão de Inquérito.

Subseção II

Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 136. Dependerá de deliberação do Plenário, será verbal e não sofrerá discussão o requerimento que solicite:

I - a prorrogação da sessão;

II - a audiência de Comissão não ouvida sobre matéria em discussão;

III - a inversão da Ordem do Dia;

IV - o adiamento da discussão ou votação;

V - a votação da proposição por título, capítulos ou seções;

VI - a votação em destaque;

VII - a preferência nos casos previstos neste Regimento;

VIII - o encerramento da sessão nas hipóteses previstas neste Regimento;

IX - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida;

X - o encerramento da discussão nos termos do art. 150.

Art. 137. Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - a constituição de Comissão de Representação;

II - a inserção, nos anais, de documentos ou publicações de alto valor cultural, oficial ou não, podendo a Presidência determinar a audiência da Comissão competente antes de submetê-lo ao Plenário;

III - a retirada, pelo autor, de proposição com parecer favorável para arquivamento;

IV - licença de Vereador, exceto o previsto no inciso I do art. 14;

V - inclusão, na Ordem do Dia, de proposição em condições de nela figurar;

VI - a prorrogação do período de adiamento de discussão ou votação;

VII - a justificativa de Vereador por não ter comparecido à sessão em razão de ausência do País;

VIII - pedidos de informações.

§ 1º Os requerimentos de pedidos de informações versarão sobre atos da Mesa, do Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipais, das concessionárias e permissionárias de serviços públicos municipais e das entidades conveniadas ou consorciadas com o Município.

§ 2º Assim que recebidas as informações solicitadas, serão elas

encaminhadas ao autor do requerimento.

§ 3º Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência ao autor.

Art. 138. Dependerá de deliberação do Plenário, sujeito a discussão, o requerimento escrito apresentado durante o expediente que solicite:

I - realização de sessão extraordinária, solene ou fora da sede do Legislativo;

II - a constituição de comissão especial;

III - inserção em ata, de voto de louvor, regozijo ou congratulações por ato ou acontecimento de alta significação;

IV - regime de urgência para determinada proposição;

V - a manifestação da Câmara sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento;

VI - inserção em ata, de moção de apoio ou desagravo, ou moção de protesto ou repúdio;

VII - licença do Prefeito;

VIII - licença do cargo de Presidente da Câmara para ausentar-se do País, por mais de 10 (dez) dias;

IX - submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça e Redação;

X - convocação de titulares da Administração Municipal;

XI - encaminhamento de sugestão ao Executivo.

Seção IV

Das Moções

Art. 139. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

Art. 140. As moções deverão ser redigidas com clareza e precisão, concluindo, necessariamente, pelo texto que será objeto de apreciação do Plenário.

Seção V

Dos Pedidos de Informação

Art. 141. Qualquer Vereador poderá encaminhar pedido de informação sobre atos dos demais poderes, bem como das autarquias, entidades estaduais e sociedades de economia mista, cuja fiscalização interessa ao Legislativo, no exercício de suas atribuições legais.

§ 1º Não cabem, em pedido de informações, quesitos que importem em sugestão ou conselho à autoridade consultada.

§ 2º Se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas tiverem chegado, espontaneamente prestados, os esclarecimentos pretendidos, deixará de ser encaminhado o pedido de informação.

§ 3º O recebimento da resposta do pedido de informação será referido no expediente, encaminhando-se cópia ao Vereador requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar o pedido de informação que contenha expressões pouco corteses, assim como deixará de

receber resposta que esteja vazada em termos que possam ferir a dignidade de algum Vereador ou da Câmara, dando-se ciência de tal fato ao interessado.

Art. 142. Lido na hora do expediente, o pedido de informação será incluído na Ordem do Dia na mesma reunião para discussão e votação única.

Seção VI Das Emendas

Art. 143. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se substitutivo geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;
IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente.

Parágrafo único. Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra.

Art. 144. As emendas poderão ser apresentadas até o início da sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º No primeiro turno de discussão e votação, cabem emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º No segundo turno de discussão e votação, somente caberão Emendas Supressivas ou Aditivas, subscritas por 1/3 (um terço), ou mais, dos Vereadores.

§ 3º As emendas só poderão ser apresentadas antes de encerrada a discussão.

§ 4º Na redação final, somente caberá Emenda de Redação.

TÍTULO VIII DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I DA DISCUSSÃO

Art. 145. As deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo tomadas segundo o "quorum" previsto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

Parágrafo único. Se a aprovação de projetos de lei exigir "quorum" qualificado este deverá ser observado em todas as votações, inclusive na redação final.

Art. 146. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita a deliberação.

Parágrafo único. Todas as proposições que dependem de aprovação do Plenário ficam sujeitas à discussão prévia, atendidas as normas deste Regimento.

Art. 147. Em ambos os turnos, a discussão versará sobre o conjunto da proposição e emendas, se houver.

§ 1º Contendo o projeto número considerável de artigos, a Câmara poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a

discussão se faça por títulos, capítulos ou seções.

§ 2º Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara, pelo número e importância das emendas oferecidas, qualquer Vereador poderá requerer a remessa dos mesmos à comissão competente para apreciar-lhes o mérito, a qual pronunciar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas, voltando a proposição à discussão na sessão imediata.

Art. 148. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado.

§ 2º Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vistas do projeto, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de comissão.

§ 3º Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 149. A proposição que não tiver sua discussão encerrada na mesma sessão, será apreciada na sessão imediata.

Art. 150. O encerramento da discussão dar-se-á:

I - pela ausência de oradores;

II - pelo decurso do prazo regimental.

Parágrafo único. É permitido, porém, a qualquer Vereador, requerer o encerramento da discussão, quando tenham falado sobre a matéria pelo menos cinco oradores.

CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

Art. 151. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão, salvo se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ao debate da matéria em deliberação.

§ 2º A declaração do Presidente, de que a matéria está em votação, constitui o termo inicial dela.

§ 3º O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;

III - quando houver empate na votação;

IV - na apreciação do veto.

§ 4º Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 5º O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no § 4º.

§ 6º O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa, computando-se, todavia, sua presença para efeito de "quorum".

§ 7º Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

Art. 152. A votação da proposição principal, em ambos os turnos, será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º As emendas serão votadas uma a uma.

§ 2º Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal, ou, antes dela quando a parte destacada for de substitutivo geral.

§ 4º O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição, ou da emenda a que se referir.

Seção I Do Encaminhamento da Votação

Art. 153. Anunciada a votação, somente os líderes ou vice-líderes de bancada, e o autor da proposição, poderão encaminhá-la, mesmo que se trate de matéria não sujeita à discussão.

Seção II Do Adiamento da Votação

Art. 154. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado, sendo permitido ao seu autor e aos líderes falarem uma vez sobre o requerimento, por 10 (dez) minutos, improrrogáveis, sem apartes.

§ 2º Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vistas da proposição por prazo não superior ao do adiamento, pedido que será imediatamente deferido pela Presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de Comissão.

Seção III Dos Processos de Votação

Art. 155. São dois os processos de votação: simbólico e nominal.

Art. 156. As votações simbólicas e nominais e todas as deliberações do Plenário, poderão ser realizadas pelo sistema eletrônico com painel fixado no Plenário, visível ao público presente.

Art. 157. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no § 1º, deste artigo.

§ 1º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando-os a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado

proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 158. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão "Sim" e estes pela expressão "Não", obtida com a chamada dos Vereadores pelo 1º Secretário.

§ 1º A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 2º Os Vereadores que chegarem ao recinto do Plenário após terem sido chamados, aguardarão a chamada do último nome da lista, quando o 1º Secretário deverá convidá-los a manifestar seu voto.

§ 3º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 4º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 5º A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contrariamente, constará na ata da sessão.

§ 6º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

§ 7º O requerimento verbal não admite votação nominal.

Seção IV Da Declaração de Voto

Art. 159. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável a matéria votada.

Art. 160. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, verbalmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado ao processo que capeia a proposição.

CAPÍTULO III DA REDAÇÃO FINAL

Art. 161. O projeto incorporado das emendas aprovadas em segundo turno, se houver, terá redação final, elaborada pela Mesa, observado o seguinte:

I - elaboração conforme o vencido, podendo a Mesa determinar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de linguagem e de técnica legislativa;

II - publicação na página eletrônica da Câmara;

III - inclusão na Ordem do Dia, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. A Mesa terá prazo de 02 (dois) dias para elaborar a redação final.

Art. 162. Apresentada emenda de redação, será ela discutida e votada na forma do disposto no Capítulo II deste Título.

Art. 163. Não havendo emendas, ou, havendo, após a sua votação, o Presidente declarará aprovada a redação final do projeto, sem votação.

Art. 164. Aprovada a redação final, a Mesa terá o prazo de 10

(dez) dias para expedir o autógrafo ao Prefeito.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I Da Preferência

Art. 165. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 166. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - matéria de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto;

III - redação final;

IV - projeto de lei orçamentária;

V - matéria cuja discussão tenha sido iniciada;

VI - projetos em pauta, respeitada a ordem de precedência;

VII - demais proposições.

Parágrafo único. As matérias em regime de urgência, nos termos dos arts. 169 a 172 terão preferência dentro da mesma discussão.

Art. 167. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, caberá a preferência ao da Comissão que tenha competência específica para opinar sobre o mérito da proposição.

Art. 168. Nas demais emendas, terão preferência:

I - a supressiva sobre as demais;

II - a substitutiva sobre as aditivas e modificativas;

III - a de comissão sobre as dos Vereadores;

IV - os requerimentos sujeitos a discussão ou votação terão preferência pela ordem de apresentação.

Seção II Do Regime de Urgência

Art. 169. A requerimento da Mesa, de Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência, o qual poderá ser feito em todas as fases da tramitação do projeto em que for cabível.

Art. 170. O regime de urgência implica:

I - no pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo conjunto de 72 (setenta e duas) horas, contado da aprovação do regime de urgência;

II - na inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia, na primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso I, com ou sem parecer.

Art. 171. Será facultada a palavra até 05 (cinco) minutos, no

máximo, na discussão de requerimento de urgência.

Parágrafo único. Não poderá ser concedida urgência para qualquer proposição, com prejuízo de urgência já votada, quando não ultimado o andamento da proposição respectiva, se não em virtude de requerimento assinado pela maioria da Mesa ou pelo quarto da totalidade absoluta dos Vereadores.

Art. 172. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento.

§ 1º Solicitada a urgência a Câmara deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias sobre a proposição, contados da data em que foi feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no § 1º, sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais proposições para que ultime a votação.

§ 3º O prazo do §1º não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de lei complementar.

CAPÍTULO V DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

Art. 173. A retirada de qualquer proposição poderá, em todas as fases, ser pedida pelo seu autor, ao Presidente da Câmara, que deferirá, ou não, o pedido, com recurso para o Plenário. Se, porém, a proposição estiver na Ordem do Dia, com parecer favorável, somente ao Plenário cumpre deliberar.

Parágrafo único. As proposições de comissão só poderão ser retiradas a requerimento do Relator ou do Presidente da comissão, falando em nome desta.

TÍTULO IX DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 174. Aplicam-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

Art. 175. Apresentada a proposta nos termos da Lei Orgânica, será constituída Comissão Especial, composta de três membros indicados pelos líderes de bancada, observada a proporcionalidade partidária, que, depois da instrução do processado pelo órgão de assessoramento da Câmara, sobre ela exarará parecer, em 15 (quinze) dias.

§ 1º Cabe à Comissão a escolha de seu Presidente e Relator.

§ 2º Incumbe à Comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos do disposto no art. 175 deste Regimento, concluindo a comissão pela inadmissibilidade e havendo recurso, interrompe-se o prazo do "caput" deste artigo, até decisão final.

Art. 176. Somente serão admitidas emendas apresentadas à Comissão Especial, no prazo que lhe é estabelecido para emitir parecer, desde que subscritas por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Art. 177. Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra, por 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15 (quinze).

§ 1º No caso de proposta do Prefeito, usará da palavra quem este indicar, até o início da sessão; se ninguém for indicado, poderá usar da palavra para sustentação da proposta, o líder do Prefeito.

§ 2º Tratando-se de emenda popular os signatários, no ato de apresentação da proposta, indicarão, desde logo, o seu representante para a sustentação oral, com legitimidade, também, para recorrer, na hipótese do disposto do § 2º do art. 175.

CAPÍTULO II

DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO

Art. 178. A Câmara aguardará as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, que deverão ser apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, obedecendo aos seguintes prazos:

I - Plano Plurianual - até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias - até o dia 15 de abril de cada exercício;

III - Lei Orçamentária Anual - até o dia 31 de agosto de cada exercício.

§ 1º A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Executivo Municipal os instrumentos de planejamento referidos nos incisos deste artigo, obedecendo aos seguintes prazos:

I - o Plano Plurianual - até 15 de dezembro do primeiro ano de mandato;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias - até 30 de junho de cada exercício;

III - a Lei Orçamentária Anual - até 15 de dezembro de cada exercício.

§ 2º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos pelo § 1º deste artigo sem que se tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação das matérias sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 3º Sob coordenação da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, na forma de seu regimento interno, realizar-se-ão as Audiências Públicas de que tratam a Lei Complementar de Finanças Públicas, Estatuto da Cidade, Legislação Ambiental e Lei de Licitações, com ampla participação das entidades civis, reduzindo-se a termo o resultado das audiências, para elaboração, pela própria Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município de emenda popular.

§ 4º Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar.

§ 5º No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado retornará à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que emitirá parecer sobre elas, no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 6º O parecer emitido será publicado em 02 (dois) dias, devendo o projeto ser imediatamente incluído na Ordem do Dia.

§ 7º Aprovadas as emendas, caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município a elaboração da redação para votação.

Art. 179. Aplicam-se aos projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que

não contrariem o disposto nesta seção, as regras deste Regimento Interno que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 180. Recebida a proposta do Orçamento, será remetida, independente de leitura à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, que dará parecer preliminar.

§ 1º O Presidente da Comissão poderá designar relatores para as partes e subdivisões do projeto do Orçamento.

§ 2º Dentro de 10 (dez) dias após o recebimento, a Comissão remeterá à Mesa o Projeto para ser publicado em avulsos.

Art. 181. Depois de publicado e lido em Plenário, voltará à Comissão, para recebimento de emendas, durante 10 (dez) dias.

§ 1º Não serão admitidas emendas das quais decorram aumento global de despesas ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou as que visem modificar o seu montante, natureza ou objetivo.

§ 2º Não se admitirão, ainda, emendas ao projeto de lei do orçamento que visem à:

I - alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando, nesse ponto, a inexatidão da proposta;

II - conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III - conceder dotação superior aos quantitativos fixados para concessão de auxílio ou subvenções.

§ 3º Somente na Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município poderão ser apresentadas emendas aos projetos de leis periódicas.

§ 4º Será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas apresentadas, salvo se 1/3 (um terço) dos membros da Câmara requerer a seu Presidente a votação em Plenário sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão.

Art. 182. É vedado à Câmara rejeitar "in totum" o projeto de lei do orçamento.

Art. 183. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 184. Decorrido o prazo do art. 178, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, em 05 (cinco) dias, devolverá o projeto à Mesa, com parecer definitivo sobre o projeto e as emendas.

Art. 185. O parecer e projeto serão incluídos na Ordem do Dia da reunião seguinte, para sofrer englobadamente uma única discussão.

§ 1º No momento das votações e no intuito de encaminhá-las, poderá o Vereador, primeiro signatário da emenda, ou o relator, ou ainda, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, dar explicações, observados prazos de 10 (dez) minutos.

§ 2º Terminada a votação do projeto e das emendas, voltarão estes à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município que, em 06 (seis) dias, elaborará a redação final.

§ 3º A redação final será submetida à deliberação do Plenário na primeira reunião seguinte.

§ 4º À Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município será permitido, ao opinar sobre emendas, propor modificações e apresentar substitutivos, de ordem geral, a várias emendas, ou a grupos delas, que versam sobre o mesmo assunto, ou sobre objeto de igual natureza.

Art. 186. O Presidente da Comissão poderá delegar as funções de relator geral a um dos membros da Comissão, de sua livre escolha.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 187. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Caçador e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

§ 1º Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º Fica assegurado o exame e apreciação das contas do Município, durante todo o exercício, na Câmara Municipal, por qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade na forma da lei.

Art. 188. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal remeterão ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina os respectivos balanços do exercício anterior até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte.

§ 2º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 3º À Câmara Municipal é vedado julgar contas mensais ou anuais que ainda não tiverem recebido parecer definitivo do Tribunal de Contas do Estado.

§ 4º Somente por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 189. Logo que chegue à Câmara o Parecer do Tribunal de Contas, a Mesa providenciará a remessa de todo o processo de Prestação de Contas, acompanhado dos documentos, Balanços e Parecer à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, independente da leitura no Expediente em reunião da Câmara.

Art. 190. Recebido o processo, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, designará, em 48 (quarenta e oito) horas, o Relator, que terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar parecer.

§ 1º Se o parecer for rejeitado pela Comissão, será nomeado novo Relator, que dará parecer de acordo com o ponto de vista vencedor, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º O parecer da Comissão concluirá sempre por projeto de decreto legislativo.

§ 3º Findos os prazos previstos neste artigo, o processo será enviado à Mesa Diretora.

Art. 191. A votação será simbólica e apenas considerado rejeitado o Parecer do Tribunal de Contas se obtiver o voto contrário de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 192. Rejeitadas as Contas, serão remetidas ao Ministério Público para as devidas providências, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 193. Aprovadas as Contas, será imediatamente remetida ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do decreto legislativo, que assim as julgar.

Art. 194. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, sem deliberação pela Câmara, as contas serão incluídas na Ordem do Dia, sobrestando-se às demais para a votação.

Art. 195. Se o parecer for contrário à aprovação deverá a Câmara, antes do julgamento, converter o processo em diligência, abrindo vistas ao Prefeito do exercício financeiro correspondente, por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar convenientes, suspendendo-se o prazo previsto no art. 194.

Art. 196. Se os esclarecimentos forem relevantes, a Câmara devolverá, ainda, por maioria simples, o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para reapreciação da matéria nele enfocada, permanecendo suspenso o prazo de julgamento.

Parágrafo único. Emitido o segundo parecer pelo Tribunal de Contas do Estado, serão definitivamente julgadas.

Art. 197. Se o Prefeito não enviar à Câmara, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, o balanço anual, será constituída Comissão Especial para tomar as contas e, conforme o resultado providenciará quanto a punição dos responsáveis.

Art. 198. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade municipal responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, determinará sua sustação.

CAPÍTULO IV

DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 199. A realização das audiências públicas de que trata o art. 49, obedecerá ao seguinte:

I - cada comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidades da sociedade civil e com qualquer cidadão para instruir a matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público, atinentes à sua área de atuação, para avaliação, discussão e apresentação de propostas;

II - a audiência pública poderá ser realizada em qualquer ponto do território do Município, cuja data e horário serão marcados previamente pela comissão permanente, que comunicará os interessados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

III - aprovada a reunião de audiência pública, a comissão selecionará para serem ouvidas as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes:

a) na hipótese de haver defensor e opositor relativamente à

matéria objeto de exame, a comissão procederá da forma que possibilite a audiência das correntes de opinião;

b) o convidado deverá limitar-se ao tema em questão e disporá, para tanto, de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da comissão, não podendo ser aparteado;

c) caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da comissão poderá adverti-lo, cassar a palavra ou determinar a sua retirada do recinto;

d) a parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da comissão;

e) os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 03 (três) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

IV - da reunião da audiência pública lavrar-se-á ata, arquivando-se, no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que o acompanharem;

V - nas audiências públicas previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, poderá adaptar as normas definidas nesta seção, a fim de disponibilizar maior tempo para a disposição do Poder Executivo e do Poder Legislativo acerca dos assuntos pautados, bem como para viabilizar a mais ampla participação popular.

Parágrafo único. Será admitido, a qualquer tempo, o traslado de peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO DO PREFEITO POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 200. O julgamento do Prefeito por infração político-administrativa definida em lei complementar à Lei Orgânica seguirá o procedimento regulado neste capítulo.

Art. 201. Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão ordinária que se realizar, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.

Parágrafo único. A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.

Art. 202. Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á, imediatamente, Comissão Processante.

Art. 203. Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo, o seu suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.

Parágrafo único. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, deverá, para os atos do processo, passar a Presidência ao seu substituto.

Art. 204. Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em 05 (cinco) dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.

§ 1º No prazo de 10 (dez) dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, 05 (cinco) testemunhas.

§ 2º Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por Edital, publicado duas vezes no Diário Oficial do Município, com intervalo de 03 (três) dias, pelo menos, exceto nos casos de licença autorizada pela Câmara, caso em que se aguardará o seu retorno.

Art. 205. Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em 05 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

§ 1º Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido à deliberação, por maioria de votos, do Plenário.

§ 2º Decidindo o Plenário ou opinando a comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.

Art. 206. Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e examinará as demais provas produzidas.

Parágrafo único. O denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, permitindo-se a ele ou ao seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências, e a formular perguntas e reperguntas as testemunhas, bem como, requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 207. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para que apresente razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa.

Art. 208. De posse dos autos, o Presidente convocará sessão especial de julgamento.

§ 1º Na sessão de julgamento o Parecer final da Comissão Processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por 15 (quinze) minutos, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador terá o prazo máximo de uma hora para produzir defesa oral.

§ 2º Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação, obedecidas as regras regimentais.

§ 3º Serão tantas as votações quantas forem às infrações articuladas na denúncia.

§ 4º Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado pelo voto de 2/3 (dois terços), pelo menos, dos membros da Câmara, incurso de qualquer das infrações especificadas na denúncia.

§ 5º Concluído o julgamento o Presidente proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração.

§ 6º Se houver condenação, a Mesa baixará o Decreto Legislativo de cassação de mandato do Prefeito.

§ 7º Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo.

§ 8º Em qualquer caso, o Presidente comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

§ 9º O processo a que se refere este artigo, deverá estar concluído em 90 (noventa) dias, contados da data que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda

que sobre os mesmos fatos.

CAPÍTULO VI DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 209. O Regimento Interno só poderá ser modificado mediante projeto de resolução da Câmara.

§ 1º A Mesa apresentará, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias, parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 2º Projeto e pareceres depois de distribuídos em avulsos, figurarão na Ordem do Dia, para discussão e votação em dois turnos.

§ 3º Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Mesa emitirá, dentro de 05 (cinco) dias, parecer, sujeito também à discussão suplementar.

§ 4º Encerrada a discussão do parecer, votar-se-á o projeto cuja redação final cabe à Mesa.

§ 5º A Mesa fará, ao fim de cada ano Legislativo, a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento.

CAPÍTULO VII DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 210. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 211. Durante o recesso legislativo, a licença será autorizada pela Mesa, "ad referendum" do Plenário.

Parágrafo único. A decisão da Mesa será comunicada por ofício aos Vereadores.

CAPÍTULO VIII DA FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 212. A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, até 06 (seis) meses antes do fim do último ano de mandato, apresentará o projeto de lei que fixe a remuneração dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Auxiliares Diretos do Município, para o período seguinte, observado o que dispõe a Constituição Federal, Estadual e os princípios estabelecidos pela Lei Orgânica do Município.

Art. 213. Se a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, não houver tomado, nos respectivos prazos, as providências do art. 212, a Mesa incluirá na Ordem do Dia da primeira reunião que se seguir, em forma de proposição legislativa, as disposições em vigor sobre a matéria.

Parágrafo único. As emendas a esses projetos serão enviadas à referida comissão que deverá emitir parecer, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias.

CAPÍTULO IX DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 214. A concessão de títulos e honrarias observará o disposto em norma específica. Relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes

para que se evidencie o mérito do homenageado;

II - será público o processo de votação na deliberação sobre concessão de títulos e honrarias;

III - no primeiro turno de discussão e votação, fará uso da palavra, obrigatoriamente, o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado;

IV - a aprovação da propositura depende do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 215. Aprovada a proposição, a Mesa providenciará a entrega do título, na sede do Legislativo Municipal ou em outro local a ser designado, em Sessão Solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites individuais a autoridades civis, militares e eclesiásticas;

II - organização do protocolo da Sessão Solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma Sessão Solene.

§ 2º Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma Sessão Solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de lei respectivos, não havendo acordo, proferirão a saudação os líderes das duas bancadas majoritárias.

§ 3º Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara.

§ 4º Ausente o homenageado à Sessão Solene, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu representante, no gabinete da Presidência.

§ 5º O título será entregue ao homenageado, pelo Prefeito ou pelo autor, durante a Sessão Solene, sendo este o orador oficial da Câmara.

§ 6º Não serão entregues honrarias nos 90 (noventa) dias anteriores às eleições municipais.

Art. 216. Serão anexadas aos respectivos processos, cópias das atas alusivas aos pronunciamentos feitos em relação aos homenageados, durante a discussão da matéria e por ocasião da Sessão Solene de outorga do título.

TÍTULO X DA TRIBUNA LIVRE

Art. 217. Nas sessões realizadas às terças-feiras, será destinado logo após o encerramento da Ordem do Dia, o tempo de 15 (quinze) minutos à Tribuna Livre.

Art. 218. Na Tribuna Livre, poderá fazer uso da palavra, somente uma pessoa por Sessão, indicada à Mesa com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, por entidades da sociedade civil.

Art. 219. Não se admitirá o uso da Tribuna Livre:

I - por representantes de partidos políticos;

II - por candidatos a cargo eletivo;

III - por integrante de chapas aprovadas em convenção partidária.

TÍTULO XI

DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DA MUNICIPALIDADE E TITULARES DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 220. Os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo poderão ser convocados pela Câmara a requerimento de qualquer Vereador ou Comissão.

§ 1º O requerimento deverá ser escrito e indicar com precisão o objeto da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário, nos termos do art. 138, inciso X, deste Regimento.

§ 2º Resolvida a convocação, o Presidente da Câmara entender-se-á com o convocado, mediante ofício, em prazo não superior a 10 (dez) dias, salvo deliberação do Plenário, solicitando-lhe fixar dia e hora para o seu comparecimento.

Art. 221. Quando o Prefeito, os Secretários da Municipalidade e titulares de órgãos subordinados ao Chefe do Poder Executivo desejarem comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões para prestarem espontaneamente esclarecimentos sobre matéria legislativa em andamento, a Mesa designará, para esse fim, o dia e hora.

Art. 222. Na reunião a que comparecerem farão, inicialmente, uma exposição do objeto de seu comparecimento, respondendo a seguir as interpelações de qualquer Vereador.

§ 1º Durante a sua exposição ou ao responder as interpelações, bem como o Vereador ao anunciar as suas perguntas não poderão desviar-se do objeto da convocação, nem responder apartes.

§ 2º É lícito ao Vereador ou membro da comissão, autor de requerimento da convocação, após a resposta do convocado à sua interpelação, manifestar sua concordância ou não com as respostas dadas.

§ 3º O Vereador que desejar formular as perguntas deverá fazê-lo através da Presidência.

Art. 223. O convocado ou aquele que comparecer à Câmara ou a qualquer de suas comissões ficará, em tais casos, sujeito às normas deste Regimento.

TÍTULO XII

DA ORDEM INTERNA DA CÂMARA

CAPÍTULO I

DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA

Art. 224. Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão pela sua Secretaria e reger-se-ão pelo Regulamento expedido pela Mesa.

Art. 225. Os atos relativos aos servidores da Câmara Municipal de Caçador terão a forma de Portaria.

Art. 226. As despesas realizadas por conta da dotação orçamentária e de créditos especiais estão sujeitas a prestação de contas perante a Câmara, depois de examinadas pelo Tribunal de Contas.

TÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CAPÍTULO I

DO COMPROMISSO DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 227. Compromissados os Vereadores e instalada a Legislatura, nos termos do art. 4º, prestará e tomará posse do cargo o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito.

Art. 228. Para o ato solene de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, serão observadas as seguintes prescrições:

I - o Presidente designará uma comissão composta de três a cinco Vereadores para acompanharem os eleitos até o recinto da Câmara;

II - designar-lhe-á lugar previamente reservado;

III - receberá e conferirá seus diplomas;

IV - verificada sua autenticidade, convidará o Prefeito e o Vice-Prefeito, como também os Vereadores e os demais presentes a ficarem de pé.

Art. 229. Inicialmente o Prefeito proferirá o seguinte compromisso, que se completa com a assinatura do termo competente: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OBSERVAR AS LEIS, PARTICULARMENTE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E EXERCER COM PATRIOTISMO, HONESTIDADE E ESPÍRITO PÚBLICO, O MANDATO QUE ME FOI CONFERIDO".

Parágrafo único. O compromisso do Prefeito será seguido pelo do Vice-Prefeito, que atenderá às mesmas prescrições, assinando, também, o termo competente.

Art. 230. O Presidente, após terem prestado compromisso o Prefeito e o Vice-Prefeito, declarará-os empossados nos respectivos cargos e os convidará a assinarem o termo de compromisso, lavrado em livro próprio cuja leitura prévia determinará.

Art. 231. Se decorridos 15 (quinze) dias da data fixada para a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justificado aceito pela Câmara, estes não tiverem assumido o cargo, será declarado extinto o mandato pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, sucessivamente o Presidente da Câmara Municipal, na ordem da votação.

Art. 232. No ato da posse, o Prefeito e Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se, se ainda não o tiverem feito, e apresentar à Mesa declaração de bens, direitos e obrigações do seu patrimônio, tais como os existentes no dia em que iniciam o exercício do mandato, para que a Câmara os faça publicar, no prazo de 15 (quinze) dias, procedendo na mesma forma ao terminá-lo.

Art. 233. Concluído o ato de compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito, poderá o Presidente facultar a palavra a oradores na seguinte ordem:

I - Vereadores;

II - presentes e convidados;

III - Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 234. Após a fala do último orador, será a reunião suspensa por 30 (trinta) minutos e terá prosseguimento com a eleição da Mesa, como prescreve o Capítulo I do Título III.

TÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 235. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da

vigência deste Regimento Interno, serão compostas as Comissões Permanentes, obedecidas as normas deste Regimento Interno.

Art. 236. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 237. Ficam revogadas as Resoluções nºs 11, de 06 de junho de 1988; 21, de 16 de junho de 1992; 34, de 11 de novembro de 2003; 13, de 11 de agosto de 2004; 10, de 14 de março de 2006; 17, de 04 de abril de 2006; 20, de 18 de abril de 2006; 043, de 22 de agosto de 2006; 050, de 03 de outubro de 2006; 051, de 16 de novembro de 2006; 19, de 06 de maio de 2008 e 031, de 18 de fevereiro de 2009.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

ANEXO

CÓDIGO DE ÉTICA PARLAMENTAR

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código, previsto no art. 6º, da Resolução nº 098, de 05 de outubro de 2011 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador, estabelece os deveres, os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Vereador.

Parágrafo único. Regem-se também por este Código o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas à ética e ao decoro parlamentar.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 2º No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 3º São deveres fundamentais do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno:

I - promover a defesa dos interesses populares e municipais;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Município, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade, não se eximindo de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

IV - apresentar-se a Câmara, na hora regimental, nos dias designados, às sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, apresentando, por escrito, prévia justificativa à Mesa, pelo não comparecimento e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro;

V - respeitar e cumprir a Constituição, a Lei Orgânica do Município, as leis e as normas internas da Câmara Municipal;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação, exarando pareceres ou votos sob a ótica do interesse público, nos prazos regimentais, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

VII - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e da população;

VIII - propor a impugnação de medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público e denunciar publicamente as atitudes lesivas à afirmação da cidadania, do desperdício do dinheiro público, os privilégios injustificáveis e o corporativismo;

IX - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar;

X - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

XI - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa;

XII - comunicar à Mesa sua ausência do País;

XIII - utilizar-se dos equipamentos postos à sua disposição pela Câmara, para desempenho do mandato, com zelo e economia, responsabilizando-se por sua restituição na forma estabelecida por Termo expedido pela Câmara.

CAPÍTULO III
DAS VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Art. 4º Entende-se como vedações e incompatibilidades no exercício da vereança, de caráter funcional, contratual ou negocial, políticas e profissionais, àquelas previstas na Lei Orgânica, em seu art. 34 e no art. 7º do Regimento Interno.

CAPÍTULO IV
DOS ATOS CONTRÁRIOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - a transgressão reiterada aos preceitos deste Código, da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno;

II - a prática de irregularidades graves ou de comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo, no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

III - a perturbação da ordem nas sessões da Câmara, inclusive a ausência à votações, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, assim considerada a que for aprovada pelas bancadas ou suas lideranças e comunicada à Mesa, ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso em discurso ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal, à Mesa ou Comissão, ou aos respectivos Presidentes, ou a qualquer cidadão ou grupo de cidadãos que assistam às sessões do Plenário ou das comissões da Câmara, bem como praticar ofensas físicas a seus pares ou a qualquer cidadão nas dependências da Câmara Municipal;

V - o desrespeito à Mesa e atos atentatórios à dignidade de seus

membros;

VI - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

VII - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Vereadores;

VIII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado de deliberação;

IX - omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações de que trata o art. 4º, deste Código;

X - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão hajam resolvido devam ficar secretos, bem como revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

XI - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral;

XII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o registro de presença às sessões, ou às reuniões de comissão;

XIII - acusar Vereador, no curso de uma discussão ou mediante denúncia caluniosa à Mesa Diretora, ao Conselho de Ética ou comissões, ofendendo sua honorabilidade, com arguições inverídicas e improcedentes;

XIV - desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa Diretora, do Plenário ou das comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos que assistam a sessões de trabalho da Câmara.

§ 1º Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo:

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II - fraudar votações;

III - deixar de comunicar e denunciar, da Tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como casos de inobservância deste Código, de que vier a tomar conhecimento;

IV - utilizar infraestrutura, recursos, funcionários ou serviços administrativos de qualquer natureza, da Câmara ou do Executivo, para benefício próprio ou outros fins, inclusive eleitorais.

§ 2º As condutas puníveis neste artigo só serão objeto de admissibilidade mediante provas.

CAPÍTULO V DAS DECLARAÇÕES PÚBLICAS OBRIGATÓRIAS

Art. 6º O Vereador apresentará à Mesa as seguintes declarações

obrigatórias periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos;

II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento do prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas: cópia da Declaração de Imposto de Renda do Vereador;

III - ao término do mandato, até o dia 31 de dezembro, Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos.

§ 1º As declarações referidas nos incisos I, II e III deste artigo serão autuadas em processos devidamente formalizados e numerados sequencialmente, fornecendo-se ao declarante comprovante de entrega, mediante recibo em segunda via ou cópia da mesma declaração, com a indicação do local, data e hora da apresentação.

§ 2º Os dados referidos neste artigo terão, na forma da Constituição Federal (art. 5º, XII), o respectivo sigilo resguardado, podendo, no entanto, a responsabilidade pelo mesmo ser transferida para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, quanto este o solicitar, mediante aprovação do respectivo requerimento pela sua maioria absoluta.

CAPÍTULO VI DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Art. 7º As Medidas Disciplinares são:

I - advertência;

II - censura pública verbal ou escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais, por, no máximo, 60 (sessenta) dias;

IV - perda temporária do exercício do mandato, por, no máximo, 90 (noventa) dias;

V - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 8º A advertência é medida disciplinar de competência dos Presidentes da Câmara, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão.

Art. 9º A censura pública será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Câmara, em sessão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, no âmbito desta, durante suas reuniões, quando não couber penalidade mais grave, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos I, II e III do art. 5º deste Código.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, por provocação do ofendido, ou por solicitação do Presidente da Câmara ou Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se outra cominação mais grave não couber, ao Vereador que incidir nas condutas descritas nos incisos IV e V do art. 5º deste Código e em caso de reincidência nas condutas referidas no § 1º.

Art. 10. A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada pelo Plenário da Câmara, por proposta do Conselho de Ética e

Decoro Parlamentar, especificando os fatos e respectivas provas, ao Vereador que incidir nas vedações dos incisos X, XI e XII, do art. 5º, deste Código.

§ 1º São passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:

I - candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de Presidente, Vice-Presidente ou relator de comissão;

II - ser designado relator de proposição em comissão ou Plenário.

§ 2º A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no § 1º, ou apenas sobre algumas, a juízo do Conselho, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.

Art. 11. A aplicação de penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, será imposta ao Vereador que incidir nas condutas previstas nos incisos VI, VII, VIII, IX, XIII, XIV e § 1º do art. 5º e reincidir nas hipóteses do art. 10, deste Código.

Art. 12. Será punido com a perda do mandato, o Vereador que incidir nas condutas descritas no art. 34 da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO VII DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 13. As sanções de que tratam os arts. 11 e 12, deste Código, serão decididas pelo Plenário, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado na Câmara Municipal, na forma prevista nos arts. 15 e 16, resguardando-se a ampla defesa.

Art. 14. A perda do mandato de Vereador a ser declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara, com base nos incisos, IV, V, VI e VII do art. 35 da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:

I - a Mesa dará ciência, por escrito ao Vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da ciência o Vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa decidirá a respeito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

IV - a Mesa tornará públicas as razões que fundamentam sua decisão.

Art. 15. Oferecida representação contra Vereador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Câmara, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do art. 18, quando o processo tem origem no Conselho.

Parágrafo único. A Representação é forma de denúncia apresentada por Vereador ou Partido Político representado na Câmara

Art. 16. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - será oferecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá às diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de decreto legislativo apropriado para declaração da perda do mandato ou suspensão temporária do exercício do mandato, conforme o caso, que depois de instruída pelo órgão de assessoramento da Câmara, será encaminhada à Comissão de Legislação Justiça e Redação;

V - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Legislação, Justiça e Redação, será o processo encaminhado à Mesa da Câmara e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Mural da Câmara Municipal e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 17. É facultado ao Vereador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 18. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, representação ou denúncias relativas ao descumprimento, por Vereador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas às diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 19. O Relator, após a apuração dos fatos apresentará parecer ao Conselho, no prazo de 10 (dez) dias, sendo o prazo de vistas para os demais membros de 03 (três) dias, se solicitada.

§ 1º Será marcado dia e hora para deliberação do Conselho.

§ 2º Os membros do Conselho, inclusive o Presidente votarão acerca da aplicação de penalidade, que será decidida pela maioria de seus membros.

§ 3º Considerada procedente a denúncia por fato sujeito a medidas previstas no art. 7º, I, II e III, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses do art. 7º, IV e V, procederá na forma do art. 16, deste Código.

§ 4º Poderá o Conselho, mediante iniciativa de um de seus membros aprovada pela sua maioria, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Vereador.

Art. 20. Quando um Vereador for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 21. As denúncias e acusações contra Vereador, nos termos dos artigos antecedentes eivadas de evidente má-fé, serão consideradas como Denúncia Caluniosa, conduta esta prevista no art. 5º, XIII, deste Código e no art. 339 do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 10.028/2000.

Art. 22. Em havendo produção de prova testemunhal, os depoentes na qualidade de testemunha serão advertidos do dever de dizer a verdade, sob pena de não o fazendo incorrerem no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Art. 23. Nas hipóteses de denúncia caluniosa e falso testemunho, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, remeterá cópias da documentação pertinente ao Ministério Público, para que se instaure contra o denunciante ou depoente a competente ação penal, com o fim de ser-lhes aplicadas às penalidades cabíveis.

Art. 24. O processo disciplinar regulamentado neste Código será extinto pela renúncia do Vereador ao seu mandato.

Art. 25. Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas à honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 26. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do Poder Legislativo.

Art. 27. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por 3 (três) membros da Casa e igual número de suplentes, eleitos para mandato de 02 (dois) anos, observados o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.

§ 1º Os líderes partidários submeterão à Mesa os nomes dos Vereadores que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido.

§ 2º Acompanhará, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Casa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos da Câmara, referentes à prática de atos ou irregularidades capitulados nos arts. 7º IV e V, deste Código independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 3º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 28. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discrição e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 03 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 06 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar são aplicáveis as prerrogativas previstas para as Comissões de Inquérito, capituladas no art. 63 do Regimento Interno.

Art. 30. Os projetos de resolução destinados a alterar o presente Código obedecerão às normas de tramitação regimentais.

Ata de Reunião de Julgamento de Proposta Nº 17/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR
OUTRAS MODALIDADES

Nr.: 2/2011 - OU

CNPJ: 00.284.689/0001-23

Processo Administrativo: RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139

Processo de Licitação: 19/2011

C.E.P.: 89500-000

- CACADOR - SC

Data do Processo: 16/09/2011

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:
CREDENCIAMENTO DE JORNAIS LOCAIS DIÁRIOS COM INSCRIÇÃO NA ASSOCIAÇÃO DE JORNAIS DIÁRIOS DO INTERIOR (ADI) OU EQUIVALENTE, PARA VEICULAÇÃO NA FORMA IMPRESSA DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL, EM ESPECIAL A DE UTILIDADE PÚBLICA E INSTITUCIONAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 17/2011

(Sequência: 1)

Ao(s) 6 de Outubro de 2011, às 14:00 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela(o) Portaria nº, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 19/2011, Licitação nº 2/2011 - OU, na modalidade de Outras Modalidades.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

Após a abertura dos envelopes e a conferência da documentação, a Comissão Especial, formada pelos servidores José Ari Lins, Rosane Ap. Cassol Piroli e Jairo Ribeiro Pedroso, designados pela Resolução 096, de 28 de setembro de 2011, para avaliação da documentação apresentada pelas empresas, decidiu, por unanimidade, que as três empresas que apresentaram a documentação estão devidamente credenciadas para a prestação do serviço de divulgação e publicidade de utilidade pública ou institucional para veiculação na forma impressa. Nada mais havendo a

tratar, a Comissão Especial encerrou a reunião, da qual originou a presente ata, que vai assinada por todos os membros.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

CACADOR, 6 de Outubro de 2011
COMISSÃO:

JOSE ARI LINS
Presidente da Comissão de Licitação

ROSANE APARECIDA CASSOL
Membro

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.650 de 05 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 6.650 DE 05 DE SETEMBRO DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.651 de 14 de julho de 2011; DECRETA:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguintes Dotação do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde.
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
300000.00.119 - Despesas Correntes
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
339000.00.119 - Aplicações Diretas
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 - Fundo Municipal de Saúde.
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
300000.00.119 - Despesas Correntes
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
339000.00.119 - Aplicações Diretas
339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de setembro de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/09/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.675 de 07 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 6.675 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

Art.1º) Contratar, o Sr. DIOGO MARTINEZ ao cargo público de Médico IV, Registro no Sistema sob o nº 954958, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário - Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 29,65 (vinte e nove reais, sessenta e cinco centavos) por hora, além de 40% (quarenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, pelo período de 09 de outubro de 2011 a 09 de abril de 2012, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. DIOGO MARTINEZ, em 1º lugar no Processo Seletivo nº 008/2011, homologado pelo Decreto nº 6.674 em data de 05 de outubro de 2011.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2011.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício de Campo Alegre "SC", 07 de outubro de 2011.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal em Exercício

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/10/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete da Prefeita em Exercício

Extrato de Contrato Nº 66/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2011

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação da prestação de serviços técnicos de Engenharia Civil, disponibilizando 12 (doze) horas semanais de prestação de serviços, dentre as quais 08 (oito) horas semanais deverão ser prestadas de forma presencial.

DO VALOR: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o preço certo e ajustado de R\$ 82,20 (oitenta e dois reais e vinte centavos) a hora trabalhada, perfazendo um total de R\$ 7.069,20 (sete mil, sessenta e nove reais e vinte centavos) para as 86 (noventa e seis) horas contratadas, conforme proposta de preços firmada pela CONTRATADA, constante dos autos do procedimento de Dispensa de Licitação n. 59/2011.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários, para fazer face às despesas do objeto da presente licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Obras; Unidade: 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 44 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planej. Transportes e Obras; Projeto: 2.111 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0.10080 - Recursos Ordinários (código reduzido 178).

Vigência: O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e expira-se em 02/10/2011.

Contratada: CONSTRUTORA SAN REMO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 70/2011

Esta publicação corrige a publicação do dia 10/10/2011.

Onde consta: EXTRATO DE CONTRATO 65/2011

Leia-se: EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2011

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2011

Objeto: O objeto do presente Convite consiste no fornecimento de material e mão de obra para a sinalização viária de diversas ruas deste Município: Rua Benjamin Constant; Travessa do Caulim; Rua Cel. Bueno Franco; Rua Waldomiro M. Schroeder; Rua José Gomes Munhoz; e Faixas de Pedestres nas Ruas Centrais, além das sinalizações horizontais e verticais das vias projetadas devem ser executadas ainda sinalizações nas ruas abaixo relacionadas, sendo que, a localização exata destas sinalizações deverá ser indicada pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre:

- Avenida Getúlio Vargas - 04 Faixas de pedestres (pintura horizontal e Placas de Advertência) e Indicação de Vagas de Farmácia (pintura horizontal e placa indicativa);
- Rua Coronel Bento de Amorim - 04 Faixas de pedestres (pintura horizontal e Placas de Advertência);
- Rua Padre Luis Gilg - 01 Faixa de pedestre (pintura horizontal e Placas de Advertência);
- Avenida Nereu Ramos - Indicação de Vagas de Farmácia (pintura horizontal e placa indicativa);
- Rua Ernesto Afonso Scheidt - 04 Sinalizações Horizontais de Lombadas.

- Rua Benjamin Constant - 02 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
- Rua Coronel Veríssimo de Souza Freitas - 04 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
- Rua Raimundo Munhoz - 04 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
- Rua Generoso Fragoso - 03 Sinalizações Horizontais de Lombadas.
Consoante Processo Licitatório nº 65/2011, modalidade Pregão.

Do Valor: O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o preço certo e ajustado de R\$ 19,00 a tonelada, perfazendo um total de R\$ 36.559,14

Da Dotação Orçamentária: Os recursos orçamentários, para fazer face às despesas do objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Código Reduzido: 191,192,323; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 45 - Manutenção das Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Atividade: 2.023 - Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários.

Vigência: Início em 30/09/2011 e expira em 31/12/2011.

Contratada: JMS SERVIÇOS DE TRANSITO LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal em Exercício

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.371 de 05/10/10

DECRETO Nº 6.371 DE 05/10/10

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Campos Novos:

a) GRUPO DE DIREÇÃO

Presidente: Sangento Dhiêmes Metz Pinheiro

Vice-Presidente: Geraldo Mafioleti

Secretária: Margarete Terezinha Nicoloti

b) GRUPO PERMANENTE**Conselho Técnico:**

Sady Jacomel: Engenheiro Civil

Aldemir Scolaro: Secretário de Planejamento e Coordenação Geral

Conselho Comunitário:

Fernando Sérgio Rosar: Presidente do Sindicato Rural de Campos Novos

c) GRUPO DE EMERGÊNCIA

Suleide Maria Gehrke Gomes: Secretaria Mun. de Educação e



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Cultura

Nelson de Paula: Chefe de Gabinete

Cidinei Cordeiro: Secretário Municipal da Agricultura

Edilamar Salvador: Secretária Mun. do Desenv. Social, Família e Trabalho

Aline Ribeiro: Representante do Departamento de Pessoal

Eliamar Antunes Mayer: Representante da Fundação Cultural

Carlito Durli: Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo

José Dirceu Bevilacqua: Secretário Mun. da Indústria, Comércio e Turismo

Sônia Trúculo: Representante do Departamento de Contabilidade

Joel Francisco Fagundes: Diretor do SAMAE

Nilza Wilpert: Presidente do Lions Clube Centenário

Claiton Nilberto de Moraes: Presidente Rotary Clube Campos Novos

João Carlos Didomênico: Presidente da COOCAM

Luiz Carlos Chiocca: Presidente da Copercampos

José Adelar Carpes: Presidente da Câmara de Vereadores

Maria Rossi: Gerente da Rádio Cultura

Rui Tomazoni: Gerente Regional da CIDASC

Nelson Cruz: Representante da ACIRCAN

Marlene Martins de Souza: Presidente da CDL

Dr. Mauro Luiz Vieira: Representante dos Médicos

Dr. Alvari Mantovani: Representante dos Advogados

Marliese Da Cass Mecabô: Administradora Geral Hospital Dr. José Athanázio

Claudemir Durli: Gerente Regional da EPAGRI

Marcos Pegoraro: Representante da Celesc

Luiz Carlos Bial: Representante dos Radioamadores

Alcedir José Cavidon: Representante da COTRACAN

Marcelo Capelari: Presidente Associação Engenheiros Agrônomos

Art. 2º - O mandato dos membros acima citados será até 05/10/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 5.873/09 de 05/10/09.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 05 de outubro de 2010.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Ata Registro de Preço Nº 01/2011 Processo Nº 47/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2011

Aos 17 dias do mês de março de 2011, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Sr., abaixo-assinados, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: PONTO CERTO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Campos Novos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.510.282/0004-10, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Paggi, doravante denominado FORNECEDOR, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando Aquisição de cimento, saca 50 kg, para uso do Município de Campos

Novos durante os meses de março de 2011 a março de 2012, constante dos Itens do Edital e de sua proposta comercial, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, Edital do Pregão 12/2011, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO

O prazo de entrega do produto será, conforme a necessidade, e no prazo de até 05 (CINCO) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

1.1 - Todas as despesas relacionadas com as entregas do objeto correrão por conta do FORNECEDOR

CLAUSULA QUARTA - DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO
CIMENTO	3.000 SACAS DE 50 KG	R\$ 18,90

CLAUSULA QUINTA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei

n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro,

e, definidos o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria da Administração para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLUASULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em observação as recomendações do Tribunal de Contas da União, a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante a seguinte condição:

- a) anuência formal do Órgão Gerenciador;
- b) autorização de adesão somente ocorrerá até 100% dos itens registrados em Ata (§ 3º do art. 8º, do Decreto 3.931/2001);
- d) em caso de autorização de "Adesão" o Órgão Gerenciador disponibilizará cópia do Edital, a Ata, e da proposta do licitante.

CLÁUSULA SETIMA - DOS PAGAMENTOS

- A forma de pagamento será com 10(dez) dias após entrega do objeto e emissão da nota fiscal.

6.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**7.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

- a) fornecer o material objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA DECIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade

dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO**REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão as contas de dotação específica do orçamento do exercício de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -- DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 17de março de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Órgão Gerenciador

PONTO CERTO

CNPJ 00.510.282/0004-10

Fornecedor

Ata Registro de Preços 03/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**Número do Registro de Preços: 3/2011****Data do Registro: 31/08/2011****Válido até: 31/08/2012**

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ACABAMENTO CANTONEIRA ALUMÍNIO APLICADA/METRO CORRIDO	M	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	4,9800	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	5,5000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	7,0000	3
2	ACABAMENTO ILHÓS CROMADO APLICADO/	UNI	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	0,1900	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	0,2000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	0,4000	3
3	ADESIVO /CAST	M2	IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	39,0000	1
			MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	42,0000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	80,0000	3
4	ADESIVO /GOLD MAX P/RECORTE-EXTERNO	M2	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	38,0000	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	40,0000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	75,0000	3
5	ADESIVO PERFURADO/CAST	M2	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	34,0000	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	35,0000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	38,5000	3
6	BANNER/LONA270G/ RESOLUÇÃO 720 DPI	M2	J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	37,5000	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	40,0000	2
7	BASTÕES DE ALUMÍNIO P/BANNERS MAIORES Q/2M DE LARGURA/20MM	M	J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	3,6500	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	3,7000	2
			MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	4,1100	3
8	ESTRUTURA METÁLICA SIMPLES PINTADA/TUBO FERRO/	M	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	34,0000	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	35,0000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	38,0000	3
9	FAIXA/ADESIVADA	M2	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	20,0000	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	22,0000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	24,5000	3
10	OUTDOOR /2X6M/1M DE ALTURA DO CHÃO/ FUNDAÇÃO DA SUSTENTAÇÃO: 1M / SUPORTE: 3 PILARES EM MADEIRA DE BASE + 3 ESCORAS / ARMAÇÃO: MADEIRA / PAINEL: 4 CHAPAS GALVANIZADAS DE 1X3M / ARTE: IMPRESSÃO EM LONA 4X0 / ACABAMENTO: SEM ILHÓS E BAINHA	UNI	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	1.050,0000	1
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	1.060,0000	2
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	1.150,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011

Número do Registro de Preços: 3/2011

Data do Registro: 31/08/2011

Válido até: 31/08/2012

Objeto da Compra: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	OUTDOOR /3X9M/1M DE ALTURA DO CHÃO/ FUNDAÇÃO DA SUSTENTAÇÃO: 1M / SUPORTE: 3 PILARES EM CONCRETO DE BASE + 3 ESCORAS / ARMAÇÃO: MADEIRA / PAINEL: 4 CHAPAS GALVANIZADAS DE 1X3M / ARTE: IMPRESSÃO EM LONA 4X0 / ACABAMENTO: SEM ILHÓS E BAINHA	UNI	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	2.890,0000	1
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	2.900,0000	2
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	3.350,0000	3
12	PLACA COM CHAPAGALVANIZADA ADESIVADA COM ARMAÇÃO EM MADEIRA DE LEI	M2	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	55,0000	1
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	59,0000	2
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	85,0000	3
13	PLACA PVC S/ARMAÇÃO/PVC ADESIVADO/ RESOLUÇÃO 720 DPI	M2	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	48,0000	1
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	49,0000	2
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	70,0000	3
14	PLACA DE ACRILICO TRANSPARENTE 0,60 X 0,40	UN	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	50,0000	1
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	52,0000	2
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	60,0000	3
15	CABO DE AÇO 6MM PARA ESTALEIRAR	M	MARINA CERINO DA SILVA (10348)		0	4,4000	1
			J 2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA (8790)		0	4,5000	2
			IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES (10044)		0	4,6900	3
16	BLOCO PARA RASCUNHO/ TAMANHO 14CM ALTURA X 10CM DE LARGURA/ CAPA COUCHÊ 180G - COR 4X0 / FOLHAS INTERNAS SULFITE 75G - COR 1X0/ 50 FOLHAS	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	0,8600	1
17	ENVELOPE TAMANHO 23,7CM LARGURA X 11,5CM ALTURA / SULFITE 75G/ COR 4X0 / COM ABA	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	0,2100	1
18	ENVELOPES PARA CD/DVD/ TAMANHO 12,5CM X 12,5CM/ COUCHÊ 250G / COM ABA/ COR 4X0	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	0,4300	1
19	FOLDER/COUCHÊ 150G/A4/ CORES 4X4/01 VINCO	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	109,5000	1
20	FOLDER/COUCHÊ 150G/A4/CORES 4X4/02 VINCOS	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	109,8000	1
21	FOLHETO/COUCHÊ 150G/A5/ CORES4X4/	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	78,9000	1
23	INFORMATIVO COUCHE 150G/ (CAPA) COUCHE 120G (INTERNO) 21X29,7 FECHADA/ COR 4X4/ GRAMPO/ 12PG/ COM CAPA	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	560,0000	1
24	INFORMATIVO COUCHE 150G/ (CAPA) COUCHE 120G (INTERNO) 21X29,7 FECHADA/ COR 4X4/ GRAMPO/ 24PG/ COM CAPA	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	1.358,0000	1
25	PASTA ARQUIVO/ TRIPLEX 250G /PLASTIFICADA/ COR 4X0 / 23CM LARGURA X 31CM ALTURA FECHADA/ SEM BOLSA/ 01 VINCO	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	598,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2011**Número do Registro de Preços: 3/2011****Data do Registro: 31/08/2011****Válido até: 31/08/2012****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL DE PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	PASTA/ TRIPLEX 250G /PLASTIFICADA/ COR 4X0 / 23CM LARGURA X 31CM ALTURA FECHADA/ COM BOLSA/ 01 VINCO.	MLH	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA (6421)	CRUZEIRO	0	615,0000	1

CAMPOS NOVOS, 31 de Agosto de 2011.

Ata Registro Preço N 04/11 Processo 167/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições,, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Getúlio Vargas, 281, Centro na cidade de Joaçaba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.583.954/0001-64, neste ato representada por seu procurador, Sr. Ricardo Antônio Prates, CPF 454.080.179-15, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.– A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
16	Bloco para rascunho/ tamanho 14cm altura x 10cm de largura/ capa couchê 180g - cor 4x0 / folhas internas sulfite 75g - cor 1x0/ 50 folhas	0,86
17	Envelope tamanho 23,7cm largura x 11,5cm altura / sulfite 75g/ cor 4x0 / com aba	0,21
18	Envelopes para CD/DVD/ tamanho 12,5cm x 12,5cm/ couchê 250g / com aba/ cor 4x0	0,43
19	Folder/couchê 150g/A4/ cores 4x4/01 vinco	109,50
20	Folder/couchê 150g/A4/cores 4x4/02 vincos	109,80
21	Folheto/couchê 150g/A5/ cores4x4/	78,90
23	Informativo/couchê 150g/(capa) Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/12pg/com capa	560,00
24	Informativo/couchê 150g/(capa)Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/24pg/com capa	1.358,00
25	Pasta arquivo/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ sem bolsa/ 01 vinco	598,00
26	Pasta/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ com bolsa/ 01 vinco.	615,00

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
16	Bloco para rascunho/ tamanho 14cm altura x 10cm de largura/ capa couchê 180g - cor 4x0 / folhas internas sulfite 75g - cor 1x0/ 50 folhas	5.000 Unidades
17	Envelope tamanho 23,7cm largura x 11,5cm altura / sulfite 75g/ cor 4x0 / com aba	20.000 Unidades

18	Envelopes para CD/DVD/ tamanho 12,5cm x 12,5cm/ couchê 250g / com aba/ cor 4x0	3.000 Unidades
19	Folder/couchê 150g/A4/ cores 4x4/01 vinco	150 Milheiros
20	Folder/couchê 150g/A4/cores 4x4/02 vincos	100 Milheiros
21	Folheto/couchê 150g/A5/ cores4x4/	100 Milheiros
23	Informativo/couchê 150g/(capa) Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/12pg/com capa	25 Milheiros
24	Informativo/couchê 150g/(capa)Couchê 120g(interno)21x29,7cm fechada/cor4x4/ grampo/24pg/com capa	40 Milheiros
25	Pasta arquivo/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ sem bolsa/ 01 vinco	8 Milheiros
26	Pasta/ triplex 250g /plastificada/ cor 4x0 / 23 cm largura x 31cm altura fechada/ com bolsa/ 01 vinco.	6 Milheiros

CLÁUSULA TERCEIRA –DOS PREÇOS

3.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 – O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3– Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada

pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos

termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11– As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.39.27.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA
CNPJ nº 84.583.954/0001-64

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Ata Registro Preço Nº 05/2011 Processo 167/2011
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições,, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 19 de Setembro, 570, Floresta, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.609.708/0001-23, neste ato representada por seu procurador, Sr. Samuel Luiz Hoffmann, CPF 585.083.769-87, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.- A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
3	Adesivo/Cast	39,00

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
3	Adesivo/Cast	100m2

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND\’s- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem

que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3- Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;
- convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente

comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.39.27.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que

não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

IMAGEM SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA
CNPJ nº 12.609.708/0001-23

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Ata Registro Preço Nº 07/2011 Processo Nº 167/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilibaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: MARINA CERINO DA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Nereu Ramos, 106, Centro em Campos Novos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.366.320/000-01, neste ato representada por seu procurador, Sr. Ricardo Cerino da Silva, CPF 950.243.609-15, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.- A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
1	Acabamento cantoneira alumínio aplicada/metro corrido	4,98
2	Acabamento ilhós cromado aplicado/	0,19
4	Adesivo /gold max p/recorte-externo	38,00
5	Adesivo perfurado/cast	34,00
8	Estrutura metálica simples pintada/tubo ferro	34,00
9	Faixa/adesivada	20,00
10	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base + 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	1.050,00
11	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base + 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 9 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0/acabamento: sem ilhós e bainha	2.890,00
12	Placa c/chapa galvanizada adesivada com armação em madeira de lei	55,00
13	Placa PVC s/armação/pvc adesivado/ resolução 720 DPI	48,00
14	Placa de acrílico Transparente 0,60x0,40	50,00
15	Cabo de Aço 6mm para Estaleirar	4,40

CLÁUSULA SEGUNDA – ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
1	Acabamento cantoneira alumínio aplicada/metro corrido	500m
2	Acabamento ilhós cromado aplicado/	1000 unidades
4	Adesivo /gold max p/recorte-externo	100m2
5	Adesivo perfurado/cast	200m2
8	Estrutura metálica simples pintada/tubo ferro	200m
9	Faixa/adesivada	250m2
10	Outdoor /2x6m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em madeira de base + 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 4 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	10 unidades
11	Outdoor /3x9m/1m de altura do chão/ Fundação da sustentação: 1m / Suporte: 3 pilares em concreto de base + 3 escoras / Armação: madeira / Pannel: 9 chapas galvanizadas de 1x3m / arte: impressão em lona 4x0 / acabamento: sem ilhós e bainha	6 unidades

12	Placa c/chapa galvanizada adesivada com armação em madeira de lei	150m2
13	Placa PVC s/armação/pvc adesivado/ resolução 720 DPI	150m2
14	Placa de acrílico Transparente 0,60x0,40	50 unid
15	Cabo de Aço 6mm para Estaleirar	300m

CLÁUSULA TERCEIRA –DOS PREÇOS

3.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 – O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3- Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido

na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10– As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da

presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.39.27.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

MARINA CERINO DA SILVA

CNPJ nº 13.366.320/000-01

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Ata Registro Preço Nº06/2011 Processo Nº 167/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 167/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2011

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, presentes de um lado, A PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232.0001/-74, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Vilivaldo Erich Schmid, no uso de suas atribuições, RESOLVE Registrar os Preços da empresa: J2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua marechal Deodoro, Centro em Campos Novos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.018.483/0001-09, neste ato representada por seu procurador, Sr. Jakson Roberto Jacomel, CPF 730.318.109-10, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de material para publicidade, compreendendo material gráfico e de comunicação visual, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.- A presente Ata tem como objeto: AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAL PARA PUBLICIDADE, COMPREENDENDO MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS.

Item	Objeto	Valor Unitário R\$
6	Banner/lona270g/ Resolução 720 DPI	37,50
7	Bastões de alumínio p/banners maiores q/2m de largura/20mm	3,65

CLÁUSULA SEGUNDA - ESTIMATIVA DE CONSUMO

Item	Objeto	Estimativa de Consumo
6	Banner/lona270g/ Resolução 720 DPI	150m2
7	Bastões de alumínio p/banners maiores q/2m de largura/20mm	300m

CLÁUSULA TERCEIRA -DOS PREÇOS

3.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Prefeitura Municipal de Campos Novos promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega.

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 6.2. letra a do Edital).

4.3 - O pagamento será de 20 dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND\'-s- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as

especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ENTREGAS

6.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 05 (cinco) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

6.2- A empresa deverá entregar e instalar os produtos no local indicado pela Prefeitura de Campos Novos, dentro do território do Município.

6.3- Todas as despesas relacionadas com as entregas e instalação do objeto correrão por conta do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotação do orçamento do exercício de 2011 e dotação do orçamento de 2012.

Elemento 33.90.39.27.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

13.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador

da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

J2 COMUNICAÇÕES VISUAIS LTDA ME

CNPJ nº 07.018.483/0001-09

Testemunhas:

- _____
- _____

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 9658/7 109/2011

MOÇÃO Nº 109/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização ao

"GRUPO DE DANÇA DA ESCOLA PAULO BLASI"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", parabenizamos a Professora Janete Santos de Souza e a todos os alunos que se esforçaram e deram o melhor de si para conquistar o segundo lugar da etapa regional Centro-Oeste do Festival de Dança Mário de Andrade, na categoria infanto-juvenil.

Outrossim, desejamos a todos muito sucesso e que esta conquista sirva de mais estímulo para os próximos festivais de dança que virão.

Sala das Sessões, em 06/10/2011.

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 100/2011

MOÇÃO Nº 100/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC por meio de seus representantes Legais, manifestar integral e irrestrita parabenização a

“CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA”

A pedido do Vereador Adavilson Telles “Mancha”, vimos por meio deste parabenizar a todos pela passagem do Dia do Contador. Outrossim, também queremos parabenizar este Conselho que faz com que este profissional atue reconhecidamente no mercado de trabalho, orientando e disciplinando no exercício da profissão.

Sala das Sessões, em 22/09/2011.
José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 102/2011

MOÇÃO Nº 102/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

“MOÇÃO DE PESAR”

Consternados com o falecimento do Senhor

“VILMAR BRANCO DE CAMARGO”

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por seus representantes legais, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nos sentimentos e desejamos que Deus de tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.
Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 04/10/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 103/2011

MOÇÃO Nº 103/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

“MOÇÃO DE PESAR”

Consternados com o falecimento do Senhor

“JOSÉ ANTÔNIO FACHIN”

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por seus representantes legais, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.
Nos irmanamos nos sentimentos e desejamos que Deus de tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.
Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 04/10/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 104/2011

MOÇÃO Nº 104/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC por meio de seus representantes Legais, vem por meio deste manifestar integral e irrestrita parabenização ao

"CLUBE ANOS DOURADOS"

A pedido do Vereador Adavilson Telles, "Mancha", parabenizamos a todos os idosos que estão na melhor idade e fazem parte deste louvável Clube, pela passagem do "Dia do Idoso".

"Idoso é quem tem privilégio de viver uma longa vida velho é quem perdeu a jovialidade. Você é idoso quando sonha você é velho quando apenas dorme. Você é idoso ainda aprende você é velho quando já nem ensina. Você é idoso quando tem planos você é velho quando só tem saudade. Para o idoso a vida se renova a cada dia que começa para o velho a vida se acaba a cada noite que termina.

Sala de Sessões, em 04/10/2011

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni

Adavilson Telles

Cirilo Rupp

José Jair Fagundes Antunes

Leonildo Recalcatti

Silvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 105/2011

MOÇÃO Nº 105/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE AGRADECIMENTO"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC por meio de seus representantes Legais, vem por meio deste manifestar integral e irrestrito agradecimento a

"IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS"

A pedido de todos os senhores Vereadores desta Casa, vimos por meio deste, agradecer ao Pastor João Maria Morais Ribeiro e a todos que organizaram a homenagem aos Vereadores desta Casa, pela passagem do Dia do Vereador.

Desta forma, pudemos perceber que estamos tentando fazer o melhor para que nosso município tenha pleno desenvolvimento, durante esta legislatura.

Outrossim, desejamos que Deus esteja sempre com vocês e atenda a todos os seus pleitos. Nossos mais sinceros votos de agradecimento e sucesso a todos!

Sala das Sessões, em 04/10/2011.

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni

Adavilson Telles

Cirilo Rupp

José Jair Fagundes Antunes

Leonildo Recalcatti

Silvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 106/2011

MOÇÃO Nº 106/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por seus representantes legais parabenizam a
" LOJA QUERO-QUERO "

Pela instalação e pelo ótimo trabalho que já estão realizando em nossa cidade, desejamos a toda a direção e equipe de funcionários boa sorte e pleno sucesso nesta nova caminhada.

Outrossim, disponibilizamos o nosso apoio para que a loja continue crescendo em nosso município.

Sala das Sessões, em 04/10/2011.

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni

Adavilson Telles

Cirilo Rupp

José Jair Fagundes Antunes

Leonildo Recalcatti

Silvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 107/2011

MOÇÃO Nº 107/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização ao Senhor

"NELSON SERPA"

Parabenizamos pela posse como Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Desejamos pleno sucesso no decorrer dessa sua nova caminhada e muitas realizações.

Parabéns pela sua conquista tão merecida, pois somos sabedores de seu profissionalismo sempre com muita ética e responsabilidade.

Sala das Sessões, em 06/10/2011.
José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 108/2011
MOÇÃO Nº 108/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização ao

"GRUPO DE DANÇA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVOS CAMPOS"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", parabenizamos a Professora Mônica Pozzebon e a todos os alunos que se esforçaram e deram o melhor de si para conquistar o primeiro lugar da etapa regional Centro-Oeste do Festival de Dança Mário de Andrade, na categoria infanto-juvenil.

Outrossim, desejamos a todos muito sucesso e que esta conquista sirva de mais estímulo para os próximos festivais de dança que virão.

Sala das Sessões, em 06/10/2011.
José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 88/2011
MOÇÃO Nº 88/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento do Senhor

"FERMINO LINS"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nesta hora tão difícil e desejamos que Deus proteja, abençoe dando tranquilidade neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 06/09/2011.
JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

Moção Nº 89/2011
MOÇÃO Nº 89/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento da Senhora

"LETÍCIA DIAS THIBES"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos emanamos no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 06/09/2011.
JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 90/2011
MOÇÃO Nº 90/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento do Senhor

“IVANDEL VIEIRA DOS SANTOS”

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos emanamos no sentimento e desejamos que Deus dê tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 06/09/2011.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 91/2011
MOÇÃO Nº 91/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das

prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento da Senhora

“ OLIVIA CAPSTRANO WALTER”

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo carinho e conforto aos familiares.

Nos irmanamos nesta hora tão difícil e desejamos que Deus proteja e abençoe, dando tranquilidade para sua família neste momento de dor e saudade.Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Sala das Sessões, em 06/09/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)
José Jair Fagundes Antunes
Cirilo Rupp
Leonildo Recalcatti
Adavilson Telles
Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Moção Nº 92/2011
MOÇÃO Nº 92/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio dos seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização ao

“CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA “
CRA/SC

A pedido do Vereador Adavilson Telles “Mancha”, vimos através deste parabenizar a todos os administradores pela passagem do seu dia.

“Administrar é usar de recursos escassos e torná-los suficientes para atingir um objetivo.”

Sala das Sessões, em 08/09/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)
José Jair Fagundes Antunes
Cirilo Rupp
Leonildo Recalcatti
Adavilson Telles
Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Moção Nº 93/2011 **MOÇÃO Nº 93/2011**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a

“PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS”

A pedido do Vereador Adavilson Telles “Mancha”, parabenizamos o Poder Executivo de Brunópolis pelo incentivo oferecido as crianças que participam do Programa PETI, com aulas de música e violão. E em destaque a belíssima apresentação realizada pelo Coral formado por 80 alunos do Programa PETI na Abertura da II Conferência Regional de Políticas Públicas para a Juventude.

Sala das Sessões, em 13/09/2011.

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)

José Jair Fagundes Antunes

Cirilo Rupp

Leonildo Recalcatti

Adavilson Telles

Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Moção Nº 94/2011 **MOÇÃO Nº 94/2011**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais manifestam integral e irrestrita parabenização a

“BRF - BRASIL FOODS E A COPERCAMPOS”

A pedido do Vereador Adavilson Telles “Mancha”, vimos por meio deste parabenizar a BRF - Brasil Foods e a Copercampos, pelo grandioso empreendimento da Unidade de Processamento de Suínos de Campos Novos.

Com toda a certeza iniciamos um novo momento de desenvolvimento em nosso município, que será marcado com o início das atividades na Unidade de Processamento.

Outrossim, desejamos pleno sucesso a todos os colaboradores que contribuem para que esse processo de desenvolvimento se

torne realidade.

Sala das Sessões, em 20/09/2011.

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)

José Jair Fagundes Antunes

Cirilo Rupp

Leonildo Recalcatti

Adavilson Telles

Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Moção Nº 95/2011 **MOÇÃO Nº 95/2011**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento do Senhor

“ JOÃO ALVES PADILHA”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, á pedido do Vereador João Valdenir da Silva da Bancada do DEM, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo conforto e carinho aos familiares.

Desejamos nesta hora tão difícil que Deus os proteja, abençoando-os e dando força neste momento tão difícil de dor e saudade. Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20/09/2011.

José Adelar Carpes

João Valdenir da Silva

José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni(Cássio)

José Jair Fagundes Antunes

Cirilo Rupp

Leonildo Recalcatti

Adavilson Telles

Silvio Henrique de A. Lopes Sobrinho

Moção Nº 96/2011 **MOÇÃO Nº 96/2011**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos familiares a seguinte

MOÇÃO DE PESAR

Consternados com o falecimento do Senhora

" MARIA INÁCIO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, á pedido do Vereador João Valdenir da Silva da Bancada do DEM, manifesta os mais profundos sentimentos de pesar, transmitindo conforto e carinho aos familiares.

Desejamos nesta hora tão difícil Deus os proteja, abençoando-os e dando força neste momento tão difícil de dor e saudade.

Homenagem Póstuma da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20/09/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 97/2011

MOÇÃO Nº 97/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização ao

"DIA DO GAÚCHO"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", vimos por meio deste parabenizar todos os gaúchos de sangue e de coração do nosso município. Que lutam para manter viva a chama das tradições gauchescas.

"Afim, um povo que tanto lutou por liberdade não pode deixar preso o orgulho de ser gaúcho."

Sala das Sessões, em 20/09/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 98/2011

MOÇÃO Nº 98/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização a

"LOJAS GAVAZZONI"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", vimos parabenizar a toda a diretoria e funcionários pela passagem da comemoração de 30 anos de história em nosso município.

Um grande sonho e a vontade de realizá-lo, o ponto de partida de uma história de muitas conquistas que hoje tornou-se uma das melhores redes de lojas de móveis e eletrodomésticos do Estado de Santa Catarina.

Outrossim, desejamos a todos que fazem parte desta empresa pleno sucesso.

Sala das Sessões, em 22/09/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti
Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvio H. de Almeida Lopes Sobrinho

Moção Nº 99/2011

MOÇÃO Nº 99/2011

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC por meio de seus representantes Legais, manifestar integral e irrestrita parabenização a

"FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", vimos por meio deste parabenizar aos professores e alunos que frequentam as oficinas de aulas de canto e música oferecidas pela Fundação Cultural Camponovense.

Em especial a apresentação realizada na Câmara Municipal de Vereadores em comemoração ao Dia do Gaúcho.

Sala das Sessões, em 22/09/2011.

José Adelar Carpes
João Valdenir da Silva
José Tadeu Guzatti

Maurílio Castro Campagnoni
Adavilson Telles
Cirilo Rupp
José Jair Fagundes Antunes
Leonildo Recalcatti
Sílvia H. de Almeida Lopes Sobrinho

Balancete Setembro 2011

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 1/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.746.424,90D	648.706,03	378.477,34	5.016.653,59D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1		DISPONIVEL	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	439.306,35D	198.388,79	126.738,89	510.956,25D
1.4		ATIVO PERMANENTE	438.104,38D	360,00	0,00	438.464,38D
1.4.2		IMOBILIZADO	438.104,38D	360,00	0,00	438.464,38D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	438.104,38D	360,00	0,00	438.464,38D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	228.931,78D	360,00	0,00	229.291,78D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	9.240,20D	0,00	0,00	9.240,20D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	16.506,80D	0,00	0,00	16.506,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	44.544,26D	360,00	0,00	44.904,26D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	36.430,91D	0,00	0,00	36.430,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	37.772,42D	0,00	0,00	37.772,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	80.197,19D	0,00	0,00	80.197,19D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.869.014,17D	449.957,24	251.738,45	4.067.232,96D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.348.275,00D	0,00	0,00	2.348.275,00D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.516.765,17D	449.517,24	251.128,45	1.715.153,96D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.516.765,17D	449.517,24	251.128,45	1.715.153,96D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.516.765,17D	449.517,24	251.128,45	1.715.153,96D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.516.765,17D	449.517,24	251.128,45	1.715.153,96D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	429.501,30D	198.388,79	124.389,56	503.500,53D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	9.846,51D	124.389,56	126.738,89	7.497,18D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.077.417,36D	126.738,89	0,00	1.204.156,25D
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	3.974,00D	440,00	610,00	3.804,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.974,00D	440,00	610,00	3.804,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.974,00D	440,00	610,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.974,00D	440,00	610,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.974,00D	440,00	610,00	3.804,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0005 (15061)	C	MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI	170,00D	0,00	170,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0007 (15369)	C	JOÃO VALDENIR DA SILVA	0,00	120,00	120,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0011 (18353)	C	JOSÉ ADELAR CARPES	0,00	200,00	200,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0012 (18359)	C	JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES	0,00	120,00	120,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.262.956,79C	497.198,20	695.457,66	4.461.216,25C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	245,05C	145.678,04	145.718,71	285,72C
2.1.1		DEPOSITOS	245,05C	21.598,27	21.638,94	285,72C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	245,05C	18.898,48	18.939,15	285,72C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	5.509,99	5.509,99	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	5.509,99	5.509,99	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	416,02C	7.575,89	7.610,83	450,96C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	416,02C	0,00	34,94	450,96C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	7.575,89	7.575,89	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	170,97D	5.812,60	5.818,33	165,24D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	170,97D	5.812,60	5.818,33	165,24D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	5.579,26	5.579,26	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIM - CELULARES	170,97D	165,24	170,97	165,24D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0007 (15351)	F	MULTAS DE TRANSITO	0,00	68,10	68,10	0,00
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.699,79	2.699,79	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	2.699,79	2.699,79	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	2.699,79	2.699,79	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	124.079,77	124.079,77	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	124.079,77	124.079,77	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	18.979,14	18.979,14	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	18.979,14	18.979,14	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	18.979,14	18.979,14	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	105.100,63	105.100,63	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	105.100,63	105.100,63	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.869.014,17C	351.520,16	549.738,95	4.067.232,96C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.348.275,00C	350.910,16	350.910,16	2.348.275,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.420.255,89C	350.910,16	245.769,54	1.315.115,27C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.267.953,30C	121.689,77	0,00	1.146.263,53C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	152.302,59C	229.220,39	245.769,54	168.851,74C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	9.560,00C	124.079,77	121.689,77	7.170,00C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	142.742,59C	105.140,62	124.079,77	161.681,74C
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	142.742,59C	105.140,62	124.079,77	161.681,74C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	928.019,11C	0,00	105.140,62	1.033.159,73C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	928.019,11C	0,00	105.140,62	1.033.159,73C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	928.019,11C	0,00	105.140,62	1.033.159,73C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	928.019,11C	0,00	105.140,62	1.033.159,73C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.516.765,17C	0,00	198.388,79	1.715.153,96C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.516.765,17C	0,00	198.388,79	1.715.153,96C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.516.765,17C	0,00	198.388,79	1.715.153,96C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.974,00C	610,00	440,00	3.804,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.974,00C	610,00	440,00	3.804,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.070.761,70D	124.079,77	0,00	1.194.841,47D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.026.354,89D	123.719,77	0,00	1.150.074,66D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	782.800,93D	103.150,63	0,00	885.951,56D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	782.800,93D	103.150,63	0,00	885.951,56D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	177.900,97D	22.872,98	0,00	200.773,95D
3.3.1.9.0.01.01 (22107)	F	Proventos - Pessoal Civil	177.900,97D	22.872,98	0,00	200.773,95D
3.3.1.9.0.11 (20095)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	489.372,41D	64.610,26	0,00	553.982,67D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	105.384,63D	14.246,34	0,00	119.630,97D
3.3.1.9.0.13.02 (22144)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	105.384,63D	14.246,34	0,00	119.630,97D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	10.142,92D	1.421,05	0,00	11.563,97D
3.3.1.9.0.16.44 (22154)	F	Serviços Extraordinários	10.142,92D	1.421,05	0,00	11.563,97D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.553,96D	20.569,14	0,00	264.123,10D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	243.553,96D	20.569,14	0,00	264.123,10D
3.3.3.9.0.14		Diarias - Civil	65.480,00D	4.400,00	0,00	69.880,00D
3.3.3.9.0.14.14 (23300)	F	Diárias no País - Civil	65.480,00D	4.400,00	0,00	69.880,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	47.303,81D	2.453,67	0,00	49.757,48D
3.3.3.9.0.30.01 (23317)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	6.923,49D	918,87	0,00	7.842,36D
3.3.3.9.0.30.08 (23324)	F	Animais para Pesquisa e Abate	520,00D	0,00	0,00	520,00D
3.3.3.9.0.30.16 (23332)	F	Material de Expediente	6.340,80D	12,20	0,00	6.353,00D
3.3.3.9.0.30.21 (23337)	F	Material de Copa e Cozinha	1.715,53D	621,83	0,00	2.337,36D
3.3.3.9.0.30.22 (23338)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.760,42D	0,00	0,00	1.760,42D
3.3.3.9.0.30.24 (23340)	F	Material para Manutenção de Bens Imóveis	2.505,82D	0,00	0,00	2.505,82D
3.3.3.9.0.30.26 (23342)	F	Material Elétrico e Eletrônico	18.385,19D	0,00	0,00	18.385,19D
3.3.3.9.0.30.39 (23355)	F	Material para Manutenção de Veículos	2.026,87D	0,00	0,00	2.026,87D
3.3.3.9.0.30.49 (23365)	F	Bilhetes de Passagens	4.249,33D	814,02	0,00	5.063,35D
3.3.3.9.0.30.99 (23369)	F	Outros Materiais de Consumo	2.876,36D	86,75	0,00	2.963,11D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	8.510,29D	440,00	0,00	8.950,29D
3.3.3.9.0.36.96 (23434)	F	Outros Serviços de Terc-Pessoa Fisica-Pagto Antec	3.010,29D	440,00	0,00	3.450,29D
3.3.3.9.0.36.99 (23435)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.500,00D	0,00	0,00	5.500,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	109.099,86D	11.325,47	0,00	120.425,33D
3.3.3.9.0.39.01 (23450)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	890,00D	0,00	0,00	890,00D
3.3.3.9.0.39.08 (23457)	F	Manutenção de Software	7.865,80D	1.053,40	0,00	8.919,20D
3.3.3.9.0.39.11 (23460)	F	Locação de Softwares	3.819,36D	593,96	0,00	4.413,32D
3.3.3.9.0.39.16 (23464)	F	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	8.822,80D	0,00	0,00	8.822,80D
3.3.3.9.0.39.17 (23465)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.505,00D	0,00	0,00	1.505,00D
3.3.3.9.0.39.19 (23466)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	1.030,00D	0,00	0,00	1.030,00D
3.3.3.9.0.39.43 (23484)	F	Serviços de Energia Elétrica	5.931,38D	855,29	0,00	6.786,67D
3.3.3.9.0.39.44 (23485)	F	Serviços de Água e Esgoto	595,31D	74,94	0,00	670,25D
3.3.3.9.0.39.47 (23488)	F	Serviços de Comunicação em Geral	14.200,00D	3.340,00	0,00	17.540,00D
3.3.3.9.0.39.48 (23489)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	8.466,00D	0,00	0,00	8.466,00D
3.3.3.9.0.39.50 (23491)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	532,00D	0,00	0,00	532,00D
3.3.3.9.0.39.58 (23498)	F	Serviços de Telecomunicações	33.194,00D	2.809,16	0,00	36.003,16D
3.3.3.9.0.39.63 (23503)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.66 (23506)	F	Serviços Judiciários	134,89D	0,00	0,00	134,89D
3.3.3.9.0.39.77 (23517)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	783,80D	100,36	0,00	884,16D
3.3.3.9.0.39.90 (23527)	F	Serviços de Publicidade Legal	1.666,00D	70,00	0,00	1.736,00D
3.3.3.9.0.39.99 (23534)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.663,52D	2.428,36	0,00	21.091,88D
3.3.3.9.0.46		Auxílio-Alimentacao	13.160,00D	1.950,00	0,00	15.110,00D
3.3.3.9.0.46.01 (23538)	F	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	13.160,00D	1.950,00	0,00	15.110,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	44.406,81D	360,00	0,00	44.766,81D
3.4.4		INVESTIMENTOS	44.406,81D	360,00	0,00	44.766,81D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	44.406,81D	360,00	0,00	44.766,81D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	44.406,81D	360,00	0,00	44.766,81D
3.4.4.9.0.52.06 (24452)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.940,00D	0,00	0,00	2.940,00D
3.4.4.9.0.52.33 (24466)	F	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	7.065,00D	0,00	0,00	7.065,00D
3.4.4.9.0.52.34 (24467)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	6.328,90D	360,00	0,00	6.688,90D
3.4.4.9.0.52.35 (24468)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	19.341,91D	0,00	0,00	19.341,91D
3.4.4.9.0.52.36 (24469)	F	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	4.370,00D	0,00	0,00	4.370,00D
3.4.4.9.0.52.42 (24474)	F	Mobiliário em Geral	3.691,00D	0,00	0,00	3.691,00D
3.4.4.9.0.52.99 (24489)	F	Outros Equipamentos e Material Permanente	670,00D	0,00	0,00	670,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 7/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 8/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	393.697,57D	0,00	0,00	393.697,57D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	1.947.927,38C	0,00	196.049,00	2.143.976,38C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	1.554.229,81C	0,00	196.049,00	1.750.278,81C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	1.509.823,00C	0,00	195.689,00	1.705.512,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.509.823,00C	0,00	195.689,00	1.705.512,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.509.823,00C	0,00	195.689,00	1.705.512,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.509.823,00C	0,00	195.689,00	1.705.512,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.509.823,00C	0,00	195.689,00	1.705.512,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	44.406,81C	0,00	360,00	44.766,81C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	44.406,81C	0,00	360,00	44.766,81C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	44.406,81C	0,00	360,00	44.766,81C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	44.406,81C	0,00	360,00	44.766,81C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	44.406,81C	0,00	360,00	44.766,81C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	393.697,57C	0,00	0,00	393.697,57C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2011

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Setembro

Página: 10/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.269.984,00	1.269.984,00	

CAMPOS NOVOS, 06/10/2011

JOSE ADELAR CARPES
PRESIDENTE CAMARA

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial n.º 68/2011
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 166/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 68/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/10/2011, às 14h05min, pregão presencial para aquisição de mesas e cadeiras para sala dos professores das escolas do ensino fundamental e centros de educação infantil. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 27/10/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Editais de Pregão Presencial n.º FMS 21/2011
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 39/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 21/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, fará realizar no dia 26/10/2011, às 10:05 horas, a abertura das propostas para a contratação de drogaria/farmácia, localizado(a) no Município de Canoinhas, para o fornecimento parcelado de medicamentos constantes na Revista da ABCFARMA (Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico) para o Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas. Recebimento de propostas até às 10h00min do dia 26/10/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link Governo.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Editais de Tomada de Preços n.º 41/2011
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 167/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 41/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28 de outubro de 2011, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo para o preenchimento de vagas em caráter temporário, para o letivo de 2012, em unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas. Valor previsto R\$ 25.000,00. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0090/2011 - Processo Licitatório Nº 0090/2011
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2011
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0031/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de dois veículos automotivo, sendo um utilitário com capacidade mínima para 16 passageiros e outro com capacidade mínima para cinco passageiros (passeio), visando o cumprimento de convênio celebrado com Governo do Estado bem como o desempenho das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: às 09 horas e 30 minutos do dia 21 de outubro de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 11 de outubro de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 07 de outubro de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 397/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 397/2011

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no Artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora ADRIANA MACHADO CORREIA, ocupante do Cargo efetivo de Secretário de Escola - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 10.10.11 a 06.02.12.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10.10.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de outubro de 2011.
ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

Portaria Nº 399/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 399/2011

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais ACT - 40 horas;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos de rotina nas unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da servidora TATIANE DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, passando a exercer suas funções junto ao Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de outubro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Portaria Nº 398/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 398/2011

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 14 (quatorze);

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder em favor do servidor LUIZ MONTEIRO, Chefe da Divisão de Serviços Gerais, matrícula nº 2506/05, licença pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 07.10.2011, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.10.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de outubro de 2011.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 75/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2011- PMC

Objeto: a aquisição de carroceria com a substituição da mesma no caminhão PMC 78, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C", deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço global

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 25/10/2011.

Abertura: dia 26/10/2011, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 10 de outubro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C.DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Pregão Presencial Nº 14/2011 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2011 - FMS

Objeto: Aquisição e instalação de condicionadores de ar para equipar as unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10:00 do dia 24/10/2011.

Abertura: dia 24/10/2011, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3441-2125 e pelo fone/fax (0**49) 3442-0252.

Concórdia, SC, 10 de outubro de 2011.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato do Convênio Nº 46/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 46/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE LINHA BOA ESPERANÇA, inscrita no CNPJ sob nº 02.805.517/0001-83, representada pelo seu Presidente, senhor PAULO MARCIO KOPSEL.



OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na aquisição de freezer e geladeira.

VALOR: R\$ 2.500,00

PRAZO: De 05.10.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2011.

Extrato do Convênio Nº 47/2011 - FUMDEAGRO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 47/2011 - FUMDEAGRO

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária –FUMDEAGRO, representado pelo seu Administrador Geral, senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e a SOCIEDADE DE ÁGUA DO KM 111, inscrita no CNPJ sob nº 03.286.449/0001-56, representada pelo seu Presidente, senhor OTOMAR BICHOF.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, objetivando o repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para investimento na implantação da rede de água.

VALOR: R\$ 4.000,00

PRAZO: De 05.10.2011 à 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2011.

Balanço Financeiro INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA

INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA
Balanço Financeiro
Anexo AN - 5
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro /2011

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	1.045.396,74	ORÇAMENTÁRIA	308.197,70
Receitas Orçamentárias	1.045.396,74	Despesas Correntes	306.321,24
Receitas Correntes	607.096,79	31 - Pessoal e Encargos Sociais	15.619,30
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	217.862,26	33 - Outras Despesas Correntes	290.701,94
Receitas Patrimoniais	386.821,12	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	1.876,46
Outras Receitas Correntes	2.413,41	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	1.876,46
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	438.299,95	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	364.508,82	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	394.960,66
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	54.711,12	Depósitos	54.711,12
Consignações	8.493,11	Consignações	8.493,11
Depósitos em Diversas Origens	46.218,01	Depósitos em Diversas Origens	46.218,01
Restos a Pagar	309.797,70	Restos a Pagar	340.249,54
Obrigações a Pagar	309.797,70	Obrigações a Pagar	340.249,54
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	41.415.365,30	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	42.122.112,50
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	7.206,94	Bancos Conta Movimento	17.233,02
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	41.408.158,36	Investimentos do RPPS	42.104.879,48
TOTAL	42.825.270,86	TOTAL	42.825.270,86

Fonte: Instituto Prev. Social Pub. de Concórdia

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 2.391**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.391, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Homologa o Convênio nº 38/2011, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Catarinense de Criadores de Bovinos - ACCB, em 11 de julho de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 38/2011, celebrado entre o Município de Concórdia, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Catarinense de Criadores de Bovinos - ACCB, em 11 de julho de 2011. Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços no sentido de organizar, divulgar e realizar a Exposição de Gado Leiteiro e de Corte, durante a Expo Concórdia 2011, mostrando as potencialidades do setor pecuário, para fomentar o desenvolvimento da agropecuária do Município.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.392

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.392, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.

Homologa o Termo de Cooperação Técnica nº 18.330/2010-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde - SMS do Município de Concórdia, em 17 de setembro de 2010.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cooperação Técnica nº 18.330/2010-0, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde - SMS do Município de Concórdia, em 17 de setembro de 2010.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto formalizar pareceria para a realização de estágio curricular supervisionado dos alunos da Escola de Formação em Saúde - EFOS, matriculados e com frequência efetiva no Curso de Técnico de Enfermagem e no Curso de Auxiliar de Enfermagem, nas unidades básicas de saúde do Município.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.393

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.393, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Homologa o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 35/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia, em 10 de agosto de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 35/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia, em 10 de agosto de 2011.

Parágrafo único. O Termo objetiva acrescer inciso IV à Cláusula Primeira - Do Objeto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.394

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.394, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Homologa o Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 2/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Três Ilhas, em 26 de agosto de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 2/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Três Ilhas, em 26 de agosto de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a permissão de uso gratuito, a título precário, das antigas instalações da Escola Isolada Três Ilhas, situada em Linha Três Ilhas, que se destinará ao desenvolvimento das atividades da Associação.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.395

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.395, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Homologa o Convênio nº 96/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Conselho Comunitário de Planalto, em 18 de agosto de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 96/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Conselho Comunitário de Planalto, em 18 de agosto de 2011.

Parágrafo único. O Convênio tem por objeto a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.396

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.396, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Homologa o Termo de Compromisso celebrado entre a Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Município de Concórdia, em 08 de abril de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Compromisso celebrado entre a Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Município de Concórdia, em 08 de abril de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto o cumprimento da compensação de área equivalente, decorrente da supressão de vegetação nativa necessária para a implantação do Loteamento Frei Lency II, localizada na localidade de Vila Jacob Bieus, Município de Concórdia - SC.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.397

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.397, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Homologa o Termo de Gestão Compartilhada celebrado entre o Município de Concórdia, o Colegiado do Território Alto Uruguai e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 08 de agosto de 2011.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Gestão Compartilhada celebrado entre o Município de Concórdia, o Colegiado do Território Alto Uruguai e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 08 de agosto de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a gestão compartilhada do empreendimento "estrutura de apoio ao projeto de tanques redes".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.398

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.398, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Autoriza conceder Título de Bombeiro Padrão do Ano ao senhor Igor Arahon Schwingel.

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, autorizada a conceder Título de Bombeiro Padrão do Ano ao senhor Igor Arahon Schwingel.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Decreto Legislativo Nº 2.399

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.399, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Autoriza conceder Título de Policial Padrão do Ano a senhora Roseli Thums.

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, autorizada a conceder Título de Policial Padrão do Ano a senhora Roseli Thums.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Decreto Legislativo Nº 2.400

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.400, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Autoriza conceder Título de Policial Padrão do Ano ao senhor Laudir Grando.

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, autorizada a conceder Título de Policial Padrão do Ano ao senhor Laudir Grando.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Decreto Legislativo Nº 2.401

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.401, DE 7 DE OUTUBRO DE 2011.
Autoriza conceder Título de Serventuário da Justiça Padrão do Ano a senhora Ilena Dalla Costa Machado.

O PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto.

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, autorizada a conceder Título de Serventuário da Justiça Padrão do Ano a senhora Ilena Dalla Costa Machado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto Legislativo, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de outubro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Portaria Nº 411/2011

PORTARIA Nº 411 DE 07 DE OUTUBRO DE 2011
"NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - XXV da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, a Sra. NADIA APARECIDA LANZARINI, para exercer o cargo de Assessora de Secretaria, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotada na Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei C. 18/2001), ao Plano de cargos e salários (Lei C. 070/2009), (Lei C. 072/2009) e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 07 de outubro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Martins

PREFEITURA

Concede Férias e Abono Pecuniário À Servidor Público Municipal e dá Outras Providências

PORTARIA Nº. 126 DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 17/10/2011 à 15/11/2011.

Nome	Cargo	Referência
Fabiano Joton	Assessor de Tributação	04/08/2010 à 03/08/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 10 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Ermo

PREFEITURA

Portaria N.º 130, de 06 de outubro de 2011.

PORTARIA N.º 130, de 06 de outubro de 2011.

Faz Exoneração de Servidor de Cargo Permanente que especifica.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 41, inciso I e Art. 42, inciso I, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor LINDOMAR FRIEBEL BORGES, do cargo da Categoria Funcional de Motorista II, do quadro de pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria nº 041/2011, de 28 de março de 2011, a partir de 30 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de outubro de 2011.

EDSON TADEO GREGORINI

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria N.º 129, de 06 de outubro de 2011.

PORTARIA N.º 129, de 06 de outubro de 2011.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário - ACT, que especifica.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 195/2006, de 03 de julho de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Servidora SILVANA VOTRI FAGUNDES, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Admitida em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 081, de 21 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de outubro de 2011.

EDSON TADEO GREGORINI

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Portaria N.º 131, de 10 de outubro de 2011.

PORTARIA N.º 131, de 10 de outubro de 2011.

Concede Licença à Servidor que especifica.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença, à Servidora FLÁVIA MÔNICA MACHADO DE OLIVEIRA, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 10 de outubro de 2011 e seu término em 09 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de outubro de 2011.

EDSON TADEO GREGORINI

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF N.º. 155/2011.

EXTRATO DE CONTRATO PMF N.º. 155/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - LUCIANO LACERDA SATIRO

DO OBJETO - contratação da atração musical 'Everton e Andrieli' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 12 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 30/11/2011.

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.

DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N.º. 156/2011.

EXTRATO DE CONTRATO PMF N.º. 156/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - JONAS LOPES

DO OBJETO - contratação da banda 'Três e Um' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 13 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 30/11/2011.

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.

DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 157/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 157/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MÚSICO
DO OBJETO - contratação da banda 'Badenblu' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dias 14, 15 e 16 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 158/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 158/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - ALCIDES DA ROSA
DO OBJETO - contratação da dupla musical 'Pé na Cova e Quase Morto' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 14 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 900,00 (novecentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 159/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 159/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - EDI GONÇALVES
DO OBJETO - contratação da banda 'Marca dos Pampas' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 14 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 160/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 160/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - JEFERSON DOMINGOS
DO OBJETO - contratação da atração musical 'Dj Jhonny Creef' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 14 de outubro de 2011, por meio da

Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 800,00 (oitocentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 161/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 161/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - KELEN SÁ BORGES
DO OBJETO - contratação da dupla musical 'Helipe e Helon' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 15 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 162/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 162/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - ASSOC. CAXIENSE DE APOIO AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
DO OBJETO - contratação da banda 'Sul Paion' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dias 15 e 16 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 163/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 163/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - PEDRO GONÇALVES
DO OBJETO - contratação da banda 'Agora é Tchê' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 15 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 164/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 164/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - CLAUDIO ELIAS JUNIOR
DO OBJETO - contratação da atração musical 'Mireli Elias' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 16 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 165/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 165/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - JOSÉ CARLOS SANTIAGO DA SILVA
DO OBJETO - contratação da banda 'Pancada de Vaneira' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 13 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 166/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 166/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - MILTON JOÃO BORTOLIN
DO OBJETO - contratação da atração musical 'Peterson e Eduardo' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 12 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 1.000,00 (um mil reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 167/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 167/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - CLAUDINEI GONÇALVES

DO OBJETO - contratação da atração musical 'Raízes da Sanfona' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 11 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 168/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 168/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - GRUPPO MUSICAL ROBA DA CIODI
DO OBJETO - contratação da atração musical 'Roba da Ciodi' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 12 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 169/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 169/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - DJALMA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
DO OBJETO - contratação da atração musical 'Geraldo Fornasa e Bandalheia' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 14 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 11.000,00 (onze mil reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.
DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 170/2011.
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 170/2011.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADA - FRANCIELI FIGUEREDO PASSARELA
DO OBJETO - contratação da dupla musical 'Frank e Felipe' para se apresentar no palco externo da 5ª edição da Heimatfest, com acesso gratuito, dia 11 de outubro de 2011, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA - 30/11/2011.
DOTAÇÃO - 0802.2042.3390(125), 0802.2046.3390(126).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 102/PMF/2011.

DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0295/2011

DECRETO Nº 0295, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0026, de 03 outubro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 10 de Outubro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1878/2011

PORTARIA N.º 1.878 DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

EDILBERTO CARLOS FERREIRA, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 24 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora NEUSA MICHELON TROMBETTA, se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, RUBIA FERNANDA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.416.019-21, na função de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de outubro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Republicação da Tomada de Preços Nº 0002/2011

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2011A - FMS

A Secretária Municipal de Saúde torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos "Clínica Geral" no âmbito do Pronto Atendimento 24hs. (vinte e quatro horas) foi prorrogada a data de abertura do certame passando a ser a seguinte: Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 28/10/2011. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de outubro de 2011.

NILCE PINZ
Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0129/2011-PMF-RP0059

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0129/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0059/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de cestas básicas de alimentos para doação às famílias carentes do Município de Fraiburgo, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.295/98 e Decreto Municipal nº 0139 de 26 de setembro de 2007, durante o período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 26/10/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de outubro de 2011.

EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso do Pregão Presencial Nº 0130/2011-PMF-RP0060

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0130/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0060/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de manutenção e consertos de redes de energia elétrica e serviços afins, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes, Fundo Municipal de Saúde (FMS), Fundação Municipal de Esportes (FME) e Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, durante o período de outubro a dezembro 2011.

Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 24/10/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 outubro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso do Pregão Presencial N° 0131/2011-PMF-RP0061

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 0131/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS N° 0061/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de gasolina comum, álcool etílico hidratado combustível e óleo diesel comum para abastecimento dos veículos e máquinas da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes - FMS, SANEFRAI e FME, durante o período de novembro de 2011 até 15 março de 2012. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 25/10/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 outubro de 2011.
EDILBERTO CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 676/2011

PORTARIA N.º 676, DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARINEZ MARTINS FERREIRA, CPF n.º 430.899.090-49, aprovada e classificada como 0017 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento

previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/10/2011, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 677/2011

PORTARIA N.º 677, DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata VANESSA BATISTA MENDONÇA, CPF n.º 037.054.819-16, aprovada e classificada como 0016 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/10/2011, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº. 3.352, de 06 de Outubro de 2011.

LEI Nº. 3.352, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO DIA MUNICIPAL DAS AVES E DECLARA O GATURAMO-VERDADEIRO COMO AVE SÍMBOLO DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal das Aves", a ser comemorado em 4 de outubro de cada ano.

Art. 2º Fica declarada ave símbolo do Município de Gaspar a espécie denominada gaturamo-verdadeiro, cientificamente conhecida como "Euphonia violacea".

Art. 3º A data instituída no artigo 1º desta Lei passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 06 de outubro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.353, de 06 de Outubro de 2011.

LEI Nº. 3.353, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER SUBVENÇÕES SOCIAIS AO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a conceder subvenções sociais ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº. 84.045.830/0001-25, com sede no Município de Gaspar, a ser realizado até o quinto dia útil de cada mês do ano de 2011, num total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a manutenção específica do plantão de obstetrícia, vedada a utilização para pagamento de salários.

Art. 2º O valor total especificado no caput do artigo 1º desta Lei será repassado à entidade beneficiária em até quatro parcelas, nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º A entidade beneficiada com os recursos financeiros previstos nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de sua correta aplicação, diretamente ao Município de Gaspar, de acordo com o regulamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 06 de outubro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº. 4.535, de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº. 4.535, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Saúde, HONORINA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 573.600.149-72 e a servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários do GOVCONTA, das seguintes contas bancárias:

- I - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 158-9;
- II - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624.012-7;
- III - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624.014-3;
- IV - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 54.435-6;
- V - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624.013-5;
- VI - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 74-4;
- VII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 112-0;
- VII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624006-2;
- VIII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624007-0;
- IX - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624008-9;
- X - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624009-7;
- XI - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624010-0;
- XII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624002-0;
- XIII - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624004-6;
- XIV - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624009-7;
- XV - Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073, conta nº 624011-9.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de outubro de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.536, de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº. 4.536, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Saúde, HONORINA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 573.600.149-72 e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários no Atendimento Setor Público do Banco do Brasil SA, das seguintes contas bancárias:

I - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 10.896-0;

II - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 206.770-6;

III - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 262.875-9;

IV - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 18.429-2;

V - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 25.441-X;

VI - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 7.449-7;

VII - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 218.655-1;

VIII - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 266.153-5;

IX - Banco do Brasil, Agência nº 921-0, conta nº 25.443-6;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.537, de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº. 4.537, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPARG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Saúde, HONORINA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 573.600.149-72 e à servidora municipal JANICE CRISTINA ELEOTÉRIO, inscrita no CPF sob nº 988.336.779-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos do Fundo Municipal de Saúde, como também autorizar transações financeiras pela internet e transferências bancárias, consultar e imprimir extratos bancários das seguintes contas bancárias:

I - Blucard - Coop. de Economia e Crédito Mútuo, Agência nº 3269, conta nº 30.886-2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.538 de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº. 4.538 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros abaixo indicados, para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, conforme segue:

Membros Substituídos	Novos membros	Entidades
Titular: FRANCISCO HOSTINS JÚNIOR	Titular: HONORINA DA SILVA	Gestores Municipais
Suplente: JUSSARA DA COSTA	Suplente: ELISÂNGELA URBANO	
Titular: MARCIA CARDOSO	Titular: JUSSARA DA COSTA	
Suplente: EVANDRO SCHNAIDER IMHOF	Suplente: ARNALDO MUNHOZ	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 4.489/2011.

Gaspar, 06 de outubro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Comunicação de Intimação - Licitação Nº. 002/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPARG

COMUNICAÇÃO DE INTIMAÇÃO

LICITAÇÃO Nº. 002/2011

A Câmara Municipal de Gaspar, por seu Presidente o Vereador Claudionor da Cruz Souza, comunica que foram intimadas, através de fax e e-mail fornecidos nos autos da Licitação nº. 002/2011, as empresas Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda, Negócios de Informática RW Ltda e Sercompe Computadores Ltda acerca das decisões da Comissão de Licitação instituída pela Resolução nº. 34/2011 conforme constam da Ata da Sessão Pública do dia 07/10/2011. Às referidas empresas foi encaminhada cópia da mencionada Ata por fax e e-mail, sendo que ainda poderão solicitar outra cópia por quaisquer dos dois meios de comunicação já citados através do Fax (47)3332-2028 e e-mail presidencia@camaragasparg.sc.gov.br.

Gaspar/SC, 07 de outubro de 2011.

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Guaramirim

PREFEITURA

Retificação ao edital 108/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 108/2011.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para

conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Concorrência Pública nº. 108/2011 que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para pavimentação reurbanização da Rua Gerônimo Corrêa..

Onde lê-se:

b) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) e grau de endividamento que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas

Leia-se:

b) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), Liquidez Corrente (LC) que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), o índice para o grau de endividamento deverá apresentar o valor menor ou igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Sendo assim, a data de abertura da licitação será no mesmo dia, local e horário disposto no edital de Licitação, mantendo inalteradas as demais cláusulas do Edital.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim (SC), 07/10/2011.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 119.2011

DECRETO PMI Nº 119 de 04 de outubro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

31

- FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Unidade: 31.01 - Convênio Polícia Militar

Programa: 17 - Qualidade ao Trânsito

Projeto (Ação): 2.044 - Manutenção do Fundo de Trânsito

Funcional programática: 06.182.0017

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 19.000,00

Total 19.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:

31

- FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA

Unidade: 31.01 - Convênio Polícia Militar

Programa: 17 - Qualidade ao Trânsito

Projeto (Ação): 2.044 - Manutenção do Fundo de Trânsito

Funcional programática: 06.182.0017

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 19.000,00

Total 19.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 120.2011

DECRETO PMI Nº 120, de 04 de outubro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 841.722,23 (oitocentos e quarenta e um mil setecentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos), para novo item orçamentário como segue:

Órgão: 30 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA

Unidade: 30.01 - Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba

Programa: 17 - Saneamento

Projeto (Ação): 1.020 - Água Limpa para Todos

Funcional programática: 17.512.0007

4.4.90.00.00.00.00.00.0103 (0005) Aplicações Diretas 841.722,23

Total 841.722,23

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de recursos de Transferência de Convênios do Estado (Gestão Compartilhada CASAN) apurados no exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 121.2011

DECRETO PMI nº 121, de 04 de outubro de 2011.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 134.770,53 (cento e trinta e quatro mil setecentos e setenta reais e cinquenta e três centavos), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

Órgão:

08

- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA

Unidade: 08.01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura - Seinfra

Programa: 07 - Governo de Imbituba, fazendo ainda mais

Projeto (Ação): 1.010 - Pavimentação de Vias Públicas

Funcional programática: 15.451.0007

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0077) Aplicações Diretas 134.770,53

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Imbituba, 04 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 05/2011 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDESTH

PROCESSO Nº 32/2011

DISPENSAS Nº 05/2011

Objeto: Contratação de serviço especializado em sonorização ambiente.

Valor Total: R\$ 2.550,00

Empresa: Jedson de Moraes ME.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de outubro de 2011.

VALÉRIA FABIANA CORREIA RODRIGUES

Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 51/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 172/2011

DISPENSAS Nº 51/2011

Objeto: Mudança de poste de rede de distribuição na Rua Jorge Lacerda.

Empresa: Botega Montagens Elétricas Ltda.

Valor Total: 2.860,95

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 52/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 176/2011

DISPENSAS Nº 52/2011

Objeto: Aquisição de um seguro total de uma máquina retro escavadeira LB 110, marca e modelo M.A/HOLLAND, ano de fabricação 2010 e modelo 2011, chassi nº NAAH21226, placa MIE2948, combustível diesel, cor amarela.

Empresa: Companhia de Seguros Minas Brasil.

Valor Total: 3.284,68

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de outubro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 26/2011 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDESTH

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 30/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 26/2011, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 11 de outubro de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Iomerê

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 0010/2011

Prefeitura Municipal de Iomerê

Edital de Pregão Presencial 010/2011

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 010/2011 para aquisição de instrumentos musicais novos para a Banda Municipal Santa Cecília.

A abertura das propostas se dará no dia 24/10/2011 às 09:00h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 10 de outubro de 2011.

MIRIO EBELING

Prefeito Municipal e.e

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 39/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 39/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Herbert Materiais para Construção Ltda. e R. J. Fleith & Cia Ltda.

Irineópolis, 07 de outubro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 40/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 40/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Herbert Materiais para Construção Ltda., R. J. Fleith & Cia Ltda. e Rio Verde Materiais de Construção Ltda.

Irineópolis, 07 de outubro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 41/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 41/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação da empresa: R. J. Fleith & Cia Ltda.

Irineópolis, 07 de outubro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 42/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 42/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação das empresas: Herbert Materiais para Construção Ltda. e R. J. Fleith & Cia Ltda.

Irineópolis, 07 de outubro de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 107/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 107/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Herbert Materiais para Construção Ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para reforma do Núcleo Educacional Guilherme Bossow
Valor: R\$ 2.732,55 (Dois mil setecentos trinta dois reais e cinquenta cinco centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 39/2011 - Pregão Presencial nº. 21/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 108/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 108/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: R J Fleith & Cia Ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para reforma do Núcleo Educacional Guilherme Bossow
Valor: R\$ 877,90 (Oitocentos setenta sete reais e noventa centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 39/2011 - Pregão Presencial nº. 21/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 109/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 109/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Herbert Materiais para Construção Ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para reforma do Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair
Valor: R\$ 434,40 (Quatrocentos e trinta quatro reais e quarenta centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 40/2011 - Pregão Presencial nº. 22/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 110/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 110/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: R J Fleith & Cia Ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para reforma do Grupo Escolar

Dalmo Edson Sfair
Valor: R\$ 1.844,00 (Um mil oitocentos quarenta quatro reais)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 40/2011 - Pregão Presencial nº. 22/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 111/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 111/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Rio Verde Materiais de Construção Ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para reforma do Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair
Valor: R\$ 5.609,26 (Cinco mil seiscentos e nove reais e vinte seis centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 40/2011 - Pregão Presencial nº. 22/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 112/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 112/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: R J Fleith & Cia Ltda
Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada Serra Grande
Valor: R\$ 1.465,36 (Um mil quatrocentos sessenta cinco reais e trinta seis centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 41/2011 - Pregão Presencial nº. 23/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 113/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 113/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Herbert Materiais para Construção Ltda.
Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada Vila Nova do Timbó
Valor: R\$ 4.227,53 (Quatro mil duzentos vinte sete reais e cinquenta três centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 42/2011 - Pregão Presencial nº. 24/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 114/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 114/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: R J Fleith & Cia Ltda
Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada Vila Nova do Timbó
Valor: R\$ 1.619,44 (Um mil seiscentos e dezenove reais e quarenta quatro centavos)
Vigência - 07.10.2011 a 31.12.2011
Base Legal - Processo Licitatorio 42/2011 - Pregão Presencial nº. 24/2011
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 47/2011

Pregão Eletrônico nº 27/2011. Objeto: Registro de Preços para aquisição de filtros, óleos lubrificantes, graxas, peças para borracharia e produtos de lavagem, para a frota municipal. Recebimento das Propostas: até às 17:00 horas do dia 24/10/2011. Abertura das Propostas: dia 25/10/2011, às 08hs30min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 25/10/2011, às 09:00 horas. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioplis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211, ramal, 203, Itaiópolis 10 de Outubro de 2011. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Processo Licitatório Nº 48/2011

Pregão Eletrônico nº 28/2011. Objeto: Registro de Preços para aquisição de pneus, câmaras e protetores, para a frota municipal. Recebimento das Propostas: até às 12:00 horas do dia 25/10/2011. Abertura das Propostas: dia 25/10/2011, às 14hs-15min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 25/10/2011, às 14hs30min. O edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioplis.sc.gov.br e www.bll.org.br Informações: Departamento de Compras e Licitações, fone: 47 3652 2211, ramal, 203, Itaiópolis 10 de Outubro de 2011. Helio César Wendt Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 033/ 2011

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/ 2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2011 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 10/10/2011, a partir das 09:00 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000033/2011, que tem como

objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA, DE APROXIMADAMENTE 200HORAS/MÊS, PARA ABERTURA E LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE RUAS E COLOCAÇÃO DE TUBOS, com critério de julgamento de menor preço. No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	82.160.946/0001-80
ADRIANO SEBASTIAO MIQUELETTTO & CIA LTDA ME	08.837.604/0001-07
JC LOCACOES DE MAQUINAS LTDA	09.686.119/0001-34
TERPY PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME	09.446.127/0001-03
CONSTRUTORA BONATO LTDA	04.282.840/0001-45

Aptas a participarem da próxima fase do certame, apenas as empresas LB COMERCIO DE SERVIÇOS LTDA, e TERRAPLANAGEM PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA, foram desclassificadas por não atenderem o item n 5.6.1 do edital (ausência de 3 envelope de credenciamento). A senhora Pregoeira Sr: FERNANDA CRISTINA ROSA que informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo I do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, ficam as licitantes vencedoras responsáveis por prestarem os serviços e entregarem o objeto que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados:

Representantes (Credenciados)
OILSON ZAGONEL
ADRIANO SEBASTIAO MIQUELETO
JULIO CESAR DE FARIAS
FRANCISCO DELFINO DE FARIAS
ARILDO RAMPAZZO COSTA

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance
1	OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	59,4000

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME	142.560,0000

Em seguida, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às

condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que a referida empresa atende as exigências editalícias, sendo habilitada para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitada à empresa ofertante do menor preço, a Senhora Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que as empresas vencedoras deverão cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - As propostas da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) - O preço ofertado está dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata e encerrada às 10h:20m.

Itapoá, 10/10/2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR

OILSON ZAGONEL & CIA LTDA - ME
OILSON ZAGONEL
ADRIANO SEBASTIAO MIQUELETTTO & CIA LTDA ME
ADRIANO SEBASTIAO MIQUELETO

JC LOCACOES DE MAQUINAS LTDA
JULIO CESAR DE FARIAS
TERPY PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME
FRANCISCO DELFINO DE FARIAS

CONSTRUTORA BONATO LTDA
ARILDO RAMPAZZO COSTA

Termo de Prorrogação do Edital de Licitação Pública - Tomada de Preço Nº 12/2011

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS - DATA: 19 de outubro de 2011 - Horário de entrega de envelopes até: 08h:30m e abertura de sessão pública às 09h:00m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 12/2011 - PROCESSO Nº 87/2011 - OBJETO: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a Construção da Casa da Cultura com área total de 282,83 m2, conforme projetos, memorial descritivo, ART, e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá, torna público que em virtude de ausência de publicação desta licitação no Diário Oficial de Santa Catarina e Diário Oficial da União, mesmo tendo sido publicada em Diários Oficiais dos Municípios, em mural público e site da Prefeitura Municipal, a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de

PRORROGAR a DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 26/10/2011 mantendo-se os mesmos horários, de até 08h:30m para recebimento envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 09h:00m a Sessão Pública de abertura de envelopes. Justifica-se os termos deste termo como erro material.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 10 de outubro de 2011.

ERVINO SPERANDIO
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Resolução Nº 009/2011-CMAS-JBA

Resolução Nº 009/2011-CMAS-JBA

Define critérios e prazos para a inscrição dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais das Entidades sem preponderância na área da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a reunião ordinária do Conselho realizada em 05 de outubro de 2011, considerando:

- as orientações da Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - As entidades que atualmente recebem recursos públicos dos FNAS, FEAS ou FMAS e que não tenham atuação preponderante na área de Assistência Social, mas que desenvolvem Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais deverão apresentar a documentação pertinente até o último dia útil do mês de novembro do ano anterior à sua execução.

Parágrafo Único - Para a inscrição as entidades deverão apresentar os seguintes documentos: a) requerimento de inscrição; b) cópia do Estatuto Social registrado em cartório; c) cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria registrada em cartório; d) cópia do Comprovante de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; e) Plano de Ação detalhado; f) Certidão Negativa de Débitos - CND - Municipal, Estadual e Federal.

Art. 2º - As entidades com interesse em obter outros recursos públicos da Assistência Social poderão solicitar a inscrição junto ao CMAS a qualquer tempo, apresentando a documentação devida.

Art. 3º - O artigo 3º da resolução nº 006-2010 passa a ter a seguinte redação: " As entidades deverão apresentar a lista dos usuários inscritos onde constará nome, filiação, endereço e telefone até o dia 10 de janeiro no ano em curso".

Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se.

Joaçaba (SC), em 05 de outubro de 2011.
MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER
Presidente CMAS-Joaçaba

Extrato PP 11/2011/FMCE - PL 11/2011/FMCE FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES JOAÇABA- SC AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2011/FMCE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011/FMCE

Objeto: Aquisição de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos, artísticos e culturais da Fundação Municipal de Cultura e Esportes de Joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital. Forma de Julgamento: Menor preço por Lote. Data da abertura: Dia 25/10/2011, a partir das 14 h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 h, do dia 25/10/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 07 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE
Prefeito

MIRIAN DOLZAN
Superintendente da FMCE

Extrato PP 31/2011/FMS - PL 38/2011/FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS JOAÇABA (SC) AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2011/FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2011/FMS

Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais especializados de empresa, para consultoria e assessoria em gestão na área de saúde pública, treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial para servidores da área da saúde do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor preço. Data da abertura: Dia 26/10/2011, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 26/10/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 07 de outubro de 2011.

RAFAEL LASKE
Prefeito

VILMAR ZÍLIO
Gestor do FMS

SIMAE**Resumo Contrato JHL 0066/2011**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0066/2011
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0059/2011.
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0029/2011
LICITAÇÃO 0041/2011
Data: 07/10/2011

Objeto: Acrescentar veículo Fiat Strada Seguro Total.
Contratado: Gente Seguradora S A
Valor acrescido R\$ 1.492,51 (Hum mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos)
Projeto/atividade - 2061 - Técnica Água
Função/Programa: 17.512.0029
Prazo de vigência: 07/10/2011 a 13/08/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages**CÂMARA MUNICIPAL****Aviso de Pregão Presencial Nº 3/2011**

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 5/2011

O OBJETO: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E CONsertos DA PARTE INTERNA E EXTERNA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL INCLUINDO DESPESAS C/ MATERIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "V" DO EDITAL.. A ENTREGA dos envelopes contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até as 15h00min do dia 21/10/2011, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 21/10/2011 às 15h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou maiores informações pelo fone (49) 3251-5425.

Lages (SC), 10 de outubro de 2011.
ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO
Presidente

Leoberto Leal**PREFEITURA****Decreto Nº 083**

DECRETO Nº 083 DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso

I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	5.000,00
Função	12	EDUCAÇÃO	5.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	5.000,00
Programa	4	Educação é Tudo	5.000,00
Projeto/Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto.	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0001	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			5.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte	Código	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0001	5.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO		5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de Outubro de 2011.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 11/10/2011.

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 009/2011 - RETIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2011 - RETIFICADO

"Abre inscrições e baixa normas para a seleção de Servidores em caráter temporário, para o cargo Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Manutenção de Veículos e Auxiliar de Serviços Gerais.

O Município de Leoberto Leal, com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005 e Lei n.º 811, de 29 de junho de 2011, torna públicas as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação de 02 Auxiliar de Manutenção e Conservação, 01 Auxiliar de Manutenção de Veículos e 02 Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar no Município de Leoberto Leal, por prazo determinado.

I – Das Inscrições

1.1 As inscrições poderão ser feitas de 11 de outubro a 07 de novembro de 2011, das seguintes formas:

1.1.1 Pessoalmente, ou por procurador devidamente habilitado através de procuração pública, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição, comparecendo ao Setor de Pessoal, sito à Rua Mainolvo Lemhkuhl, nº 20 – Centro – Leoberto Leal / SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número de inscrição.

1.2.1 Via correio, a documentação exigida no Capítulo II item 2 – Da documentação deverá ser autenticada e enviada, via correio, por SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 009/2011, ao endereço à Rua Mainolvo Lemhkuhl, nº 20 – Centro – Leoberto Leal / SC, CEP 88445-000. Serão consideradas apenas as inscrições cuja documentação for enviada com data de postagem até 04 de novembro de 2011. A ficha de inscrição encontra-se no ANEXO III do presente Edital.

2. Toda documentação será examinada por uma comissão designada para esse fim e será considerada nula, para todos os efeitos legais, a inscrição do candidato que não atender a todos os requisitos dos itens desse edital.

3. A Comissão Especial de Processo Seletivo nº 009/2011 não assumirá qualquer responsabilidade por inscrição ou documentos que eventualmente sejam extraviados.

4. Após o recebimento, pela Comissão Especial de Processo Seletivo nº 009/2011, da documentação exigida no Item II – Dos documentos necessários para inscrição, o candidato não poderá mais ter acesso à mesma. As cópias dos documentos enviados não serão devolvidas ao candidato.

5. As informações prestadas na ficha de inscrição e em todos os documentos de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 009/2011 do direito de excluir, deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, aquele que fornecer dados ou documentos comprovadamente inverídicos ou ainda, que não postar, dentro do prazo previsto, os documentos exigidos para o ato da inscrição.

6. No caso de serem identificadas duas, ou mais Fichas de Inscrição de um mesmo candidato, será considerada válida, a mais recente.

7. Os portadores de deficiência poderão se inscrever, desde que apresentem atestado médico que certifique a deficiência e declare que esta permite o exercício da atividade.

II – Dos Documentos necessários para inscrição:

2.1 O Candidato deverá anexar cópia dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade, CPF; e,
- b) Endereço para correspondência;

III – Da Homologação e Publicação das Inscrições:

3.1 É responsabilidade do candidato, ou do seu representante legal, confirmar sua inscrição;

3.2 As inscrições recebidas que atenderem as normas do presente Edital serão homologadas no prazo de até 02 (dois) dias após o encerramento das inscrições.

3.3 As inscrições que forem indeferidas são afixadas no Mural de Publicações Legais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e publicadas no DOM/SC, no prazo de até 02 (dois) dias do encerramento das inscrições.

IV – Das Exigências para a Contratação:

4.1 Os candidatos aprovados serão contratados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

4.2 Para fins de contratação serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade mínima de 18 anos;
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Estar em dia com o serviço militar;
- e) Apresentar comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo.
- f) Exame médico admissional;
- g) Declaração de não acúmulo de cargo ou função pública;
- h) Declaração de bens;
- i) CPF, RG, PIS/PASEP;
- j) Declaração de não ter sofrido nenhuma penalidade disciplinar no exercício das funções em órgão público;
- g) CNH categoria AC (para o cargo de Auxiliar de manutenção de veículos).

4.3 A classificação neste Processo Seletivo Simplificado, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático. A contratação é de competência da Prefeitura Municipal, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

V – Da Prova e da Classificação:

5.1 O Processo Seletivo Simplificado será somente de Provas Práticas para Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Manutenção de Veículos e Auxiliar de Serviços Gerais.

5.1.1 Das Provas Práticas

1. Prova Prática que será realizada no dia 13 (treze) de novembro de 2011, às 08h30min, na oficina/rampa de lavagem/pátio e prédio da Prefeitura, situada a Rua Mainolvo Lemhkuhl, Centro, Leoberto Leal/SC.

2. Será considerado habilitado (aprovado) na prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

3. Em caso de empate na Nota Final, e havendo empatado candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, terá preferência o candidato mais idoso. Persistindo o empate, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova Prática.

4. No caso de empate entre candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova Prática. Persistindo o empate, terá preferência o candidato que tiver a maior idade.

5. Nas provas práticas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realizar o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, com risco de danificá-los. As circunstâncias que motivarem a exclusão do candidato, isto é, sua desclassificação do concurso - serão registradas em ata, com assinatura de pelo menos 02 (duas) testemunhas.

6. No critério da eficiência (para a realização das provas práticas) as tarefas a serem executadas pelos candidatos serão idênticas avaliando-se quem terá realizado a tarefa toda, ou a maior quantidade com relação ao tempo pré-estabelecido ou em menor tempo, com a mesma qualidade.

7. Para a realização da Prova Prática, os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, em trajés apropriados para o teste, portando cédula de identidade e documento de inscrição.

8. Havendo possibilidade, as provas práticas serão filmadas e/ou fotografadas.

9. Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

Cargo	Atividades
Auxiliar de Manutenção e Conservação	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – capinar e/ou roçar e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 30 (trinta) minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades com ferramentas</p> <p>II – Eficiência/Qualidade</p> <p>III – Produtividade</p> <p>IV – Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios</p>
Auxiliar de Manutenção de Veículos	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – Lavar os veículos e equipamentos rodoviários e auxiliar o mecânico nas atividades da oficina, de acordo com o Cargo – e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: até 30 (trinta) minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades com os veículos e equipamentos utilizados para manutenção</p> <p>II – Eficiência/Qualidade/Higiene</p> <p>III – Produtividade</p> <p>IV – Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material/Ingredientes</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de até 100 pontos para todos os critérios.</p>
Auxiliar de Serviços Gerais	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – Executar trabalhos abrangendo serviços braçais de limpeza e copa - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 30 (trinta) minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades com utensílios</p> <p>II – Eficiência/Qualidade/Higiene</p> <p>III – Produtividade</p> <p>IV – Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material/Ingredientes</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios</p>

VI – Das Vagas:

6.1 O quadro de vagas e as especificações são as constantes do quadro abaixo:

Código do Cargo	Cargos	Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação Necessária para a Posse	Remun. Inicial	Tipos de Provas
01	Auxiliar de manutenção e conservação	02	40	Alfabetizado (*)	434,11 + Abono de 270,59	Prática

02	Auxiliar de manutenção de veículos	01	40	Alfabetizado (*) e Carteira Nacional de Habilitação, categoria AC	434,11 + Abono de 270,59	Prática
03	Auxiliar de Serviços Gerais	02	40	Alfabetizado (*)	434,11 + Abono de 270,59	Prática

(*) Entende-se por Alfabetizado aquele que sabe ler, de acordo com o Dicionário Aurélio. No ato da posse, o candidato deverá comprovar esta situação mediante apresentação de Boletim Escolar, Histórico Escolar, Diploma ou submeter-se a teste, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

VII – Do Prazo de Validade:

7.1 – O presente processo seletivo, para todos os efeitos, tem validade de 01 (um) ano.

VIII – Da Responsabilidade pelo Processo Seletivo;

8.1 O presente Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital:

IX – Do Regime Empregatício e do Regime Previdenciário:

9.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo, serão admitidos em caráter temporário, sob o regime Estatutário, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

X – Da Homologação:

10.1 Os resultados final do processo seletivo, será homologado pela Prefeita Municipal e Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e no DOM/SC.

XI – Das Disposições Finais:

- Os inscritos deverão estar cientes do cumprimento da carga horária, que não será inferior a 40 (quarenta) horas semanais.
- A classificação dos candidatos será fixada no Mural da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC e publicada no DOM/SC.
- Os candidatos serão chamados por ordem de classificação, conforme disponibilidade de vagas e necessidade do Município.
- Após a escolha de vaga, caso o candidato venha a desistir da mesma, não lhe será oferecida outra vaga.
- O candidato que se julgar prejudicado na classificação, terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação do resultado, para solicitar reconsideração na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
- A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no interno teor deste Edital Simplificado e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.
- A cada 05 contratações uma será reservada a portadores de necessidades especiais.
- Os casos não previstos, no que tange à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos conjuntamente, pela Comissão do Processo Seletivo.
- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 07 de outubro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

I - ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO:

· Atividade de nível subalterno, de execução qualificada, envolvendo serviços relacionados a função de marceneiro, encanador e eletricitista, e demais atividades braçais correlatas.

II - ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS:

· Executar tarefas de remover o pó e outros detritos do interior dos veículos, utilizando máquinas pneumáticas, aspiradores de pó, escovas e materiais similares;

· Suspender o veículo, operando os comandos do elevador hidráulico ou pneumático para proceder à limpeza das partes inferiores do veículo;

· Lavar a lataria, vidros e outras partes do veículo utilizando equipamentos e materiais apropriados;

· Polir a estrutura metálica do veículo;

· Controlar estoque de materiais de limpeza;

· Limpar e arrumar as instalações do local de trabalho;

· Auxiliar o mecânico nas suas atividades de manutenção/conserto de veículos, organização, limpeza e arrumação das ferramentas/equipamentos e local de trabalho e demais atividades correlatas.

IV - ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

· Executar trabalhos de natureza operacional, abrangendo serviços braçais, de zeladoria e limpeza, copa, protocolo e vigilância, e outras atividades correlatas.

Leoberto Leal/SC, 07 de outubro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 009/2011		Nº da Inscrição (Campo preenchi- do pela Comissão Especial)
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: M() F()
CPF:	Título Eleitoral:	Estado Civil:
Fone:	e-mail -	
Portador de Necessidade Especial () Sim () Não		Declaração de Condições Especiais: () Sim () Não
Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	CEP:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Concurso Público, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Leoberto Leal, em...../...../.....	Assinatura do Candidato:
------------------------------------	--------------------------

Via da Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 009/2011		Nº da Inscrição (Campo preenchido pela Comissão Especial)
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Obrigatória a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 45 minutos de antecedência.		
Local e Data/...../.....		

Via do Candidato

Luzerna

PREFEITURA

Balancete Financeiro FMS

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 09/2011

Emissão: 30/09/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	52.657,05	DESPESA ORCAMENTARIA	149.171,25
RECEITA CORRENTE	52.657,05	SAÚDE	149.171,25
RECEITA TRIBUTÁRIA	165,28		
RECEITA PATRIMONIAL	3.277,35		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.214,42		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	163.179,10	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	17.996,86
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	192,54	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	192,54
SALARIO-FAMILIA	145,18	SALARIO-FAMILIA	145,18
SALARIO-MATERNIDADE	47,36	SALARIO-MATERNIDADE	47,36
PREVIDENCIA SOCIAL	6.259,90	PREVIDENCIA SOCIAL	6.259,90
INSS	6.259,90	INSS	6.259,90
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	5.236,79	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.363,04
ISS	47,06	ISS	56,66
IRRF/GDF	5.189,73	IRRF/GDF	10.306,38
IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	5.093,31	IRRF RENDIMENTOS PESSOA FISICA	10.142,21
IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	96,42	IRRF RENDIMENTOS PESSOA JURIDICA	164,17
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.359,32	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	1.050,83
Emprestimo Consignação Folha-Besc	751,42	Emprestimo Consignação Folha-Besc	442,93
Emprestimo Consignação Folha-CEF	607,90	Emprestimo Consignação Folha-CEF	607,90
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	130,55	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	130,55
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	130,55	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	130,55
Contribuição ASM	130,55	Contribuição ASM	130,55
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	150.000,00		
REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPA	150.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	149.171,25	> DESPESA PAGA	167.672,21
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	149.171,25	CREDITO LIQUIDADO	167.672,21
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	167.672,21
> SALDOS ANTERIORES	467.420,37	> SALDOS ATUAIS	497.587,45
APLICACOES FINANCEIRAS	467.420,37	APLICACOES FINANCEIRAS	497.587,45
> TOTAL	832.427,77	> TOTAL	832.427,77

GESTOR DO FMS
ORLANDO FAVERO

Contadora 20394/0-8
MARIA INÊS DALLOLMO

Macieira

PREFEITURA

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Aditamento nº 10/2011. Contrato Administrativo nº. 0041/2011. Processo licitatório nº 0019/2011. Tomada de Preços nº 0003/2011. Objeto: Prorrogação de prazo para execução de quadra coberta com estrutura pré fabricada em concreto armado na Comunidade Km 30, Escola Professora Cândida Bertotto Zucatti, numa área de 770 m², conforme Projeto de execução, Cronograma Físico Financeiro, Plano de Trabalho e Convênio nº 13.657/2010-3 em anexo ao edital e contrato aditivo, baseado no artigo 57 da Lei de licitações. Contratada: POLIEDRO ENGENHARIA LTDA. Prazo: 12.11.2011.

Macieira, 23 de setembro de 2011.
IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Presidente de Comissão de Licitações

Massaranduba

PREFEITURA

Retificação II Processo Licitatório Nº. 94/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 94/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2011 - MENOR PREÇO - POR ITEM

OBJETO: Aquisição de um Ônibus Escolar com capacidade para 61 Passageiros e uma Carroceria para Ônibus tipo lotação (escolar), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II.

RETIFICAÇÃO II

Referente as especificações do Anexo II do edital, faz-se as seguintes alterações: onde se lê : freio motor com borboleta no escapamento e eletro pneumático sobre o cabeçote do motor, LEIA-SE: freio motor.

Descrição total do item atualizada:

Ônibus escolar com capacidade para 61 passageiros sentados, contendo as seguintes especificações mínimas:

* 01 chassi para ônibus novo, 0 km, ano/modelo 2011; motor dianteiro de 04 cilindros verticais em linha movido a óleo diesel; injeção eletrônica direta com 4 bicos individuais de combustível; turbocooler e aftercooler; potencia de no mínimo 175 cv; caixa de cambio com 06 (seis) marchas a frente e uma a ré; embreagem com acionamento hidropneumatico; direção hidráulica; freios a ar comprimido de 2 circuitos, com tambor nas rodas dianteiras e traseiras e regulador automático de desgaste de freios, freio motor; tanque de combustível com capacidade de no mínimo 290 litros; barra estabilizadora dianteira e traseira; pneus sem câmara, equipado com aros 7,50-22,5 e pneus 275/80 R 22,5; chave de roda, alavanca, macaco, triângulo, extintor de incêndio; peso bruto total de no mínimo 13.500 kg.

Montado em uma Carroceria tipo lotação (escolar) de fabricação nacional nova, 0 km, ano/modelo 2011, fabricada em aço

galvanizado revestida externamente com chapas de alumínio e pintura anticorrosiva, poltrona do motorista com regulagem para frente e lateral, com cinto de segurança de 03 (três) pontas, parede divisória padrão escolar, pára-brisa alto bi partido, sem itinerário na caixa de vista, com itinerário mecânico interno lado superior direito, com 01 (uma) porta de serviço tipo urbana de duas folhas para embarque e desembarque, com acionamento pneumático controlada pelo motorista, localizada no balanço dianteiro LD, com capacidade para no mínimo 61 (sessenta e um) passageiros sentados mais o motorista, poltronas fixas estofadas 3x2 modelo escolar, revestida em corvin, com cintos de segurança abdominal individual para todos os passageiros, largura externa da carroceria de no mínimo 2460 mm sem contar os retrovisores (espelho) ou pára-lamas adicionais, altura interna mínima 1950 mm do piso ao teto, altura externa mínima 3100 mm, comprimento total do veículo de no mínimo 11200 mm, assoalho em alumínio lavrado, vigia traseiro fechado em fibra, janelas com dois vidros superiores móveis e um inferior fixo, tipo escolar, com vidros fumê, porta estepe tipo cesto no entre eixo com chave portinhola; pintura amarelo, com Faixas Escolar, Padrão Escolar. Sidas de emergência e demais itens de segurança exigidos pelo Código Nacional de Trânsito.

E, por força das alterações, prorroga-se a abertura da licitação para o dia 24/10/2011 as 14:30 horas. As demais especificações dos itens e condições do edital permanecem inalteradas.

Massaranduba (SC), 10 de Outubro de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº. 7/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 91/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2011

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos sete dias do mês de Outubro do ano de 2011, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do Artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 91/2011 - Pregão Presencial Nº. 36/2011 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PRESTADORA DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DE CAMPEONATOS/EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes: ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI, neste ato representado por ARLINDO VIEIRA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.0. CONTRATAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PRESTADORA DE SERVICOS DE ARBITRAGEM DE CAMPEONATOS/EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e

quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quant	Valor Unit.	Valor Total
00001	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL - CATEGORIA SUB 21	JOGO	ADEVI	40,00000	142,0000	5.680,00
00002	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL, CATEGORIA FEMININO ADULTO	JOGO	ADEVI	20,00000	115,0000	2.300,00
00003	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL, CATEGORIA JEMA-JOGOS ESCOLARES DE MASSARANDUBA	JOGO	ADEVI	20,00000	105,0000	2.100,00
00004	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL, CATEGORIA ADULTO LIVRE	JOGO	ADEVI	40,00000	145,0000	5.800,00
00005	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL DE AREIA, CATEGORIA ADULTO.	JOGO	ADEVI	90,00000	20,0000	1.800,00
00006	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL, NA CATEGORIA JEMA - JOGOS ESCOLARES DE MASSARANDUBA	JOGO	ADEVI	20,00000	45,0000	900,00
00007	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL, CATEGORIA ADULTO	JOGO	ADEVI	40,00000	40,0000	1.600,00
00008	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE BOCHA, CATEGORIA ADULTO.	JOGO	ADEVI	100,00000	10,0000	1.000,00
00009	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ADULTO	JOGO	ADEVI	50,00000	355,0000	17.750,00
00010	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTEBOL SUÍÇO, CATEGORIA ADULTO	JOGO	ADEVI	50,00000	150,0000	7.500,00
00011	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE TENIS DE MESA, CATEGORIA ESCOLAR (DE 07 A 14 ANOS)	JOGO	ADEVI	150,00000	6,0000	900,00
00012	ADEVI - ASSOCIACAO DES-PORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE ATLETISMO, CATEGORIA INTERESCOLAR (DE 07 A 14 ANOS)	JOGO	ADEVI	21,00000	120,0000	2.520,00

Total do Fornecedor: R\$ 49.850,00

Total Geral dos Itens: R\$ 49.850,00

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 49.850,00 (QUARENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 91/2011 - Pregão Presencial Nº. 36/2011.

3.2. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Processo Licitatório Nº. 91/2011 - Pregão Presencial Nº. 36/2011 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos serviços, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os serviços descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O objeto da licitação deverá ser prestado conforme



necessidade da Gerencia de Esportes da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Massaranduba/SC. As datas e horário dos jogos, serão fornecidos pela Gerencia de Esportes, com antecedência, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.1. Local de entrega: Centro Esportivo Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério da Administração.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa

Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Massaranduba, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

10.3 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

11.1.3. O objeto da licitação deverá ser prestado conforme necessidade da Comissão Municipal de Esportes pertencente à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Massaranduba/SC, as datas e horário dos jogos, serão fornecidos pela Gerência de Esportes, com antecedência.

11.1.4. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta Contratação;

11.1.5. Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta licitação, sem a autorização expressa pela administração;

11.1.6. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas nesta licitação;

11.1.7. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Massaranduba, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram;

11.1.8. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso e demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto deste Contrato, ficando, ainda a Prefeitura Municipal de Massaranduba isenta de qualquer vínculo empregatício;

11.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas, fretes e quaisquer outros que forem devidos;

11.1.10. Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. A Contratante ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

11.1.11. Transporte dos árbitros será de responsabilidade dos mesmos, sendo que deverão se fazer presentes no local, no momento do jogo.

11.1.12. Os árbitros devem apresentar-se aos jogos com uniforme padrão adequado e crachá de identificação btendo informações como: nome, inscrição, associação pertencente, etc.

11.1.13. Uma vez confirmada a realização dos jogos do Campeonato, assim como a presença das equipes e dos responsáveis pela arbitragem naquela rodada, será inaceitável a ausência dos árbitros da partida. Também não serão permitidos atrasos, uma vez que definido o horário da partida, a arbitragem deverá estar em campo, pronta para a realização do jogo.

11.1.14. O preenchimento das súmulas deve ser realizado de acordo com o regulamento do campeonato, em letra legível e sem rasuras.

11.1.15. A contratada deverá fornecer a relação dos árbitros da associação, com as devidas inscrições na mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2011, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 07 de Outubro de 2011.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

ADEVI - ASSOC. DESPORTIVA VALE DO ITAJAÍ
11.924.896/0001-11
ARLINDO VIEIRA

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 325/2011

PORTARIA nº 325/2011

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 3% (TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO À SERVIDORA PÚBLICA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

C O N C E D E R

Artigo 1.º À servidora pública municipal relacionada no Anexo Único, o adicional de 3% (três por cento), referente ao triênio previsto nos artigos 75 e 76 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000. Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/09/2011.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Outubro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

A N E X O Ú N I C O

MATRÍCULA	NOME DO(A) SERVIDOR(A)	ADICIONAL TOTAL
494	ERLEIARUTE CORRENTE PETERLE	9%

Meleiro, 10 de Outubro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 31/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 62/2011

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público

interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 25/10/2011 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS de SEMENTES DE HORTALIÇAS E FLORES, SEMENTES, ARTIGOS PARA HORTO, INSUMOS E EQUIPAMENTOS DE JARDINAGEM, CONFORME DESCRIÇÕES DO ANEXO VII.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15 centro, Município de Monte Carlo SC. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30:00HS. TELEFONE/ FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo 07 de outubro de 2011.

ALBERTINHO MANGOLT

Pregoeiro

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Extrato de Portaria Nº 453

Portaria	Data	Ementa
453	01/09/2011	NOMEIA DARIANE PAGNAN PALADINI APROVADA NO CONCURSO PUBLICO EDITAL 001/2010 PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO COMO EMPREGO PÚBLICO SENDO REGIDO PELO REGIME DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO, NO CARGO DE PSICÓLOGA - ESF.

Extrato de Portaria Nº 454

Portaria	Data	Ementa
454	01/09/2011	NOMEIA SÔNIA SILVEIRA ROCHA DA SILVA PARA O CARGO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 455

Portaria	Data	Ementa
455	01/09/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORÁRIO MARIA INÊS PUZISKI PACHECO PARA O CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 456

Portaria	Data	Ementa
456	01/09/2011	ALTERA A PORTARIA 186/2011 DE 09/02/2011 QUE CONTRATOU JACKIANI MARTIGNAGO CASAGRANDE PARA CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.

Extrato de Portaria Nº 457

Portaria	Data	Ementa
457	01/09/2011	FAZ A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOMEADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 458

Portaria	Data	Ementa
458	01/09/2011	FAZ A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOMEADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 NA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 459

Portaria	Data	Ementa
459	01/09/2011	FAZ A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOMEADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 NA SECRETARIA DE AGRICULTURA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 460

Portaria	Data	Ementa
460	01/09/2011	FAZ A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOMEADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 NA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 461

Portaria	Data	Ementa
461	01/09/2011	FAZ A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOMEADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 NA INTENDÊNCIA DISTRITAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 462

Portaria	Data	Ementa
462	01/09/2011	FAZ A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOMEADOS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2009 NA SECRETARIA DA FAMÍLIA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Extrato de Portaria Nº 463

Portaria	Data	Ementa
463	01/09/2011	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE DAIANE APARECIDA PEREIRA LUZA OCUPANTE DO CARGO DE INSTRUTORA DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.

Extrato de Portaria Nº 464

Portaria	Data	Ementa
464	01/09/2011	DESIGNA A PROFESSORA DAIANE APARECIDA PEREIRA LUZA PARA RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS NO PETI - PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Extrato de Portaria Nº 465

Portaria	Data	Ementa
465	05/09/2011	CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 234/2011 DE 14/03/2011 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA ELISETTE BENTO ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 466

Portaria	Data	Ementa
466	05/09/2011	CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 234/2011 DE 14/03/2011 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA ELISETTE BENTO ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 467

Portaria	Data	Ementa
467	05/09/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO LUS MARIA DA SILVA PARA O CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 468

Portaria	Data	Ementa
468	05/09/2011	DESIGNA A PROFESSORA MARIANA RECCO CANCELLIER PARA RESPONDER POR MAIS 10 HORAS SEMANAIS.

Extrato de Portaria Nº 469

Portaria	Data	Ementa
469	12/09/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR SALÉSIO JOÃO MELO OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

Extrato de Portaria Nº 470

Portaria	Data	Ementa
470	13/09/2011	CESSA A PEDIDO OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 512/09 DE 21/09/2009 QUE NOMEOU MARCIO MARQUES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO.

Extrato de Portaria Nº 471

Portaria	Data	Ementa
471	15/09/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA JANAINA ANGELO ESME-RALDINO OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 472

Portaria	Data	Ementa
472	15/09/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA REGIANE JOAO MANOEL OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

Extrato de Portaria Nº 473

Portaria	Data	Ementa
473	15/09/2011	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA MARIA DE FATIMA DE SOUZA DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 474

Portaria	Data	Ementa
474	16/09/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A ROSANGELA PAGNAN MARAGNO OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL.

Extrato de Portaria Nº 475

Portaria	Data	Ementa
475	19/09/2011	DESIGNA A PROFESSORA LISLAINE BERTAN PACHECO PARA RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS NA EEBM PIETRO MACCARI.

Extrato de Portaria Nº 476

Portaria	Data	Ementa
476	19/09/2011	CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA INÊS DE PELLEGRIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 477

Portaria	Data	Ementa
477	19/09/2011	CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSILDA BERGMAN AMÉRICO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 478

Portaria	Data	Ementa
478	19/09/2011	NOMEIA FELIPE DOS SANTOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.

Extrato de Portaria Nº 479

Portaria	Data	Ementa
479	19/09/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MACIEL BENTO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Extrato de Portaria Nº 480

Portaria	Data	Ementa
480	19/09/2011	NOMEIA MARLI PEREIRA SALVAN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.

Extrato de Portaria Nº 481

Portaria	Data	Ementa
481	19/09/2011	DESIGNA A PROFESSORA MARILZA BITENCOURT CAVAGNOLI PARA RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS NA EEBM BIÁZIO MARAGNO.

Extrato de Portaria Nº 482

Portaria	Data	Ementa
482	22/09/2011	CONTRATA EM CARATER TEMPORÁRIO ELISANDRA LESSA DE SOUZA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA

Extrato de Portaria Nº 483

Portaria	Data	Ementa
483	26/09/2011	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE ADENIR TEIXEIRA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 484

Portaria	Data	Ementa
484	28/09/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA SILVIA SERAFIM GUOLLO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 485

Portaria	Data	Ementa
485	28/09/2011	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ROSA RICARDO MAXIMO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.

Extrato de Portaria Nº 486

Portaria	Data	Ementa
486	30/09/2011	CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 427/2011 DE 17/08/2011 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA RENATA MAGAGNIN ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

Extrato de Portaria Nº 487

Portaria	Data	Ementa
487	30/09/2011	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE JUCELZA ROSANE MACHADO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA

Nova Trento**PREFEITURA****Resultado Inexigibilidade Nº 006/2010 - Credenciamento**

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA LABORATORIOS PRESTAREM SERVIÇOS DE COLETA, REALIZAÇÃO E DITRIBUIÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2010 - CREDENCIAMENTO N.º 001/ 2011

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura de Nova Trento/SC, torna público que de conformidade com os termos do Edital de Credenciamento nº 001/2011, constante do Processo Administrativo nº 113/2010, de 20/12/2010, foram declaradas habilitadas e credenciadas junto ao FUNDO DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, para prestarem serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas pelo preço proposto em tabela SUS as Pessoas Jurídicas: HEMO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA. ME. (CNPJ 79.245.197/0001-89) credenciada desde 21/01/2011, LABECLINICA SÃO LUCAS LTDA. (CNPJ 75.494.021/0002-90) credenciada desde 21/01/2011 e M.S. ANÁLISES CLINICAS LTDA. ME (CNPJ 03.784.563/0001-06) credenciada desde 22/08/2011. Informamos que encontra-se aberto o credenciamento para quaisquer interessados, que podem retirar edital junto a prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, ou, pelo e-mail compras@novatrento.sc.gov.br

Nova Trento/SC, 07 de outubro de 2011

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito

Resumo Contrato Nº 099/2011

CONTRATO Nº 099/2011

Origem: Processo Licitatório nº 057/2011. Modalidade: Chamada Pública nº 001/2011. Homologação: 19/05/2011. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratados: Ismar Krauze casado, brasileiro, pessoa física, inscrito no CPF sob n.º 416.601.379-34 e Sonia Venske Krauze, casada, brasileira, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 029.006.239-01. Objeto do Contrato: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2011. O valor total deste contrato é de R\$ 463,00 (quatrocentos e sessenta e tres reais). Vigencia do Contrato: 31/12/2011.

Nova Trento, 19 de maio de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 101/2011

CONTRATO Nº 101/2011

Origem: Processo Licitatório nº 057/2011. Modalidade: Chamada Pública nº 001/2011. Homologação: 19/05/2011. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratados: Antonio Vill, casado, brasileiro, pessoa física, inscrito no CPF sob n.º 024.282.209-69. Objeto do Contrato: Aquisição de GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2011. O valor total deste contrato é de R\$ 2.620,60 (dois mil, seiscentos e vinte reais e sessenta centavos). Vigencia do Contrato: 31/12/2011.

Nova Trento, 19 de maio de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 102/2011 CONTRATO Nº 102/2011

Origem: Processo Licitatório nº 057/2011. Modalidade: Chamada Pública nº 001/2011. Homologação: 19/05/2011. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratados: Marcos Venske, casado, brasileiro, pessoa física, com endereço na cidade de Nova Trento na Rua Guilherme Venske, Claraiba, inscrito no CPF sob n.º 014.367.879-55. Objeto do Contrato: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2011. O valor total deste contrato é de R\$ 2.808,30 (dois mil oitocentos e oito reais e trinta centavos). Vigencia do Contrato: 31/12/2011.

Nova Trento, 19 de maio de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 103/2011 CONTRATO Nº 103/2011

Origem: Processo Licitatório nº 057/2011. Modalidade: Chamada Pública nº 001/2011. Homologação: 19/05/2011. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratados: Michael Elias Trainotti, casado, brasileiro, pessoa física, com endereço na cidade de Nova Trento na Rua Geral Morro da Cruz, Centro, inscrito no CPF sob n.º 767.343.239-00. Objeto do Contrato: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2011. O valor total deste contrato é de R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais). Vigencia do Contrato: 31/12/2011.

Nova Trento, 19 de maio de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Ata de Registro de Preços Nº 012 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO Nº: 097/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2011
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2011
Assunto: Contratação de empresa para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do Município de Nova Trento, incluindo o fornecimento de materiais, para o ano de 2011, conforme anexo I, parte integrante deste Edital.
EMPRESA: JMM ELÉTRICA LTDA – ME (13.226.152/0001-59)

Item	Quant	Unid.	Especificação / Serviço	Valor/Hora	Total
1	2000	Horas	Serviços de manutenção de iluminação pública, substituindo luminárias, reatores, reles, lâmpadas, braço, foto célula, conserto de braço e demais serviços pertinentes.	16,40	32.800,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGENCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os serviços deverão ser executados conforme a necessidade da Municipalidade, nos endereços constantes das solicitações, desde que o local esteja compreendido numa distância não superior a 25 km da sede do Município (Centro Administrativo). Após efetuada a solicitação, os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 10/10/2011
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 2751/2011 PORTARIA Nº. 2751/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº 030/2011 e nº 91/2011;
Considerando o art. 193 na íntegra e 194, inciso I, V e XI da Lei Complementar nº 96/2010;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Disciplinar, nos termos do art. 231 e 236 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que a servidora, matrícula 190095, ocupante do cargo de ANS II - Psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Educação vem, supostamente, descumprindo sua carga horária, conforme art. 214, II, III, V, VI e XII da Lei Complementar nº 096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos servidores públicos, efetivos e estáveis, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS-mat. 801097
- B) MARGARETE JOAQUINA DA ROSA- mat. 800723
- C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA- mat.801101

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em

caso de força maior por mais de 60 dias.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2752/2011
PORTARIA Nº. 2752/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº 030/2011 e nº 91/2011;
Considerando o art. 193 na íntegra e 194, inciso I, V e XI da Lei Complementar nº 96/2010;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Disciplinar, nos termos do art. 231 e 236 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010. Haja vista que a servidora, matrícula 190095, ocupante do cargo de ANS II - Psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Educação vem, supostamente, descumprindo sua carga horária, conforme art. 214, II, III, V, VI e XII da Lei Complementar nº 096/2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos servidores públicos, efetivos e estáveis, que vão a seguir individuados:

- A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS-mat. 801097
- B) MARGARETE JOAQUINA DA ROSA- mat. 800723
- C) TAMARA DE SOUZA DELFINO DA ROSA- mat.801101

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais de 60 dias.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2753/2011
PORTARIA Nº. 2753/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,
PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA nº. 2145/2010, do servidor SÉRGIO VIDAL JÚNIOR, matrícula nº. 300074, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Finanças da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2754/2011
PORTARIA Nº. 2754/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso

de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA GRUGUC NACIMETNO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2755/2011
PORTARIA Nº. 2755/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ADILEISA DA CURZ LOPES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2756/2011
PORTARIA Nº. 2756/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANA PAULA COELHO MARTINS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2757/2011
PORTARIA Nº. 2757/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LENILDA ALAIDE DA SILVEIRA, titular do cargo de Atenden-te de Consultório Dentário - ESF, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta, com efeitos a partir de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2758/2011

PORTARIA Nº. 2758/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o decreto nº. 1.066, de 01 de março de 2010, FER-NANDA RAMOS GASPAS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2759/2011

PORTARIA Nº. 2759/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VIRGINIA APARECIDA FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2760/2011

PORTARIA Nº. 2760/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALE-XANDRE CESCONETTO FERREIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2761/2011

PORTARIA Nº. 2761/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ARINALDA DA ROSA LIBERATO HOFFMANN, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2762/2011

PORTARIA Nº. 2762/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GIANE REGINA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2763/2011

PORTARIA Nº. 2763/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NEUZA DE FÁTIMA STEVES, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2764/2011

PORTARIA Nº. 2764/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SIMONE VILMA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 2765/2011

PORTARIA Nº. 2765/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SARA FABIANA FONSECA BORBA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pes-soal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efei-tos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 274/2011

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 25 de outubro de 2011, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da PREGÃO PRESENCIAL, que tem por objeto à aquisição de microcomputadores, cartuchos, condicionador de ar e estantes de aço para diversas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Palhoça, de acordo com as especificações contidas nos anexos do edital convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:30 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 07 de outubro de 2011. A PREGOEIRA.

Ato Nº. 547/2011

ATO Nº. 547/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BRUNA ALVES CARDOSO, do cargo de Pro-vimento em Comis-são de Assessor I, Nível AD-ASS-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regulari-zação Fundiária, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 548/2011

ATO Nº. 548/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO EDIRA DA SILVA, do cargo de Provimento em Comissão de As-essor I, Nível AD-ASS-1, do Quadro de Pes-soal da Secretaria de Saúde e Medicina Preven-tiva, da Adminis-tração Direta, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

Ato Nº. 549/2011

ATO Nº. 549/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GICELE TRUPPEL, do cargo de Provimento em Comissão de Su-perintendente da Região Sul, Nível NC, Qua-dro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimen-to Regional do Sul, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 12 de setembro de 2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Ato Nº. 550/2011

ATO Nº. 550/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO VALMOR JOÃO DA SILVA, do cargo de provimento em Comis-são de Conselheiro Tutelar, Nível NC, do

Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2011.

Palhoça, SC, em 20 de setembro de 2011.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Extrato de Ata N.º049/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA N.º049/2011 – Pregão Presencial 020/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIOEASY DIAGNÓSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de tiras para teste de glicemia. DATA: 17/05/2011 a 17/05/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	10.000	cx	Tiras para dosagem de glicemia sanguínea, em amostra de sangue venoso, arterial e neonatal, por metodologia de aspiração capilar. Faixa de medição entre 10 a 600 MG/DL, que utilize a tecnologia de amperometria. Caixa com 50 unidades. O fornecedor das tiras deverá disponibilizar em comodato, 1.000 aparelhos glicosímetros por amperometria, compatível com as tiras.	Bioeasy	R\$ 18,00	R\$180.00,00
Total R\$ 180.00,00						

Extrato de Ata N.º050/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA N.º050/2011 - Pregão Presencial 023/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OXILAR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP. OBJETO: aquisição de cilindro e cargas de oxigênio medicinal. DATA: 17/05/2011 a 17/05/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de ferro de 7,00m	Linde	R\$ 133,00	R\$ 9.576,00
2	245	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de alumínio de 1,00m³	Linde	R\$ 55,00	R\$ 13.475,00
3	160	carga	Carga de oxigênio medicinal para cilindro de alumínio de 4,00m³	Linde	R\$ 115,00	R\$ 18.400,00

4	5	Unid.	Cilindro de oxigênio medicinal com capacidade para 4,00 m3, fabricado em alumínio, acompanhado com 01 regulador de pressão com fluxo-metro, 01 conexão tomada dupla, 01 umidificador e 01 aspirador.	Linde	R\$ 1.450,00	R\$ 7.250,00
Total R\$ 48.701,00						

Extrato de Ata N.º051/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA N.º051/2011 - Pregão Presencial 022/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: aquisição de suprimentos e materiais de informática. DATA: 19/05/2011 a 19/05/2012.

ITEM	QTDE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	170	Unid.	Toner modelo TN 350 para Impressoras Brother MFC 7220, IntelliFax 2820 e HL 2040.	PS3	R\$ 54,30	R\$ 9.231,00
2	30	Unid.	Toner modelo TN 580 para Impressora Brother MFC 8860DN.	PS3	R\$ 56,80	R\$ 1.704,00
3	160	Unid.	Toner modelo TN 360 para Impressora Brother MFC 7440N e HL 2170W.	PS3	R\$ 43,50	R\$ 6.960,00
4	6	Unid.	Toner modelo TN 700 para Impressora Brother HL 7050.	Brother	R\$ 225,00	R\$ 1.350,00
5	5	Unid.	Toner modelo TN04BK cor black para impressora HL 2700CN	Brother	R\$ 412,50	R\$ 2.062,50
6	3	Unid.	Toner modelo TN04C cor cyan para impressora HL 2700CN	Brother	R\$ 516,20	R\$ 1.548,60
7	3	Unid.	Toner modelo TN04M cor magenta para impressora HL 2700CN	Brother	R\$ 516,20	R\$ 1.548,60
8	3	Unid.	Toner modelo TN04Y cor yellow para impressora HL 2700CN	Brother	R\$ 516,20	R\$ 1.548,60
9	40	Unid.	Toner modelo 12018SL para Impressora Lexmark E120.	PS3	R\$ 51,70	R\$ 2.068,00

10	90	Unid.	Toner modelo E250A11L para Impressora Lexmark E250DN.	PS3	R\$ 51,65	R\$ 4.648,50
11	30	Unid.	Toner modelo 24018SL para Impressora Lexmark E332, E330, E332N.	PS3	R\$ 51,80	R\$ 1.554,00
12	10	Unid.	Toner modelo C7115A para Impressoras HP LaserJet 1000 e 1200.	PS3	R\$ 39,80	R\$ 398,00
13	10	Unid.	Toner modelo Q2612A para Impressoras HP LaserJet 1010 e 1015.	PS3	R\$ 30,00	R\$ 300,00
14	10	Unid.	Toner modelo Q7551A para Impressoras HP LaserJet Série P3000.	PS3	R\$ 91,20	R\$ 912,00
15	10	Unid.	Toner modelo CB435A para Impressoras HP LaserJet P1005.	PS3	R\$ 37,00	R\$ 370,00
16	10	Unid.	Toner modelo CE285A para Impressoras HP LaserJet Pro M1212nf.	PS3	R\$ 36,80	R\$ 368,00
17	10	Unid.	Toner modelo SCX-D5530B para impressora Samsung SCX-5530FN	PS3	R\$ 87,20	R\$ 872,00
18	10	Unid.	Toner cor black para impressora Samsung CPL-315	PS3	R\$ 87,20	R\$ 872,00
19	4	Unid.	Toner cor yellow para impressora Samsung CPL-315	PS3	R\$ 87,20	R\$ 348,80
20	4	Unid.	Toner cor magenta para impressora Samsung CPL-315	PS3	R\$ 87,20	R\$ 348,80
21	4	Unid.	Toner cor cyan para impressora Samsung CPL-315	PS3	R\$ 87,20	R\$ 348,80
22	4	Unid.	Toner modelo MLT-D105S para impressora Samsung SCX 4600	PS3	R\$ 116,00	R\$ 464,00
23	60	Unid.	Cilindro modelo DR 350 para Impressoras Brother MFC 7220, IntelliFax 2820 e HL 2040.	PS3	R\$ 99,00	R\$ 5.940,00
24	9	Unid.	Cilindro modelo DR 520 para Impressora Brother MFC 8860DN.	PS3	R\$ 103,40	R\$ 930,60

25	45	Unid.	Cilindro modelo DR 360 para Impressora Brother MFC 7440N e HL 2170W.	PS3	R\$ 99,60	R\$ 4.482,00
26	5	Unid.	Cilindro modelo DR 700 para Impressora Brother HL 7050.	Brother	R\$ 207,00	R\$ 1.035,00
28	9	Unid.	Cilindro modelo 12026XW para Impressora Lexmark E120.	PS3	R\$ 62,00	R\$ 558,00
30	15	Unidad	Cilindro modelo 12ª8302 para Impressora Lexmark E332, E330.	PS3	R\$ 110,00	R\$ 1.650,00
Total R\$ 54.421,80						

Extrato de Ata N.º052/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA N.º052/2011 - Pregão Presencial 022/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MJG TECNOLOGIA E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - ME. OBJETO: aquisição de suprimentos e materiais de informática. DATA: 19/05/2011 a 19/05/2012.

ITEM	QTDE	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
29	30	Unid.	Cilindro modelo E250X22G para Impressora Lexmark E250DN.	Canal Eco F250DN	R\$ 88,00	R\$ 2.640,00
39	40	Unid.	Fonte ATX 500W 20/24 pinos, voltagem automática	Duex-500SE	R\$42,00	R\$ 1.680,00
40	30	Unid.	Memória DDR2 2048MB 667MHZ	Markvision	R\$ 87,00	R\$ 2.610,00
41	20	Unid.	Memória DDR 1024MB 400MHZ	Markvision	R\$ 95,00	R\$1.900,00
42	10	Unid.	HD IDE 120GB 7200PRM	Maxtor	R\$ 116,50	R\$ 1.165,00
43	20	Unid.	HD Sata 320GB 7200RPM	Seagate	R\$ 125,00	R\$ 2.500,00
44	10	Unid.	Processador Core 2 DUO 2.93GHZ	Intel E7500	R\$ 334,00	R\$3.340,00
45	10	Unid.	Placa Mae P5KPL-AM	Asus	R\$199,00	R\$1.990,0
46	8	Unid.	Estabilizador 1000VA preto	Ragtech	R\$ 178,00	R\$ 1.424,00
47	5	Unid.	Estabilizador 700VA preto	Ragtech	R\$ 160,00	R\$ 800,00
48	3	Unid.	Placa de vídeo AGP 256MB FX5200NV	Nvidia	R\$ 171,00	R\$ 513,00
49	3	Unid.	Placa de vídeo PCI-E 512MB GF8400	Gforce	R\$ 129,00	R\$ 387,00
50	10	Unid.	Wireless USB	Encore	R\$ 45,00	R\$ 450,00
51	10	Unid.	Placa de rede 10/100	Encore	R\$ 14,00	R\$ 140,00
52	10	Unid.	Nodem ADSL 500B	D-link	R\$ 88,00	R\$ 880,00

53	10	Unid.	Wireless Router 120NBR	Encore	R\$ 98,00	R\$ 980,00
54	50	Unid.	Bateria fina 3V Placa Mae	Lithium Battery	R\$ 3,00	R\$ 150,00
56	3	Unid.	Gravador USB externo	Sansung	R\$ 129,00	R\$ 387,00
59	2	Peça	Alicate de crisar RJ11/RJ45	Multitoc	R\$ 25,00	R\$ 75,00
60	300	Unid.	Conector RJ 45 macho	Multitoc	R\$ 0,57	R\$ 171,00
61	100	Unid.	Conector RJ 11 macho	Multitoc	R\$ 0,42	R\$ 42,00
64	2	Unid.	HD USB externo 500GB	westerdigital	R\$ 224,00	R\$ 672,00
73	10	Unid.	Cabo flat 80 vias	Penzel	R\$ 8,50	R\$ 85,00
74	10	Unid.	Cabo plat sata	Contac	R\$ 3,00	R\$ 30,00
75	10	Unid.	Cabo de força sata	Penzel	R\$ 3,00	R\$ 30,00
76	10	Unid.	Cabo de força micro	FLG	R\$ 8,00	R\$ 80,00
79	15	Unid.	Cabo USB 2.0 A/B impressora	Duex	R\$ 8,00	R\$ 120,00
80	30	Unid.	Extensor de cabo USB	Plus Cable	R\$ 8,00	R\$ 240,00
81	30	Unid.	Extensor de cabo PS2	Penzel	R\$ 8,00	R\$ 240,00
83	20	Unid.	Cabo de força padrão novo	Duex	R\$ 8,00	R\$ 160,00
Total R\$ 25.881,00						

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.458, de 07 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 3.458, DE 07 DE OUTUBRO DE 2011.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 198.000,00 (Cento e noventa e oito mil reais), conforme discriminação a baixo:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria da Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0008 - Manutenção da Educação Básica
Atividade: 2030 - Aplicação Recursos do Fundeb
Modalidade de Aplicação : 3190-0000
Fonte : 0118 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria da Educação

Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0008 - Manutenção da Educação Básica
Atividade: 2030 - Aplicação Recursos do Fundeb
Modalidade de Aplicação : 3191-0000
Fonte : 0118 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria da Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0008 - Manutenção da Educação Básica
Atividade: 2030 - Aplicação Recursos do Fundeb
Modalidade de Aplicação : 3190-0000
Fonte : 0119 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria da Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0008 - Manutenção da Educação Básica
Atividade: 2030 - Aplicação Recursos do Fundeb
Modalidade de Aplicação : 3191-0000
Fonte : 0119 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo anterior, o provável excesso de arrecadação na fonte FUN-DEB 0118 e 0119.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 07 de Outubro de 2011.
OSIRES PEDRO RANDON
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 238, de 10 de Outubro de 2011

PORTARIA Nº 238, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 015/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

OSIRES PEDRO RANDON, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 015/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa FIORELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJOTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.250.580/0001-14, referente pavimentação em pedra irregular na Rua Reinaldo Antonio Bressan - Vila Bressan, pelo valor global de R\$ 14.214,00 (catorze mil e duzentos e catorze reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de Outubro de 2011
OSIRES PEDRO RANDON
Vice - Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 233 de 29 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº. 233 DE 29 DE SETEMBRO DE 2011
PRORROGA CONTRATO DE TEREZINHA SLONGO COMACHIO PARA A FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUE ESPECIFICA.

OSIRES PEDRO RANDON, Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas

Leis Complementares Municipais nº. 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 005/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR CONTRATO de TEREZINHA SLONGO COMA-CHIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 703.065.329-72, na função em caráter temporário de PROFESSORA ACT- 03, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, em substituição a titular que se encontra em gozo de licença, sendo que o término se dará com o fim do ano letivo.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de agosto de 2011

Centro Administrativo Municipal, 29 de setembro de 2011.

OSIRES PEDRO RANDON

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº. 158 de 27 de Junho 2011.

PORTARIA Nº. 158 DE 27 DE JUNHO 2011.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARIONICE FRITZEN OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

Considerando, laudo médico apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora MARIONICE FRITZEN ocupante do cargo efetivo de Servente, lotada na Secretaria de Educação, 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudo médico apresentado, sendo o gozo de 24 de junho a 20 de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de junho de 2011

Centro Administrativo Municipal, 24 de junho de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 232 de 29 de Setembro 2011.

PORTARIA Nº. 232 DE 29 DE SETEMBRO 2011.

CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARIONICE FRITZEN OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE SERVENTE.

OSIRES PEDRO RANDON, Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

Considerando, laudo médico apresentado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora MARIONICE FRITZEN ocupante do cargo efetivo de Servente, lotada na Secretaria de Educação, 60(sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde, conforme laudo médico apresentado, sendo o gozo de 21 de setembro de 2011 a 19 de novembro de 2011

Centro Administrativo Municipal, 29 de setembro de 2011

OSIRES PEDRO RANDON

Prefeito Municipal em Exercício

Contrato Nº 0259/2011

CONTRATO Nº 0259/2011

OBJETO: Fornecimento de Óleo Lubrificante

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 037/2011

EMPRESA CONTRATADA: Safra Diesel Ltda

VALOR DO CONTRATO: 5.424,90 (cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos).

DATA DO CONTRATO: 15/09/2011

PREFEITO: Euzébio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.945/2011

LEI MUNICIPAL Nº 1.945/2011

"Autoriza a venda de bens móveis e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante Leilão Público, o seguinte bem:

I - Uma VW/KOMBI, ano/modelo 2005/2005, cor branca, placa MEZ 2232, RENAVAL 850062888, CHASSI 9BWGB07X05P007451, no estado em que se encontra. Avaliação: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

§ 1º O valor descrito no inciso I deste artigo será o valor mínimo estabelecido para a hasta pública.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder tantas hastas públicas quanto sejam necessárias, até que se obtenha a alienação do bem a que se refere a presente lei.

Art. 2º Será a Hasta Pública dirigida por Leiloeiro Oficial.

Parágrafo Único. Na ausência de Leiloeiro Oficial, na data e hora marcada para o Leilão, o Prefeito Municipal poderá indicar substituto.

Art. 3º O produto obtido com o leilão do objeto referido no artigo 1º, deverá exclusivamente ser destinado a nova iluminação pública do Bairro Alto Perequê.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de outubro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Decreto Nº 933/2011

DECRETO Nº 933/2011

"Decreta Ponto Facultativo no Município de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo o dia 14 de outubro do ano em curso, nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 3 dias do mês de outubro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 935/2011

DECRETO Nº 935/2011

"Delega os poderes que especifica e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes ao Senhor Rodrigo Schmitz, brasileiro, leiloeiro oficial, inscrito no CPF sob o nº 720.840.810-68, JUCESC AARC/071, com domicílio na Avenida do Estado, nº 1.540, Balneário Camboriú, para conduzir os trabalhos, bem como assinar todos os procedimentos relativos ao andamento do Processo Licitatório na Modalidade Leilão Público Edital nº 001/2011, exce-
tuando a homologação e adjudicação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, o Decreto nº 596/2009.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 5 dias do mês de outubro de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Errata PRG 25/2011

ERRATA PRG 025/2011

O Município de Porto Belo/SC, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 25/2011 que o objeto licitado passará a ter a seguinte redação:

CARREGADEIRA COMPACTA NOVA, EQUIPADA COM MOTOR DIESEL, ASPIRAÇÃO NATURAL, POTÊNCIA APROXIMADA DE 45 HP. TRANSMISSÃO HIDROSTÁTICA, FREIO DE ESTACIONAMENTO NAS QUATRO RODAS COM PARADA DE EMERGÊNCIA. CONJUNTO DE BRAÇOS FIXADOS NO CHASSI, COM ELEVAÇÃO VERTICAL.

CAPACIDADE OPERACIONAL APROXIMADA DE 750 KG. ALTURA DE DESCARGA APROXIMADA DE 3000 MM. PESO OPERACIONAL APROXIMADO DE 2.600 KG.

ENGATES RÁPIDO MECÂNICO E HIDRÁULICO. CAÇAMBA FRONTAL COM LÂMINA SUBSTITUÍVEL APARUSADA., PNEUS 10X16,5 OU SIMILAR. LUZES DE ADVERTÊNCIA, ALARME DE RÉ, ESPELHOS RETROVISOR, EXTINTOR DE INCÊNDIO, TANQUE DE ÁGUA PARA ESPARGIDOR. VASSOURA MECÂNICA ROTATIVA, CONTENDO CAÇAMBA RECOLHEDORA COM MOTOR DE TRAÇÃO INTERNO, ACIONAMENTO HIDRÁULICO, CERDAS MISTAS DE AÇO E POLIPROPILENO, LÂMINA SUBSTITUÍVEL APAFUSADA, LARGURA APROXIMADA DE 1500 MM. ENGATE RÁPIDO MECÂNICO E HIDRÁULICO, SISTEMA DE ÁGUA ANTIPOEIRA. O EQUIPAMENTO FORNECIDO DEVERÁ TER ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

GARANTIA : 12 (DOZE MESES) SEM LIMITES DE HORAS.

03 JOGOS DE CERDAS MISTAS DE AÇO E POLIPROPILENO.

A data de abertura passará a ser dia 25 de outubro de 2011 às 10:00 hs na Sala de Reuniões do Centro Administrativo "Prefº Antonio Stadler Filho".

Porto Belo, 10 de outubro de 2011.

AOILTO MOTTA PORTO MARCO AURELIO PEREIRA
Secretário de Administração Pregoeiro

Aviso Leilão 02/2011

AVISO LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2011

OBJETO - BENS IMOVEIS

TIPO DE LICITAÇÃO - MAIOR OFERTA

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e demais alterações e Lei 8987/1995.

REALIZAÇÃO DE LEILÃO - Às 10:00 hs do dia 31/10/2011, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo "Prefeito Antonio Stadler Filho", sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Na Secretaria de Administração, sito Av. Gov. Celso Ramos, nº 2.500, Centro - Porto Belo / SC ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213, no site www.portobelo.sc.gov.br ou ainda com o leiloeiro oficial, pelo fone (47) 3360-9121.

Porto Belo - SC, 11 de outubro de 2011.

AOILTO MOTTA PORTO
Secretário de Administração

Porto União

PREFEITURA

Extrato Pregão Eletrônico 004/2011 - SMS

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde
Processo Licitatório 025/2011 - Pregão Eletrônico Nº 004/2011 - SMS

Objeto: Aquisição de medicamentos diversos.

Forma de Pregão: Eletrônico - Tipo Menor preço por item;

Recebimento das Propostas: até as 08:00 horas do dia 24/10/2011;

Início da Sessão: as 08:30 horas do dia 24/10/2011, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações Complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br.

Porto União, 06 de outubro de 2011.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2110/11

DECRETO Nº 2.110 de 27 de setembro de 2011
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

00.01.0002 Recursos da Saúde R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 500.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

00.01.0002 Recursos da Saúde R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 27 de setembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2115/11

DECRETO Nº 2.115 de 28 de setembro de 2011
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei

Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

TOTAL R\$ 56.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
3.1.91.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos R\$ 11.400,00
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 20.600,00

TOTAL R\$ 56.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 28 de setembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2104/11

DECRETO Nº 2.104 de 21 de setembro de 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 470.649,48 (quatrocentos e setenta mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência de repasses do Governo Estadual, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2097 AÇÕES DE SAÚDE COM RECURSOS DO ESTADO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

00.01.0012 Convênios Estado - Saúde R\$ 470.649,48

TOTAL R\$ 470.649,48

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 21 de setembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2113/11

DECRETO Nº 2.113 de 28 de setembro de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 65.441,03 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais e três centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

08.03 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO

2.031 Manutenção do Departamento Administrativo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0001 Recurso da Educação R\$ 65.441,03

TOTAL R\$ 65.441,03

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 65.441,03 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um reais e três centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

08.03 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO

2.031 Manutenção do Departamento Administrativo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0001 Recurso da Educação R\$ 65.441,03

TOTAL R\$ 65.441,03

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 28 de setembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2114/11

DECRETO Nº 2.114 de 28 de setembro de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 49.666,94 (quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos), por conta do excesso de arrecadação nas Receitas Próprias, a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto de Rio do Sul:

30.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

30.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2.073 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 49.666,94

TOTAL R\$ 49.666,94

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 28 de setembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2117/11

DECRETO Nº 2.117, de 30 de Setembro de 2011

"EXONERAR REGINA BONITO PETRY"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 30/09/2011, a servidora municipal REGINA BONITO PETRY, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

30 de Setembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2118/11

DECRETO Nº 2.118, de 30 de Setembro de 2011

"EXONERA E NOMEIA ÉDIA REGINA GRAH CARDOSO DE SÁ"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 30/09/2011, do cargo em comissão de Chefe da Vigilância Sanitária, a servidora ÉDIA REGINA GRAH CARDOSO DE SÁ. E nomeada para a partir de 01/10/2011, exercer o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
30 de Setembro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2123/11

DECRETO Nº 2.123, de 03 de Outubro de 2011

"EXONERA EDIMAR ANTONIO LANCINI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 03/10/2011, o servidor municipal EDIMAR ANTONIO LANCINI, do cargo em comissão de Controlador Interno do Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
03 de Outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2126/11

DECRETO Nº 2.126, de 04 de outubro de 2011

"NOMEIA ANGELICA CRISTINA SILVEIRA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear ANGELICA CRISTINA SILVEIRA para, a partir de 03/10/2011, exercer o cargo em comissão - Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
04 de outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2127/11

DECRETO Nº 2.127, de 04 de outubro de 2011

"NOMEIA EDIMAR ANTONIO LANCINI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear EDIMAR ANTONIO LANCINI para, a partir de 04/10/2011, exercer o cargo em comissão - Chefe de Divisão de Desenvolvimento, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
04 de outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2128/11

DECRETO Nº 2.128, de 04 de outubro de 2011

"NOMEIA JOÃO CARLOS SEDREZ"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JOÃO CARLOS SEDREZ para, a partir de 03/10/2011, exercer o cargo em comissão - Chefe de Divisão de Medicina, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
04 de outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO E. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2130/11

DECRETO Nº 2.130 de 05 de outubro de 2011
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA NO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta da tendência no excesso de arrecadação do SALÁRIO EDUCAÇÃO, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO

2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0058 Salário Educação R\$ 100.000,00

2.066 Manutenção do Ensino Fundamental

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.01.0058 Salário Educação R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
05 de outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2135/11

DECRETO Nº 2.135 de 05 de outubro de 2011
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 451,20 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
06.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2.071 Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 451,20

TOTAL R\$ 451,20

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 451,20 (quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
06.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2.071 Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.71.00 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 451,20

TOTAL R\$ 451,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
05 de outubro de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2122/11

DECRETO Nº 2.122, de 03 de outubro de 2011.
"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A FLORICULTURA ALIANÇA VERDI LTDA-ME."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido FLORICULTURA ALIANÇA VERDI LTDA-ME, conforme o Protocolo Geral nº 129370/2011, incentivo econômicos na forma que segue:

- 10 (dez) horas máquina/50m³ de aterro, a serem executadas na Rua João Ledra, nº 399, bairro Taboão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Des.Econômico e Empreendedorismo

Vlrm

Portaria Nº 0624/2011

PORTARIA Nº. 0624/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Exonerar, a partir de 30/09/2011, a servidora CELIANA CRISTINA STACHESKI MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, da função em comissão de Diretor do Departamento de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0631/2011

PORTARIA Nº. 0631/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, para a partir de 01/10/2011 a 11/11/2011, o servidor LEANDRO DA SILVA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista, atuar como Chefe dos Motoristas, em substituição do titular devido afastamento auxílio-doença pelo INSS.

Art. 2º. Pelo exercício da função, faz jus pela diferença de vencimento dos cargos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0632/2011

PORTARIA Nº. 0632/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de

maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Nomear a servidora, LUCIENE APARECIDA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II (em extinção), para a partir de 03/10/2011, exercer as atribuições da função em comissão de Chefe da Divisão de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, optando pelo vencimento da função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vf

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2009 firmado em 05/10/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA, portador(a) do CPF nº 003.723.399-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 016/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 0810/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0810/2009 firmado em 08/09/2009, com término previsto para 04/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE PATRICIA SILVA , portador(a) do CPF nº 017.757.119-51, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0810/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0810/2009, iniciando-se a prorrogação em 05/09/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ELAINE PATRICIA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0458/2009

7º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 0458/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 28/09/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 548.605.049-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0458/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0458/2009, iniciando-se a prorrogação em 29/09/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JOAO DA ROCHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 1.963, de 10 de Outubro de 2011.

LEI Nº 1.963, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros à Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos financeiros, mediante assinatura de convênio, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), para aquisição de 01 (um) aparelho de anestesia, à Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, SC, entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.223.864/0001-98.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em Execução, sob a seguinte Dotação Orçamentária: 13.01.10.302.4506.1.009.3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.964, de 10 de Outubro de 2011.

LEI Nº 1.964, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera a Lei nº 1.723, de 26 de dezembro de 2007 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 5º, da Lei nº 1.723, de 26 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O FHIS será gerido por um Conselho Gestor, órgão de caráter deliberativo cujas funções serão exercidas pelo Conselho Municipal de Habitação, instituído por Lei própria, composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de pelo menos ¼ das vagas destinadas a representantes de movimentos populares.

” (NR)

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.965, de 10 de Outubro de 2011.

LEI Nº 1.965, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre desafetação e autoriza o Município de São Lourenço do Oeste - SC a permutar bem imóvel de sua propriedade, com Cascalho pertencente ao Espólio de Dorvalino Antonio Ranzan e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetado o prédio público, denominado antigo PSF São Roque, com área de 106,00m² (cento e seis metros quadrados), de propriedade do Município, edificado sobre imóvel de propriedade do Espólio de Dorvalino Antonio Ranzan, situado em parte do lote colonial rural número 05 (cinco), quadra 06 (seis), localizado na Rua C, Loteamento Dorvalino Antonio Ranzan, no Distrito de São Roque, São Lourenço do Oeste - SC, de Matrícula nº 364, do Cartório de Registro de Imóveis local, constante do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. O imóvel ora desafetado fica automaticamente transpassado para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível do Município.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar permuta do prédio público referido no art. 1º desta Lei, avaliado em R\$14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais), conforme Laudo Técnico de Avaliação, constante do Anexo Único desta Lei, com cascalho pertencente ao Espólio de Dorvalino Antonio Ranzan.

§ 1º O cascalho será extraído dos imóveis de Matrículas nº 3.294 e nº 10.227, do Cartório de Registro de Imóveis local, de titularidade do Espólio de Dorvalino Antonio Ranzan, constantes do Anexo Único desta Lei, até o limite de 1.500 (um mil e quinhentas) cargas de cascalho, cuja extração será regulada por instrumento próprio e conforme a necessidade de reparação das estradas do interior de São Lourenço do Oeste.

§ 2º Fica autorizada a averbação do prédio público para o patrimônio do Espólio de Dorvalino Antonio Ranzan, mediante a assinatura do respectivo termo de permuta.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.966, de 10 de Outubro de 2011.

LEI Nº 1.966, DE 10 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza à baixa e doação de bens inservíveis do Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei

Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa, do Patrimônio Municipal, dos bens especificados nos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo:
I - proceder a doação de bens em desuso, a entidades sem fins lucrativos, conforme relacionado nos Anexos I, II e III, desta Lei;
II - eliminar os bens inservíveis relacionados no Anexo IV, desta Lei;

III - destinar os bens imóveis, relacionados no Anexo V, desta Lei, à abertura de ruas.

§ 2º Considera-se inservível para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal ou por outro órgão ou entidade, sem fins lucrativos, para o fim a que se destina, devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação:

I - dos bens relacionados no Anexo I, desta Lei, a Associação de Bombeiros Comunitários de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 03.878.301/0001-00;

II - dos bens relacionados no Anexo II, desta Lei, à Associação de Alcoólatras Anônimos Vida Nova;

III - dos bens relacionados no Anexo III, desta Lei, a Escola de Educação Básica Rui Barbosa, CNPJ nº 83.675.884/0001-01.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei nº 1.966, de 10 de outubro de 2011)

RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE SÃO DOADOS À ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Código Patrimonial	Descrição	Valor
1504	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1505	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1506	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1507	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1508	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1509	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1510	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1511	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1512	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1513	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1520	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00
1521	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor marrom	R\$ 25,00

812	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor branca	R\$ 25,00
813	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor branca	R\$ 25,00
809	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor branca	R\$ 25,00
805	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor branca	R\$ 25,00
790	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor branca	R\$ 25,00
789	Cadeira de Madeira com assento em plástico, cor branca	R\$ 25,00
957	Mocho - Cadeira Dentista Azul	R\$ 120,00
782	Cadeira Giratória Estofada na Cor Vermelha	R\$ 84,00
1535	Cadeira Giratória Estofada na Cor Azul	R\$ 82,00
938	Banco Redondo de Madeira Alto	R\$ 28,00
1574	Cadeira Escolar	R\$ 12,00
1576	Cadeira Escolar	R\$ 12,00
1578	Cadeira Escolar	R\$ 12,00
794	Comoda Branca 2 Gavetas	R\$ 70,00
1563	Estufa de esterilização	R\$ 520,00
7387	TV LCD 22" LED	R\$ 1.158,50

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei nº 1.966, de 10 de outubro de 2011)

RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE SERÃO DOADOS À ASSOCIAÇÃO DOS ALCOÓLATRAS ANÔNIMOS VIDA NOVA

Código Patrimonial	Descrição	Valor
842	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
843	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
833	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
832	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
830	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
828	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
827	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
823	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
783	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
785	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
786	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
787	Cadeira de madeira com assento de plástico na cor branca	R\$ 25,00
2487	Mesa fórmica na cor branca com 3 gavetas	R\$ 65,00
3475	Banco estofado com encosto na cor preta	R\$ 40,00

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO III

(Lei nº 1.966, de 10 de outubro de 2011)

RELAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE SERÃO DOADOS À ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RUI BARBOSA

Código Patrimonial	Descrição	Valor
1006	CPU PENTIUM	R\$ 1.400,00
1078	Estabilizador	R\$ 25,00
1173	CPU PENTIUM	R\$ 1.300,00
1205	CPU PENTIUM	R\$ 1.200,00
1210	Monitor Sync Master 591 v.	R\$ 390,00
1465	CPU PENTIUM	R\$ 1.200,00
1477	Monitor	R\$ 260,00
2436	CPU PENTIUM	R\$ 1.300,00
2453	Monitor	R\$ 250,00
2482	Impressora HP Deskjet 5550	R\$ 280,00
3320	Monitor	R\$ 278,00
3409	Monitor	R\$ 278,00
3862	Monitor	R\$ 250,00

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO IV

(Lei nº 1.966, de 10 de outubro de 2011)

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA SUCATA

Código Patrimonial	Descrição	Valor
2401	Equipo - Cadeira Odontológica Branca/Cinza	R\$ 1.600,00
811	Aquecedor elétrico na cor branca	R\$ 60,00
3471	Banco estofado na cor com encosto, braços, pernas de ferro, preto	R\$ 40,00
3475	Banco estofado na cor com encosto, braços, pernas de ferro, preto	R\$ 40,00
956	Equipo - Cadeira Odontológica azul	R\$ 2.500,00
3823	Cadeira Odontológica cinza	R\$ 178,00
2396	Cadeira Odontológica cinza	R\$ 120,00
2445	Arquivo com 4 gavetas na cor cinza para pastas suspensas, em ferro	R\$ 52,00
2420	Mesa de Madeira com 3 gavetas	R\$ 53,00
934	Arquivo com 4 gavetas na cor cinza para pastas suspensas, em ferro	R\$ 175,00
935	Arquivo com 4 gavetas na cor cinza para pastas suspensas, em ferro	R\$ 175,00
3848	Cadeira 3 lugares estofada na cor azul em tecido	R\$ 50,00
3849	Cadeira 3 lugares estofada na cor azul em tecido	R\$ 50,00
824	Balança Mod. R-110 na cor branca	R\$ 350,00
1501	Balança Mod. R-110 na cor branca	R\$ 190,00
1547	Mesa recém nato para medir crianças na cor branca em ferro	R\$ 98,00
826	Mesa recém nato para medir crianças na cor branca em ferro	R\$ 60,00
1503	Mesa recém nato para medir crianças na cor branca em ferro	R\$ 180,00
2546	Cadeira com rodas em tecido na cor azul	R\$ 47,00
1554	Mesa Ginecológica em ferro com estofado branco/preto	R\$ 500,00
807	Mesa Ginecológica em ferro com estofado branco/preto	R\$ 250,00

927	Cama tubular solteiro na cor branca	R\$ 53,00
6214	Cama tubular solteiro na cor branca	R\$ 150,00
1523	Cama tubular solteiro na cor branca	R\$ 240,00
963	Balcão em madeira com 8 gavetas, branco	R\$ 135,00
1537	Cômoda branca com 2 gavetas	R\$ 39,00
2422	Cadeira com rodas de tecido na cor vermelha	R\$ 120,00
945	Estufa de esterilização	R\$ 430,00
959	Estufa de esterilização	R\$ 380,00
791	Mesa em fórmica na cor branca, 3 gavetas	R\$ 80,00
1515	Mesa em fórmica na cor branca, 3 gavetas	R\$ 130,00
2438	Mesa em fórmica na cor branca, 3 gavetas	R\$ 76,00
3852	Cadeira giratória de tecido azul	R\$ 70,00
1646	Cuba inox	R\$ 70,00
2419	Cuba inox	R\$ 60,00
4907	Condicionador de ar	R\$ 140,00
2392	Balcão em formica na cor branco e bege	R\$ 312,00
3574	Maquina de lavar roupas	R\$ 700,00
818	Balcão de madeira, vazado na cor branca	R\$ 100,00
1525	Cadeira com rodas na cor cinza	R\$ 63,00
954	Cadeira com rodas em tecido na cor preta/cinza escuro	R\$ 45,00
3858	Balcão Branco sem gavetas com divisórias em fórmica	R\$ 500,00
930	Biombo - trocador de metal na cor branca	R\$ 25,00
1555	Biombo - trocador de metal na cor branca	R\$ 44,00

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO V

(Lei nº 1.966, de 10 de outubro de 2011)

RELAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E DESTINADOS PARA ABERTURA DE RUAS

Código Patrimonial	Descrição	Valor
6905	Terreno de 5.924,73m ² - Matrícula nº 13.245	R\$ 5.000,00
6922	Terreno de 43,75m ² - Matrícula nº 14.957	R\$ 4.400,00
6921	Terreno de 1.603,38m ² - Matrícula nº 14.992	R\$ 140.295,75

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de outubro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 124/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/10/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 85/2011 - OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER (65 DIAS LETIVOS). Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Processo 123/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados,

que realizará Sessão de Licitação no dia 10/11/2011, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2011, MODALIDADE CONCORRÊNCIA 08/2011 - OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, VISANDO A CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIRO POR AUTOMÓVEL DENOMINADO TÁXI, SENDO O PONTO DE ESTACIONAMENTO SITUADO NO LOTEAMENTO ALIEVI (PRÓXIMO AO POSTO DE COMBUSTÍVEL) NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 120 /2011

DECRETO Nº 120 /2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.4.1003 - Reforma e Ampliação dos Centros de Educação Infantil R\$ 2.400,00

4.4.90.00.00.00.00.03.0150 - Aplicações Diretas R\$ 2.400,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 06 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Portaria n.º 332/2011

PORTARIA n.º 332/2011

NOMEIA CELSO PEDRO GOTERRA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MECÂNICO II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar n.º 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear CELSO PEDRO GOTERRA para o Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico II, Grupo II, Atividade de Nível Operacional - ANO, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.323,01 (um mil, trezentos e vinte três reais e um centavo), carga horária semanal de 40 horas, em virtude de sua classificação n.º. 02 no

Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010

Art. 2.º- O servidor aqui nomeado tem o prazo de trinta dias para entrar em exercício, a contar da publicação desta portaria.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de outubro de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 333/2011

PORTARIA n.º 333/2011

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor MARIVAN KRETZER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar n.º. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor MARIVAN KRETZER, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 08/10/2011, para que a Administração Municipal possa dar continuidade no processo de aposentadoria, conforme determina o laudo médico pericial.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de outubro de 2011.

ERNBEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder

PREFEITURA

Decreto N.º. 2.323/2011, de 10 de outubro de 2011.

DECRETO N.º. 2.323/2011, de 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo n.º 3.840/2011, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pelo servidor desta municipalidade, senhor Rudinei Erich Schroeder;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, conforme prevê a Lei Municipal n.º 004/1998, Art. 10, § 1º, totalizando 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 20 (vinte) dias de tempo de serviço.

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC n.º. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Rudinei Erich Schroeder	25	26

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n.º 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 10 de outubro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

I Errata de Edital Concorrência para Concessão de Serviço Público N.º 02/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE EDITAL CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO N.º 02/2010 - PMS - - REPUBLICAÇÃO N.º 1

PROCESSO LICITATÓRIO N.º. 176/2010 - PMS

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de itens e data referente ao Edital de Concorrência n.º. 02/2010-PMS, para a outorga de concessão onerosa da "PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICÍPIO SCHROEDER conforme projeto básico, regulamento dos serviços e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1 - DO LOCAL, DA DATA, DO HORÁRIO DA ABERTURA DO PROCESSO:

1.1. Os envelopes n.º. 01 - Habilitação, n.º. 02 - Proposta Técnica, n.º. 03 - Proposta Comercial bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinado, a saber:

a) Data: 10 de novembro de 2011.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco n.º. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

4.2.3 - O recebimento dos envelopes da documentação, propostas técnica e comercial e credenciamentos acontecerão até dia 10 de novembro de 2011 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.1.

13.2.1. Critério 1 - Conhecimento do Problema (A): O licitante deverá demonstrar entendimento, sua visão e análise sobre as informações contidas no Plano Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Schroeder, em texto de no Máximo 2 (duas) laudas,

em fonte Times New Roman, corpo 12, entre linhas simples, sem emendas ou rasuras.

Valor Total para Critério 1 - Conhecimento do Problema: Máximo de 40 pontos.

Forma de pontuação:

a. Conhecimento Transporte Urbano do Município de Schroeder: apresentando esse item, o licitante pontuará 20 pontos; não apresentando, a pontuação será 0 pontos.

b. Conhecimento da Operação de Transporte Coletivo Urbano de Schroeder: apresentando esse item, o licitante pontuará 20 pontos; não apresentando, a pontuação será 0 pontos.

Exclui-se:

Cláusula 7.1.14. g) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente (CREA), (ANEXO A15) o qual deverá ser apresentado juntamente com a referida comprovação.

g1) A comprovação deverá ser feita:

a) com vínculo empregatício do profissional relacionado na alínea anterior, com a empresa, através de xerox autenticado da Carteira Profissional, ou,

b) profissional contratado, desde que, com 03 (três) meses de antecedência à abertura da licitação, sendo obrigatória a comprovação através da apresentação do Contrato firmado entre o Profissional e a empresa CONTRATANTE, e, ou,

c) através do contrato social ou ata de eleição, se o profissional for sócio.

Anexo "A-15" - TERMO DE COMPROMISSO FORMAL DE MANUTENÇÃO DE ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO DURANTE A VIGÊNCIA DA CONCESSÃO.

Schroeder, 11 de outubro de 2011.

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 23/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 23/2011-FAS

Processo de licitação nº. 30/2011 - FAS

Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.150.822/0001-11, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, nº. 2.048, sala 02, Bairro Anita Garibaldi, na Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-301.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de material para oficina Convivendo e Aprendendo Brincando do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Brinquedo que funciona como gangorra, com dois lugares, formato variados (cavalo, jacaré, moto...) podendo ser nas cores: amarelo, azul, vermelho, verde. Material em polietileno de alta resistência, com alta durabilidade da coloração, e ausência de cantos vivos. Idade recomendada: até 6 anos Descrição Técnica: Fabricado em uma única peça Detalhes do formato em alto relevo Dimensões (metros): Comprimento: 0,83cm. Largura: 30,27cm Altura: 0,50cm.	2	Unidade	124,99	249,98
3	Baú de plástico infantil, ideal para guardar brinquedos e objetos capacidade de 38litros, altura: 36,6cm, comprimento: 51,4cm, largura: 37,2cm. Nas cores rosa ou lilás.	3	Unidade	139,00	417,00
4	Baú de plástico infantil, ideal para guardar brinquedos e objetos capacidade de 38litros, altura: 36,6cm, comprimento: 51,4cm, largura: 37,2cm. Nas cores azul ou verde.	3	Unidade	139,00	417,00
5	Baú de plástico infantil, ideal para guardar brinquedos e objetos capacidade de 38litros, altura: 36,6cm, comprimento: 51,4cm, largura: 37,2cm. Diversas cores.	6	Unidade	139,00	834,00
6	Brinquedo que funciona como gangorra, com um lugar, formato variados (cavalo, jacaré, moto...) podendo ser nas cores: amarelo, azul, vermelho, verde. Material em polietileno de alta resistência, com alta durabilidade da coloração, e ausência de cantos vivos. Idade recomendada: até 6 anos Descrição Técnica: Fabricado em uma única peça Detalhes do formato em alto relevo Dimensões (metros): Comprimento: 0,83cm. Largura: 30,27cm Altura: 0,50cm.	2	Unidade	107,99	215,98
TOTAL R\$					2.133,96

Valor do contrato: R\$ 2.133,96 (dois mil cento e trinta e três reais e noventa e seis centavos).

Data da Assinatura: 10/10/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 24/2011-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 24/2011-FAS

Processo de licitação nº. 30/2011 - FAS

Modalidade Pregão Presencial nº. 14/2011-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TODT COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.535.116/0001-89, estabelecida na Rua dos Imigrantes, nº. 304, sala 04, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-430.

Objeto: Constitui o objeto do presente a aquisição de material para oficina Convivendo e Aprendendo Brincando do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
2	Túnel de pano estampado (minhocão ou centoépeia) para espaços internos e externos, dimensão 1,50m, diâmetro 50cm, peso aproximado de 2kg. Tecido LAVAVEL e REVESTIDO DE ARAME GALVANIZADO.	2	Unidade	194,00	388,00
TOTAL R\$					388,00

Valor do contrato: R\$ 388,00 (trezentos e oitenta e oito reais).

Data da Assinatura: 10/10/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Notificação N.º 001/2011

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

SETOR DE TRIBUTAÇÃO

NOTIFICAÇÃO N.º 001/2011

Ficam notificadas, para fins de atualização cadastral, quanto às atividades exercidas (CNAE) pelos econômicos junto ao Cadastro Mobiliário Municipal, todas as empresas cadastradas até o dia 31/03/2011, na Administração Fazendária do Município de Schroeder, para que entreguem à Fiscalização Tributária do Município, situada à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, no Município de Schroeder(SC), até o dia 31/10/2011, os documentos abaixo relacionados:

- Cópia do Cartão CNPJ;
- Cópia da última alteração contratual;
- Cópia do CPF, RG e comprovante de residência de cada sócio;
- Contrato de locação, escritura ou autorização do proprietário para uso comercial do imóvel;
- Cópia Alvará de Habite-se;
- Vistoria do Corpo de Bombeiros atualizada.

Os documentos citados deverão ser apresentados no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Schroeder, como apresentação de documentos/ofício.

Expirado o prazo acima, será efetuada a alteração de ofício, conforme previsto no art. 90, I, "d", da Lei Complementar n.º 1/1995 - Código Tributário de Schroeder, com base nos dados constantes do cartão de CNPJ junto à Receita Federal do Brasil.

E para que chegue ao conhecimento de todos os Notificados, segue essa notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como em jornais de circulação local e regional, e ainda diretamente aos escritórios de contabilidade que mantêm a escrituração dos econômicos cadastrados no Município de Schroeder.

Schroeder(SC), 6 de outubro de 2011.

DENÍLSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

MILTON TRAPP JÚNIOR

Fiscal Tributário

Timbó

PREFEITURA

Decreto N° 2467, de 21 de Setembro de 2011

DECRETO N° 2467, DE 21 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260. FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO
24.01.026.782.0046.2260. DEMUTRAN
24.01.026.782.0046.2260. MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.15400 CONVENIO TRÂNSITO - MILITAR 20.000,00
0.15500 CONVENIO TRANSITO - CIVIL 20.000,00
TOTAL 40.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2469, de 22 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 2469, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 494.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 494.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 300.000,00
TOTAL 300.000,00
15.01.010.301.0070.2154. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.2154. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA
15.01.010.301.0070.2154. MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 77.000,00
TOTAL 77.000,00
15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 RECURSOS ORDINÁRIOS 80.000,00
TOTAL 80.000,00
15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.10000 RECURSOS ORDINÁRIOS 20.000,00
0.10200 REC. IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP. SAUDE 17.000,00
TOTAL 37.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO 494.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2470, de 22 de Setembro de 2011

DECRETO Nº 2470, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 23.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2491, de 13 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2011, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

22.01.013.391.0094.2252. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.391.0094.2252. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.391.0094.2252. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO HISTÓRICO MUSEOLÓGICA
300000.00 DESPESAS CORRENTES
310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.30000 REC. ORDINARIOS - SUP. FINANCEIRO 23.000,00
TOTAL 23.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2.486 de 06 de Outubro de 2011.

DECRETO Nº 2.486 DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.

ALTERA dispositivo do Decreto n.º 2.380 de 20 de junho de 2011.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica ALTERADO o item 01, da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 2.380 de 20/06/2011, com a seguinte descrição:

"01 - Lote nº 01 (um) - com área de 364,23m² (Trezentos e sessenta e quatro metros e vinte e três decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomeranos, esquina formada com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; estremando na frente em 32,79 metros com o lado ímpar da Rua Pomeranos; fundos estrema em 63,98

metros na curva de transição com a área remanescente e em 2,72 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 32,70 metros com o lado ímpar da Rua Oscar Piske e em 11,38 metros na curva de transição com o lado ímpar da Rua Oscar Piske; e, lado esquerdo estrema em 2,83 metros com a área remanescente. Esta área fica destinada à construção de rotatória na esquina da Rua Oscar Piske com Rua Pomeranos."

Artigo 2º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 06 de outubro de 2011.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Decreto Nº 2480, de 03 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2480, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Altera o art.10 do Decreto nº 2.073 de 20 de setembro de 2010 que regulamenta a Lei Complementar nº 380, de 11 de janeiro de 2010 que institui a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços - NF-e, no Município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V c/c art. 70, inciso I, alíneas "a" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e, Considerando que o Decreto nº 2.073 de 20 de setembro de 2010 regulamentou a Lei Complementar nº380 de 11 de janeiro de 2010 que institui a Nota Fiscal Eletrônica de Prestação de Serviços - NF-e no Município de Timbó;

Considerando que o cotidiano da Fiscalização Tributária demonstrou a necessidade de alterar o art. 10 do Decreto nº 2.073 de 20 de setembro de 2010 a fim de adequar à realidade do sistema aplicativo/web,

DECRETA:

Art.1º O art.10 do Decreto nº 2.073, de 20 de setembro de 2010, que trata do cancelamento de notas fiscais de serviços eletrônicas instituídas pela Lei Complementar nº 380, de 11 de janeiro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10. A NF-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do aplicativo/web, até o último dia do mês em que foi emitida.

Parágrafo único. Esgotado o prazo estabelecido no caput, a NF-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo encaminhado a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração considerando:

I - Valor da operação de serviços superior à 10 (dez) UFM's - Unidades Fiscais do Município;

II - juntada de declaração e/ou prova da divisão de contabilidade do cancelamento da ordem de compra de serviços e cancelamento do empenhamento da despesa nos casos de tomadores de serviços do setor público de administração direta ou indireta;

III - juntado manifesto de ciência do tomador de serviços nos demais casos, constando breve histórico ou justificativa da necessidade do cancelamento e, se for o caso, informar o número da nota fiscal que substituirá o documento cancelado.

IV - informação do e-mail do tomador do serviço, possibilitando que o mesmo tome conhecimento do cancelamento da NF-e em tempo real."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 03 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 2481, de 03 de Outubro de 2011

DECRETO Nº 2481, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Reajusta o preço da passagem no transporte coletivo urbano do Município de Timbó, a contar de 17 de outubro do corrente.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa conferida pelo artigo 50, XX e XXV, c/c art. 70, Inciso I, alínea "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, e fundamentada na Lei Complementar Municipal nº 256/2003, e Lei Federal nº 8.987/95; e

Considerando-se a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano, na forma da Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

Considerando-se que a empresa concessionária LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, requereu em junho deste ano o reajuste do preço praticado no Município, nos termos do contido na Cláusula Décima Nona do Contrato Administrativo nº 20/2004;

Considerando-se a demonstração da defasagem no preço atual pela planilha de custos do transporte coletivo urbano, apresentada pelo Departamento Municipal de Trânsito;

Considerando-se o Parecer Técnico favorável ao reajuste pelo Departamento Municipal de Trânsito e a necessidade de manutenção da viabilidade do sistema de transporte coletivo urbano, com o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

Considerando-se a prática anterior de aplicação de preços diferenciados a usuários estudantes, equiparando-os aos estudantes usuários do transporte intermunicipal beneficiados pela Lei Estadual nº 5.684, de 09/05/80 e Decreto Estadual nº 12.601, de 06/11/80, consoante previsão do Edital de Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado para R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), o valor da passagem cobrada pelo Transporte Coletivo Urbano, concedido para empresa LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, através do Processo Licitatório - Concorrência Pública nº 36/2004, na cidade de Timbó-SC.

Parágrafo único. O aluno do Ensino Fundamental e Médio, devidamente matriculado, terá direito a desconto de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos de real), que representa 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem prevista no caput deste artigo, mediante a aquisição de passe mensal, durante o período escolar, no trajeto escola-casa e vice-versa.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 2111, de 13 de outubro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 17 de outubro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2368, de 19 de Setembro de 2011

PORTARIA No 2368, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional

interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Isolda Zanghelini (Subst.Emanuella A.Cristofolini, que se encontra em Licença Para Trat.de Saúde)	24/03/57	031.608.149/39	40h	20/09/2011 a 04/10/2011
Jéssica Popowicz (Subst. Solange K.Moreira e Neila A. Pinto-afast.do exerc.do cargo)	14/01/91	083.003.759-45	40h	21/09/2011 a 25/10/2011
Kathlenn Oliveira Krankel Pasquali (Subst. Marilde B.Kloehn, que se encontra em Lic.Para Tratamento de Saúde)	02/05/86	052.455.309-29	40h	19/09/2011 a 11/10/2011
Vivian Karina Schuster Ittner (Subst.Claudete da Silva Schmidt, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde)	27/03/87	058.313.799-73	40h	19/09/2011 a 03/10/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de setembro de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2370, de 23 de Setembro de 2011

PORTARIA No 2370, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente, para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/10/2011 até 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA
Charlene Voltolini Alves de Souza	2077/2011	35h/a	38h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de setembro de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2371, de 23 de Setembro de 2011

PORTARIA No 2371, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição a Servidora Pública Municipal Cristina Weege Dallabrida.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a Servidora Pública Municipal CRISTINA WEEGE DALLABRIDA, brasileira, viúva, nascida em 04 de agosto de 1961, portadora do CPF nº 466.387.099-68, RG nº 729.083, residente na Rua Quintino Bocaiuva nº 25, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-18, matrícula nº 1830.9, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com supedâneo no art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redução de idade e tempo de contribuição nos termos do art.40, §5º da CF/88, e proventos equivalentes a integralidade da remuneração nos termos dos artigos 35 e 37, caput e §2º da LC 136/98, no valor de R\$ 3.944,99 (três mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo FUNPREV 055/11, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de setembro de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2372, de 23 de Setembro de 2011

PORTARIA No 2372, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora ocupante do cargo efetivo de Professor-Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora ocupante do cargo efetivo de Professor - Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Educação Infantil, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/09/2011 a 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		PORTARIA Nº
	DE	PARA	
Rafaela A.S.Hinshing	17h	13h	2216/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2369, de 22 de Setembro de 2011

PORTARIA Nº 2369, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Kátia Sleimann Amud Lane	2338/2011	03/10/2011
Marlene Claudino Bonani	2325/2011	20/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de setembro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso Licitação n.º 112 2011 Material elétrico, hidráulico, ferragens

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000112/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, PINTURA, CONSTRUÇÃO E FERRAGENS, PARA ATENDER AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA, INCLUINDO SEUS FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O PERÍODO DE 01(UM) ANO. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08:30 horas do dia 25 de outubro de 2011. ABERTURA: dia 25/10/2011 às 08:45 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações, sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 27/09/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso n.º 02 2011 Tomada de Preço Centro de Convivência do Idoso

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 000002/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia", do tipo Menor Preço, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DA CONSTRUÇÃO DA 1ª PARTE DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (INCLUINDO MATERIAIS E SERVIÇOS). O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou no endereço eletrônico: <ftp://timbo.sc.gov.br> de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes. Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 27 de outubro de 2011 às 09h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público.

TIMBO (SC), 07/10/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó

Decisão Prefeito Municipal de Timbó à impugnação do Edital do Binário Central

DECISÃO

Licitação: Edital de Concorrência nº. 107/2011

Objeto: Impugnação ao item 7.6.2 do Edital, promovida pela empresa EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A.

Trata-se de impugnação ao item 7.6.2 do Edital de Concorrência nº. 107/2011 (objeto: construção do binário de acesso a cidade), proposta pela empresa EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A, onde pleiteia a sua retificação no sentido de garantir aos licitantes a possibilidade de apresentar atestados em nome dos profissionais.

A impugnação e os autos do processo licitatório foram encaminhados a Procuradoria Geral do Município para expedição de parecer, o qual fora exarado nos seguintes termos:

"Ante o exposto, opino pelo indeferimento dos pedidos formulados pela Impugnante EPT - ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS S/A, mantendo assim todos os termos e condições do Edital de Concorrência nº. 107/2011 e anexos, esclarecendo que a referida empresa, para fins de cumprimento do item 7.6.2 do edital, deve apresentar a Certidão de Acervo Técnico do CREA acompanhada do Atestado de Execução da empresa (expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado), autenticado pelo referido órgão profissional.

Este parecer é meramente opinativo, estando sujeito a análise e decisão do Departamento competente desta municipalidade."

Vistos e examinados os autos, infere-se que o Processo Licitatório seguiu regularmente seu rito, cumprindo integralmente com as condições legais, inclusive no que tange ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa).

Diante do exposto, no uso das atribuições conferidas pelo item 17.5 do Edital de Concorrência nº. 107/2011 e com fundamento no Parecer da Procuradoria Geral do Município e nos dispositivos legais e constitucionais aplicáveis à espécie, INDEFIRO os pedidos formulados pela Impugnante EPT - Engenharia e Pesquisas

Tecnológicas S/A, mantendo todos os termos do Edital de Concorrência nº. 107/2011.

Encaminhem-se a presente a EPT - Engenharia e Pesquisas Tecnológicas S/A para conhecimento.

Timbó, 10 de outubro de 2011.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó.

Notificação de Rescisão Contratual

Ilmo. Senhor NATANAEL ZUFFO

Representante legal da empresa ÚNICA PROMOÇÕES LTDA ME
Rua Doutor João Collin, nº 1285, 1º andar, sala 03, Bairro América
Joinville - SC CEP 89204-001

NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Timbó vem por intermédio do presente expediente, consubstanciado nos fatos infradelineados e principalmente:

Considerando que pela devolução da correspondência por desconhecimento da existência do endereço informado no Contrato quando do envio da 1ª Notificação enviada para que a empresa procedesse à execução das obras e serviços constantes do Edital nº 73/2011, Contrato Administrativo nº 2011/151 e Ordem de Serviço de 02/09/2011 ou apresente de forma escrita no prazo máximo e improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento desta, se a empresa tem condições de concluir a obra no prazo restante, sob pena da efetiva aplicação da penalidade de multa de 10% do valor total do contrato, rescisão contratual, suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade, face o descumprimento dos termos contratuais/editalícios, sem prejuízo de eventuais indenizações decorrentes da inexecução do objeto contratado;

Considerando que o representante legal identificou como meio de comunicação para o recebimento e resposta da referida Notificação o seu e-mail pessoal e em seguida respondeu a mesma via meio eletrônico;

Considerando que esta 2ª Notificação foi enviada para o Senhor Natanael Zuffo para o mesmo e-mail em data de 30/09/2011 e até o momento o mesmo não se manifestou, o Prefeito Municipal dentro das suas atribuições legais resolveu publicar na íntegra através de Edital publicado no Diário Oficial do Município em data de 06/10/2011 o teor da NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA PELO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO;

Considerando que a aludida notificação tinha como intento notificar a empresa acerca do INDEFERIMENTO do pedido de prorrogação do aludido prazo, bem como da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA pelo não cumprimento do contrato, determinando o IMEDIATO INÍCIO DA OBRA, estabelecendo ainda o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas a partir da publicação para que V.Sa. apresente de forma documental a esta municipalidade (seja mediante contrato de empreitada ou outro documento hábil), a demonstração de que concluirá a obra no prazo remanescente, ou seja, até a data de 02/01/2012, sob pena de aplicação da penalidade de multa de 10% do valor total do contrato, rescisão contratual, suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade, face o descumprimento dos termos contratuais/editalícios, sem prejuízo de eventuais indenizações decorrentes da inexecução do objeto contratado;

Considerando que esgotado o prazo de 24 horas o Notificado ficou-se inerte, não demonstrando a possibilidade de adimplir aos termos do contrato, em especial os prazos estabelecidos;

Considerando que a administração pública não pode ficar inerte diante de irregularidades que indubitavelmente comprometerão o andamento dos serviços públicos, maculando, destarte o interesse

público envolvido.

Diante do exposto, outra alternativa não resta ao MUNICÍPIO DE TIMBÓ senão notificar a empresa ÚNICA PROMOÇÕES LTDA na pessoa do seu representante legal, acerca da RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 2011/151, EDITAL Nº 0073/2011 E ANEXOS, com a aplicação da multa contratual de 10% sobre o valor do contrato, ou seja, R\$ 64.049,10 (sessenta e quatro mil, quarenta e nove reais e dez centavos), bem como está suspenso o seu direito de licitar com a municipalidade, informando-a acerca da declaração de inidoneidade, face o descumprimento dos termos contratuais/editalícios.

Informamos ainda que a Notificada tem o prazo máximo e improrrogável de 15 dias a partir do recebimento desta, para depositar o valor concernente à multa junto à municipalidade, sob pena de cobrança judicial.

Sem mais para o momento.

Timbó, 07 de outubro de 2011.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 18/2011

Portaria Nº 18/2011

Designa substituto para cargo de provimento em Comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, § 3º, II do Regimento Interno e com fundamento no art. 44 do Estatuto do Servidor Público Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Ana Paula Manfrini, Assessora Jurídica, para responder pelas funções do cargo de Diretor Geral, no período de licença médica do titular, Genésio Slomp.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura condicionada sua validade a publicação no órgão oficial.

Timbó, 07 de Outubro de 2011.

ISMAEL MAAS

Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 24/2011 Uniformes Saúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2011

Edital de Pregão Presencial nº 15/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a contratação de empresa para a confecção de uniformes e sacolas, destinados dos funcionários do fundo Municipal da Saúde.

Entrega das propostas até às 14h do dia 25/10/2011

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 8.910,00 (oito mil novecentos e dez reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 144/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: INOVAMED COM. DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 949,50 (novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 143/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 1.886,84 (um mil oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 142/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 720,50 (setecentos e vinte reais e cinquenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 141/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA EPP
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 8.983,82 (oito mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 140/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 1.785,41 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 139/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 8.417,60 (oito mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 138/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: PRODIET FARMACÊUTICA LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 3.952,78 (três mil novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 137/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 1.139,70 (um mil cento e trinta e nove reais e setenta centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 136/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA
OBJETO: Aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita no Posto de Saúde para carentes do Município de Vargeão, SC.
VALOR: R\$ 3.800,44 (três mil e oitocentos reais e quarenta e quatro centavos).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão 0004/2011-FMS e Contrato nº 135/2011.

Vargeão SC, 10 de outubro de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Lei Nº 2.622/11**

LEI N.º 2.622/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte do bem imóvel, de propriedade de Nelson Mayer, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 9.278, com a seguinte descrição:

“Uma área de terras com 565,46 m2 (quinhentos e sessenta e cinco metros e quarenta e seis decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 20.456,93 m2 (vinte mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros e noventa e três decímetros quadrados), situado no lado ímpar e par, do asfalto Videira a Santa Gema, nesta cidade de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 9278, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com 4,01 metros com Nelson Mayer; ao Sul, confronta-se com 12,02 metros com Nelson Mayer; ao Leste, confronta-se com 135,57 metros com Nelson Mayer, Nélio Luiz Valler, Cristiano Pedro Rigo, Cleusa M. Bortollozo Manenti, João Luiz Mezaroba e Vitor Paulo Rigo; e ao Oeste, confronta-se com 147,16 metros com a Rua Maria Locatelli Paese.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua Maria Locatelli Paese, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.623/11

LEI Nº 2.623/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a reversão de imóveis doados a empresa Plastipel Reciclagem de Plásticos e Papelão Ltda, que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, sem ônus a empresa beneficiária, ao patrimônio do Município os imóveis abaixo descritos, e as benfeitorias neles realizadas:

“Um terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 1.103,10 m2 (um mil, cento e três metros e dez decímetros quadrados), constante de parte do lote nº 04, situado no Rio das Pedras, próximo à Fruvale, no 1º Subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 14.340, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com 12,89 metros com a faixa de domínio da Rodovia SC-303; ao Sul, confronta-se com 12,89 metros na Rua “A”; ao Leste, confronta-se com 84,797 metros no lote nº 4-B da Empreiteira de Mão de Obra Saks Ltda; e ao Oeste, confronta-se com 86,36 metros no lote nº 03 de Linardi Indústria e Comércio Ltda.”

“Um terreno urbano, sem benfeitorias, com a área de 2.018,25 m2

(dois mil e dezoito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), constante do lote nº 03, do desmembramento da Prefeitura Municipal, situado no lugar denominado Rio das Pedras, próximo a Fruvale, nesta cidade, no 1º Subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 12.699, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com 23,00 metros com a faixa de domínio da Rodovia SC-303; ao Sul, confronta-se com 23,167 metros na rua projetada "A"; ao Leste, confronta-se com 86,36 metros no lote nº 4; e ao Oeste, confronta-se com 89,14 metros com o lote nº 02."

§ 1º. Os imóveis a que se refere o artigo foram doados à Plastipel Reciclagem de Plásticos e Papelão Ltda, de acordo com a Lei nº 880/01, de 11 de julho de 2001.

§ 2º. A reversão de que trata a presente Lei decorre da impossibilidade da conservação ou manutenção do imóvel para os fins destinados na forma da Lei nº 880/01, e far-se-á sem direito a qualquer indenização.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.624/11

LEI Nº 2.624/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Cria cargos efetivos que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, na Estrutura Administrativa do Município, além dos já existentes, mais 4 (quatro) cargos de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem - CE04A, com as atribuições funcionais constantes do Anexo I que faz parte integrante desta lei.

Parágrafo Único - A investidura no cargo a que se refere o caput deste artigo, dependerá de prévia aprovação em Concurso Público, nos termos da Legislação vigente.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO I

LEI Nº 2.624/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

DESCRIÇÃO DO CARGO

CARGO	NÍVEL
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	CE-04-A

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Executar serviços de assistência na área de enfermagem e auxiliar a equipe das unidades de saúde no atendimento aos pacientes, promovendo a integração dos serviços com a comunidade.

EXEMPLOS TÍPICOS DE ATIVIDADES

Atribuições:

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncológica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;
11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
14. Participar da equipe de saúde;
15. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;
16. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
17. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

- Escolaridade: Nível Médio, nos termos da Lei 7.498/86 e alterações posteriores.
- Remuneração Inicial: R\$ 882,09.
- Carga Horária: 40 h (quarenta) semanais.
- Observação:

Lei Nº 2.625/11

LEI Nº 2.625/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos Especiais a VIDEFERRO INDÚSTRIA DE FURGÕES E COMÉRCIO DE FERRO LTDA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 0880/01, de 11 de julho de 2001, os seguintes Incentivos Econômicos Especiais a Videferro Indústria de Furgões e Comércio de Ferro Ltda, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 8447/2011:

- I - Até 10 (dez) horas dos serviços de 01 (uma) motoniveladora;
- II - Até 110 (cento e dez) horas dos serviços de 01 (um) tratador de esteira;
- III - Até 20 (vinte) horas dos serviços de 01 (um) rolo compactador;
- IV - Macadame para uma área de até 4.500 m² (quatro mil e quinhentos metros quadrados);

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.626/11

LEI Nº 2.626/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre a reversão de imóvel doado a empresa Westline Informática e Automação Ltda, que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reverter, sem ônus a empresa beneficiária, ao patrimônio do Município o imóvel e as benfeitorias nele realizadas, situado no lote 16, da Quadra E, do

Loteamento Distrito Industrial do Cinquentenário, matriculado no Cartório de Registro de Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 16.947.

§ 1º. O imóvel a que se refere o artigo foi doado à Westline Informática e Automação, de acordo com a Lei nº 2.342/10, de 19 de maio de 2010.

§ 2º. A reversão de que trata a presente Lei decorre da impossibilidade das obras necessárias de implantação do projeto apresentado no imóvel, para os fins destinados na forma do art. 3º da Lei nº 2.342/10, e far-se-á sem direito a qualquer indenização.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.342/10.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.627/11

LEI Nº 2.627/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Homologa o Termo de Adesão para manutenção das ações continuadas definida na NOB/SUAS, através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Município de Videira/Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Adesão para manutenção das ações continuadas definida na NOB/SUAS, através da Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Município de Videira/Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de acordo com o termo anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.628/11

LEI Nº 2.628/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar, à Empresa OUROPAN DISTRIBUIDORA E AGROPECUÁRIA LTDA, área de terras que especifica para a instalação do empreendimento industrial da

donatária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar, com encargo, nos termos do art. 17, §§ 4º e 5º da Lei n.º 8.666/93, como incentivo à Empresa OUROPAN DISTRIBUIDORA E AGROPECUÁRIA LTDA, para a instalação do seu estabelecimento industrial, nos termos da Lei Municipal nº 0880/01 e conforme o Processo Administrativo nº 12.103/2011, o Lote nº 16, do Loteamento Distrito Industrial do Cinquentenário, objeto da matrícula nº 16.947.

Art. 2º A doação de que trata o art. 1º desta Lei independe de concorrência, em vista da existência de relevante interesse social e de ser feita com encargo, de conformidade com o art. 123, I, a) da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º A donatária obriga-se, como encargo da doação, a utilizar o terreno doado para ampliar suas instalações, aumentando o número de empregos e a sua produção industrial, devendo iniciar a construção dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura da escritura pública de doação e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município.

Art. 4º Na Escritura Pública de doação do imóvel constará obrigatoriamente cláusula em que a donatária se obrigue a atender à finalidade e aos prazos referidos no art. 3º supra, sob pena de reversão automática do objeto doado ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 5º A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão, obrigatoriamente, os encargos da donatária, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, nos termos do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, sob pena de nulidade do ato.

Art. 6º Na escritura pública constará, ainda, cláusula de inalienabilidade do terreno doado, sem prévia autorização escrita da Prefeitura, antes de 10 anos de sua aquisição.

Art. 7º Mediante autorização expressa do Prefeito Municipal poderá a empresa beneficiada hipotecar ou dar em garantia, a instituições Financeiras ou Bancárias, o terreno recebido em doação, para fins de levantamento de empréstimos destinados à instalação e manutenção do empreendimento ou ao desenvolvimento do complexo de suas atividades industriais dentro do Município de Videira.

Art. 8º Na hipótese do artigo anterior, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05

dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.629/11

LEI Nº 2.629/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público o Poder Legislativo Municipal, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta Lei.

Parágrafo único. A contratação a que se refere este artigo somente será possível se ficar comprovada a impossibilidade de suprir a necessidade temporária com o pessoal do próprio quadro e desde que não reste candidato aprovado em concurso público aguardando nomeação.

Art. 2º Os casos passíveis de contratação por tempo determinado são os definidos a seguir:

I - Atendimento a situação transitória que signifique um aumento excepcional na atividade desenvolvida pelo Poder Legislativo incapaz de ser executado satisfatoriamente pelos recursos humanos que dispõe, por 12 (doze) meses;

II - Vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria, quando não houver concurso público em vigência, por 12 (doze) meses;

III - Vacância de cargos, quando houver concurso em vigor, no período compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado até a efetiva entrada em exercício;

IV - Substituição a servidor efetivo transitoriamente afastado de suas funções, especialmente decorrente de licença saúde, licença maternidade, licença prêmio, licença por motivo de doença em pessoa da família e outros afastamentos de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo prazo que durar o período de afastamento, podendo ser renovado, sucessivamente, pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo Único - Os prazos definidos nos incisos I a IV são prorrogáveis pelo período de até 12 (doze) meses, desde que justificada a permanência da necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 3º As contratações serão realizadas mediante processo seletivo simplificado, cujos critérios serão definidos em edital próprio, obedecidos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, exclusivamente destinadas a prover as hipóteses dos incisos do artigo anterior, sendo vedado o aproveitamento do contratado em outra atividade.

Art. 4º O processo seletivo público será de provas ou provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, sujeito a ampla divulgação em órgão oficial do município, e em jornal de

ampla circulação local, além de publicação na página da internet do Poder Legislativo.

Art. 5º Prescindirá de processo seletivo a admissão por tempo determinado quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado, devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de 1(um) ano depois da última seleção.

Art. 6º As contratações serão formalizadas mediante contrato administrativo, aplicando-se aos contratados, os mesmos deveres, obrigações, proibições e responsabilidades previstas nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Videira, tendo como regime de previdência, o Regime Geral de Previdência Social, sendo assegurado ao contratado a sua filiação de acordo com a legislação federal vigente.

Art. 7º A remuneração do servidor contratado, nos termos desta Lei, serão fixadas de acordo com a tabela de vencimentos do quadro permanente, praticada pelo Legislativo Municipal e, corresponderá ao nível "A" para o cargo que está sendo contratado.

Art. 8º As contratações somente poderão ser efetivadas com observância de dotação orçamentária específica.

Art. 9º Aplicam-se ao contratado, nos termos desta Lei, os seguintes direitos:

I - décimo terceiro salário;

II - gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos, um terço além do vencimento normal;

III - repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos domingos;

IV - adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas, nos mesmos parâmetros dos servidores efetivos;

V - salário família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

VI - vale transporte, disposto na Legislação Federal;

VII - Programa de Alimentação do Servidor, de acordo com a Lei Municipal nº 1.832/07 e suas alterações;

VIII - adicional noturno nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Videira;

IX - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais; e

X - remuneração do serviço extraordinário superior em cinquenta por cento à do normal, respeitado o limite de até 02 (duas) horas diárias, mediante a devida comprovação, de acordo com as disposições constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Videira.

Art. 10 O contratado terá direito às seguintes licenças durante o período de contrato:

I - licença à gestante ou à adotante, sem prejuízo do emprego e do vencimento, com duração de 120 (cento e vinte) dias;

a) No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

b) No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento,

a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

c) No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

d) Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (duas) horas de descanso, sendo 1 (uma) hora no período da manhã e 1 (uma) hora no período da tarde, vedada a acumulação das 02 (duas) horas num só período.

II - licença paternidade, de 03 (três) dias, a contar do nascimento do filho no decorrer da primeira semana;

III - casamento, de 03 (três) dias, a contar da celebração do matrimônio;

IV - por falecimento de cônjuge, pais, filhos e irmãos, de 03 (três) dias a contar do evento; e

V - 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde e por motivo de acidente ocorrido em serviço ou doença ocupacional.

Parágrafo Único - No caso do disposto no inciso V, não sendo o prazo de 15 (quinze) dias suficiente para o contratado retornar à atividade normal de trabalho é assegurado ao Legislativo Municipal, a possibilidade de rescisão do contrato, desde que o contratado mantenha-se segurado junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 11 O contrato firmado na forma desta Lei extinguir-se-á pelo término do prazo contratual, não prescindindo de qualquer formalidade, podendo, entretanto, ser rescindido independentemente de aviso prévio:

I - por infração às determinações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Videira;

II - por conveniência do Legislativo Municipal, devidamente justificada e, ainda, especialmente quando o servidor substituído retornar antes da data prevista, caso em que importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a metade do que lhe caberia até o final do contrato;

III - por iniciativa do contratado, caso em que deverá comunicar a Administração com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

IV - por abandono do contratado, caracterizado por falta ao serviço por período superior a 15 (quinze) dias corridos ou, 30 (trinta) dias, intercalados; e

V - por insuficiência de desempenho do contratado, devidamente analisado e comprovado.

Parágrafo Único - Também se aplica aos contratados por força desta lei, o regime disciplinar aplicável aos servidores efetivos do Município.

Art. 12 O candidato aprovado no processo seletivo simplificado, ao ser chamado, deverá observar os seguintes procedimentos administrativos para efetivação da contratação:

I - realização de Exame Médico Admissional;

II - apresentação da relação de documentos, abaixo descrita, no Departamento de Pessoal do Legislativo Municipal:

a) comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

- b) uma foto 3x4;
- c) cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- d) cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF e Título de Eleitor;
- e) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino
- f) comprovante do tipo sanguíneo;
- g) cópia de Certidão de Nascimento ou casamento;
- h) cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- j) cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- k) declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- l) declaração de bens;
- m) certidão negativa de antecedentes criminais; e
- n) convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Art. 13 Fica vedada a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração Direta ou Indireta da União, Estados e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores das subsidiárias do Poder Executivo e controladas, ressalvadas as acumulações legais.

Art. 14 Os contratos serão numerados em ordem única de forma sequencial a cada ano, sendo cláusulas necessárias as que estabeleçam:

I - o objeto;

II - qualificação do contratado;

III - cargo;

IV - jornada de trabalho;

V - vencimento, reajustado na mesma data e índice dos servidores municipais;

VI - motivação da contratação;

VII - local de trabalho; e

VIII - vigência do contrato.

Parágrafo Único - O contrato deverá ser firmado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pela Mesa Diretora e pelo contratado e, seu extrato deverá ser publicado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após as assinaturas, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Art. 15 O contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo de provimento em comissão ou de confiança; e,

III - receber, em sua remuneração, valores relativos a progressões, vantagens ou adicionais de caráter pessoal, exclusivas de servidores efetivos.

Art. 16 As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.630/11

LEI Nº 2.630/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Revoga a Lei nº 585/1999, que "Homologa Doação de Áreas de Terras para Fins Industriais junto ao Distrito Industrial II - Campo Experimental", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada, sem ônus à empresa beneficiária, a Lei nº 585/1999, que "Homologa Doação de Áreas de Terras para Fins Industriais junto ao Distrito Industrial II - Campo Experimental", em face do desinteresse da empresa beneficiária, conforme consta no Processo Administrativo nº 4512/2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de setembro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de setembro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.631/11

LEI Nº 2.631/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, a utilizar-se de meio eletrônico para a movimentação financeira junto ao Banco do Brasil.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, autorizada a utilizar de meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil.

Art. 2º A movimentação financeira, para os fins desta lei, abranja todas as transações bancárias necessárias à realização da despesa e receita públicas, inclusive transferência de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 3º As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio de senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único - A senha eletrônica equipara-se, para os efeitos desta lei, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 4º Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial detentora das contas por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 5º As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da Administração Pública Municipal deverão ser criptografadas e protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Lei Nº 2.632/11

LEI Nº 2.632/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar termo de cessão de uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cessão de uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Videira, de um veículo marca Volkswagen, modelo Polo Sedan 1.6, tipo automóvel, combustível gasolina/álcool, ano de fabricação/modelo 2011/2012, cor vermelha, chassi nº 9BWDB49NXCP009601, placa MJC - 0356, adquirido

com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.632/11

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Videira e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, situado na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wilmar Carelli, portador da Carteira de Identidade nº 229.320/ SSPSC, e do CPF nº 056.326.419.-53, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar nº 900272-3 e do CPF nº 353.078.469-91, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, o seguinte bem móvel adquirido com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

I - um veículo marca Volkswagen, modelo Polo Sedan 1.6, tipo automóvel, combustível gasolina/álcool, ano de fabricação/modelo 2011/2012, cor vermelha, chassi nº 9BWDB49NXCP009601, placa MJC - 0356, com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O bem se destina a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar no Município de Videira, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CESSIONÁRIO:

- Usar o bem exclusivamente para o fim a que se destina;
- Não transferir ou ceder o bem a terceiros;
- Zelar pela guarda do bem, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;
- Arcar com os custos, de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso do veículo, além do pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre o mesmo.

II - DO CEDENTE:

a) Arcar com os custos elencados na letra "e", item I, da cláusula terceira em casos de justificada necessidade administrativo-operacional, através do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Videira;

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar - Fonte de recursos 0111, Ação 4376, itens orçamentários 3.3.90.30.01 (combustíveis e lubrificantes automotivos), 3.3.90.39.19 (manutenção e conservação de veículos), 3.3.90.30.39 (material para manutenção de veículos), 3.3.90.39.69 (seguros em geral) e 3.3.90.47.10 (taxas).

CLÁUSULA QUINTA - DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o bem integrará a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de bombeiro, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

Este Termo de Cessão de Uso reger-se-á, no que couber, pelas normas estabelecidas no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, e alterações, art. 7º, inciso IX, do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, Portaria nº 2.399/GEREH/DIGA/GAB/SSP de 17 de dezembro de 2010 e na Lei Municipal nº 2.632/11, de 05 de outubro de 2011.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Videira, SC, de de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal de Videira/

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros
Coronel BM - JOSÉ LUIZ MASNIK

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros
Militar de Santa Catarina

Testemunhas:

TESTEMUNHA 01

Função:

CPF nº

TESTEMUNHA 02

Função:

CPF nº

Lei Nº 2.633/11

LEI N.º 2.633/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar, à Empresa CONCRETOS FARROUPILHA LTDA, áreas de terras que especifica para a instalação do empreendimento industrial da donatária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar, com encargo, nos termos do art. 17, §§ 4º e 5º da Lei n.º 8.666/93, como incentivo à Empresa CONCRETOS FARROUPILHA LTDA, para a instalação do seu estabelecimento industrial, nos termos da Lei Municipal nº 0880/01 e conforme os Processos Administrativos nº 622/2010 e 4890/2011, os Lotes nº 15 e 16, da Quadra "D" do Loteamento Distrito Industrial do Cinquentenário, objeto da matrícula nº 16.947.

Art. 2º A doação de que trata o art. 1º desta Lei independe de concorrência, em vista da existência de relevante interesse social e de ser feita com encargo, de conformidade com o art. 123, I, a) da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º A donatária obriga-se, como encargo da doação, a utilizar os terrenos doados para ampliar suas instalações, aumentando o número de empregos e a sua produção industrial, devendo iniciar a construção dentro do prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura da escritura pública de doação e executá-lo conforme o cronograma constante do projeto aprovado pelo Município.

Art. 4º Na Escritura Pública de doação dos imóveis constará obrigatoriamente cláusula em que a donatária se obrigue a atender à finalidade e aos prazos referidos no art. 3º supra, sob pena de reversão automática do objeto doado ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 5º A doação a que se refere a presente Lei, com dispensa de licitação, será efetivada mediante Escritura Pública da qual constarão, obrigatoriamente, os encargos da donatária, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, nos termos do § 4º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, sob pena de nulidade do ato.

Art 6º Na escritura pública constará, ainda, cláusula de inalienabilidade do terreno doado, sem prévia autorização escrita da Prefeitura, antes de 10 anos de sua aquisição.

Art. 7º Mediante autorização expressa do Prefeito Municipal poderá a empresa beneficiada hipotecar ou dar em garantia, a instituições Financeiras ou Bancárias, os terrenos recebidos em doação, para fins de levantamento de empréstimos destinados à instalação e manutenção do empreendimento ou ao desenvolvimento do complexo de suas atividades industriais dentro do Município de Videira.

Art. 8º Na hipótese do artigo anterior, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.634/11

LEI Nº 2.634/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011
DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC, PARA O QUADRIÊNIO DE 2013/2016

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores Municipais, para a Legislatura de 2013 a 2016, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 3.390,25 (três mil, trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º O subsídio mensal do Presidente da Câmara de Vereadores para a Legislatura de 2013 a 2016, fica fixado em parcela única no valor de R\$ 5.085,37 (cinco mil, oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme determina o art. 102, § 1º, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, gerando seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.635/11

LEI Nº 2.635/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011
Abre Crédito Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes

que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.027.146,75 (dois milhões, vinte e sete mil cento e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
01 - Fundo Municipal da Saúde
1.024 - Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
209.996,75
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.67 - Aplicações Diretas
1.260.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 - Aplicações Diretas
107.150,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 - Aplicações Diretas
35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 - Aplicações Diretas
265.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 - Aplicações Diretas
150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.027.146,75

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2010, excesso de arrecadação de 2011, e da anulação total ou parcial da seguinte dotação:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
01 - Fundo Municipal da Saúde
1.014 - Construção/Ampliação/Reformas de Unidade de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
39.996,75
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.67 - Aplicações Diretas
355.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 - Aplicações Diretas
2.150,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
1.018 - Construção Sede Vigilância Sanitária
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas
500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 - Aplicações Diretas
35.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
2.080 - Manutenção da Saúde no Município
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
140.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 572.646,75

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.636/11

LEI Nº 2.636/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Dá nova redação ao Anexo III da Lei nº 2.189/09 - Plano Plurianual e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA.

Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluída no Anexo III da Lei Nº 2.189/09 – Plano Plurianual 2010/2013, a seguinte ação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA			
PLANO PLURIANUAL 2010 A 2013 – PPA PERÍODO 2010 – 2013			
ANEXO III – Programa, Objetivos e Ações de Governo 2010 – 2013			
Programa			
9 – Saúde Básica			
Ação	Metas		Recursos
	Físicas	Financeiras	
1.024 – Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	1.740 M²	182.299,75 161.244,00	01.0003.0 01.0049.0

Art. 2º Em razão da inclusão a que se refere o artigo anterior fica alterado no Anexo III da Lei Nº 2.189/09 – Plano Plurianual 2010/2013, as metas físicas e financeiras nas ações do seguinte programa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA			
PLANO PLURIANUAL 2010 A 2013 – PPA PERÍODO 2010 – 2013			
ANEXO III – Programa, Objetivos e Ações de Governo 2010 – 2013			
Programa			
9 – Saúde Básica			
Ação	Metas		Recursos
	Físicas	Financeiras	
1.014 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidade de Saúde	6	82.925,00 411.484,25 691.044,00	01.0000 01.0003 01.0064
2.080 – Manutenção da Saúde no Município	983	134.827,00 26.901.450,57 315.061,00	01.0000 01.0003 01.0167

Art. 3º Em razão da inclusão a que se refere o artigo 1º fica excluída do Anexo III da Lei Nº 2.189/09 – Plano Plurianual 2010/2013, a ação do seguinte programa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA			
PLANO PLURIANUAL 2010 A 2013 – PPA PERÍODO 2010 – 2013			
ANEXO III – Programa, Objetivos e Ações de Governo 2010 – 2013			
Programa			
9 – Saúde Básica			
Ação	Metas		Recursos
	Físicas	Financeiras	
1.018 – Construção Sede Vigilância Sanitária	1	2.303,00 161.244,00	01.0000 01.0049

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da

Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração**Decreto Nº 9.821/11**

DECRETO Nº 9.821/11, DE 05 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.635/11, de 05 de outubro de 2011,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.027.146,75 (dois milhões, vinte e sete mil cento e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

1.024 - Construção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas

209.996,75

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.67 - Aplicações Diretas

1.260.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 - Aplicações Diretas

107.150,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 - Aplicações Diretas

35.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 - Aplicações Diretas

265.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 - Aplicações Diretas

150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.027.146,75

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2010, excesso de arrecadação de 2011, e da anulação total ou parcial da seguinte dotação:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

1.014 - Construção/Ampliação/Reformas de Unidade de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas

39.996,75

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0071.67 - Aplicações Diretas

355.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 - Aplicações Diretas

2.150,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

1.018 - Construção Sede Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 - Aplicações Diretas

35.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde
2.080 - Manutenção da Saúde no Município
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas
140.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 572.646,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 141/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 141/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 26 de Outubro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 07 de Outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 142/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 142/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (dois) DISTRIBUIDORES DE ADUBO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 26 de Outubro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 07 de Outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 093/11 - Processo Seletivo Nº 009/10

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 093/2011

PROCESSO SELETIVO Nº 009/2010

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 009/2010:

CONVOCADO	CARGO
1 - Eugenio Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 29 de setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 094/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 094/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público nº 001/2011:

CONVOCADA	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1. JANINE LOUISE DA SILVA	MÉDICO - ESF	0763/11, DE 06/10/2011

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;



- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- Avaliação Audiométrica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 06 de outubro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 184/2011

P O R T A R I A Nº 184/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: IZABEL CHIMINELLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição ao servidor PAULO ROBERTO DE FREITAS, afastado para tratamento de saúde, a partir do dia 06 de outubro de 2011 até o dia 11 de outubro de 2011, prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento do servidor, por período não superior a 23 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de outubro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 07 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 07/10/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 185/2011

P O R T A R I A Nº 185/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JEAN CHARLES LOURENÇO

Cargo: FARMACÊUTICO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria da Saúde e Promoção Social, nomeado pela Portaria nº 045/2010, de 10 de março de 2010, tomando posse no dia 16 de abril de 2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 07 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 07 de Outubro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, 07/10/2011

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Notificação de Dívida Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA

Com amparo no artigo 174, inciso II combinado com seu parágrafo único da Lei nº 5.172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional), notificamos V.S.^a (as) da constituição definitiva da dívida ativa.

Nº Notificação	Nome/Razão
22/2011	ANA MARIA MOTA
23/2011	EXTRAÇÕES E REFLORESTAMENTO GG LTDA
24/2011	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS ARC LTDA
25/2011	KI CHARME LANCHES LTDA ME
26/2011	OLÍMPIO MACHADO
27/2011	OSMAEL ERN
28/2011	PEDRO MANERICH ME
29/2011	TEREZINHA ALIONSO
30/2011	VALENTIN BERTOTTI

A correção monetária, a multa e os juros foram calculados a partir da data de vencimento original do débito, de acordo com o que estipulam a Lei Municipal Nº. 135/1991 e as Complementares nº 32/2007 e 51/2009.

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias.



Formas de Pagamento: À Vista ou Parcelado em até 24 (vinte e quatro) e a primeira parcela vencerá no ato da concessão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com prestação mínima de 35 (trinta e cinco) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa física ou 50 (cinquenta) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Dúvidas, retirada de guias para pagamento e protocolo para interposição de recursos, deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Setor Tributário, situada na Rua Santa Catarina, 1122, nesta cidade.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Vitor Meireles, 7 de outubro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

Resolução Nº 15/11

RESOLUÇÃO nº 15/11

Convoca a 1ª Conferência Regional Sobre Transparência e Controle Social dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, associados da AMMVI, e dá outras providências

PAULO ROBERTO ECCEL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se a deliberação adotada pelos Prefeitos dos Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó na 402ª Assembléia Gera da AMMVI no sentido de realizar a conferência em caráter regional;

Considerando-se o disposto no Decreto Presidencial de 08 de julho de 2011, que convoca a 1ª Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social - 1ª Consocial, e no Decreto Estadual nº 348, de 1º de julho de 2011, que convoca a 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social dos Municípios do Médio Vale do Itajaí que compõem a AMMVI, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2011, das 8h às 17h30min, tendo como tema central: "A sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública", no Teatro Michelangelo (Uniassevi/Fameblu), sito a Rua: Engenheiro Udo Deeke, nº. 51- Bairro: Salto do Norte, CEP: 89.065-100, Blumenau/SC, como etapa preparatória da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - 1ª Consocial.

Parágrafo único - A Conferência terá como objetivos:

I - debater e propor ações de promoção da participação da sociedade civil no acompanhamento e controle da gestão pública e de fortalecimento da interação entre sociedade e governo;

II - promover, incentivar e divulgar o debate e o desenvolvimento de novas ideias e conceitos sobre a participação social no

acompanhamento e controle da gestão pública;

III - estimular os órgãos e entidades públicas a implementar mecanismos de transparência e acesso à informações e dados públicos e fomentar o uso dessas informações e dados pela sociedade;

IV - debater e propor mecanismos de sensibilização e mobilização da sociedade em prol da participação no acompanhamento e controle da gestão pública;

V - discutir e propor ações de capacitação e qualificação da sociedade para o acompanhamento e controle da gestão pública, que utilizem, inclusive, ferramentas e tecnologias de informação;

VI - desenvolver e fortalecer redes de interação dos diversos atores da sociedade para o acompanhamento da gestão pública; e

VII - debater e propor medidas de prevenção e combate à corrupção que envolvam ações de governos, empresas e sociedade civil.

Art. 2º - A Conferência encaminhará propostas e elegerá delegados para a 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, a se realizar nos dias 14, 15 e 16 de março de 2012, no Município de Florianópolis/SC.

Art. 3º - A 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social dos Municípios que compõem a AMMVI será composta pelos seguintes Entes:

I - Município de Apiúna;

II - Município de Ascurra;

III - Município de Benedito Novo;

IV - Município de Blumenau;

V - Município de Botuverá;

VI - Município de Brusque;

VII - Município de Doutor Pedrinho;

VIII - Município de Gaspar;

IX - Município de Guabiruba;

X - Município de Indaial;

XI - Município de Pomerode;

XII - Município de Rio dos Cedros;

XIII - Município de Rodeio;

XIV - Município de Timbó.

Art. 4º - Os municípios integrantes desta 1ª Conferência Regional sobre Transparência e Controle Social dos Municípios que compõem a AMMVI não necessitam promover ato próprio convocando para a conferência, vez que esta Resolução supre este quesito.

Art. 5º - A Conferência será presidida pelo Senhor José Rafael Corrêa, Secretário Executivo da Associação.

Art. 6º - A Coordenação da Conferência será de responsabilidade da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI com a colaboração direta dos municípios que compõem a região, conforme art. 3º desta Resolução, através dos Representantes da

Sociedade Civil, Poder Público e Conselhos.

Art. 7º - O regimento interno da Conferência será elaborado por comissão a ser constituída pelo Coordenador da Conferência, e disporá sobre:

I - a organização e o funcionamento da Conferência; e

II - o processo democrático de escolha de seus delegados, representantes da sociedade civil, do poder público e dos conselhos de políticas públicas.

Parágrafo único - O regimento interno a que se refere o caput deverá ser aprovado pelo Coordenador da Conferência.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta da Associação e dos municípios envolvidos com a Conferência.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 28 de Julho de 2011; 41º Ano de Fundação.
PAULO ROBERTO ECCEL
Presidente da AMMVI

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 104 - Rateio - Bela Vista do Toldo

Extrato de Contrato nº 104/2011

Contrato de Rateio - Bela Vista do Toldo

CONTRATANTE: Município de Bela Vista do Toldo

CNPJ: 01.612.888/0001-86

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 38/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Bela Vista do Toldo e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 001/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 02 de setembro de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA